



DE PASSO A PASSO

2ª EDIÇÃO

LUÍS H. B. CHAGAS TELMO B. FLORES

Trabalhar com a História é compreender que os fatos raramente podem ser totalmente verificados, permanecendo muitas vezes no campo das possibilidades. Foi com essa consciência que realizamos esta segunda edição, assim como a anterior, fruto de muitos dias, tardes e noites dedicados à pesquisa e ao trabalho árduo, porém profundamente gratificante.

Apesar dos inúmeros desafios, esta edição tomou forma de maneira tão significativa que não hesitamos em considerá-la novamente um compilado valioso dos vestígios e acontecimentos desta região marcada por uma história secular. Seguindo numa corrida contra o tempo antes que esses traços desapareçam.

Ao longo do processo, incorporamos diferentes pressupostos e teorias, o que nos permitiu resgatar relatos, fatos, objetos, fotografias e documentos históricos que, juntos, conferem densidade e relevância a estas páginas.

Agradecemos profundamente a todos os colaboradores e, especialmente, às nossas famílias, que tantas vezes abriram mão da nossa presença diante das incontáveis horas dedicadas à construção desta obra.

Os autores.

LUÍS H. BALK CHAGAS
TELMO BRUGALI FLORES

DE PASSO A PASSO

2ª EDIÇÃO



2025

DE PASSO A PASSO

2ª EDIÇÃO

© Luís Henrique Balk Chagas e Telmo Brugali Flores, 2025

Autores:

Luís Henrique Balk Chagas e Telmo Brugali Flores

Projeto gráfico: Luís H. B. Chagas

Capa: Luís H. B. Chagas e Tauan B. Flores

Diagramação e arte final: Byrata

Revisão feita pelos autores

F634l Flores, Telmo Brugali
De Passo a Passo / Telmo Brugali Flores e Luis Balk
Chagas – 2. ed. – Santa Maria, RS : Rio das Letras, 2025
200 p. : il. ; 14,5 x 21 cm

ISBN: 978-65-5484-061-3

1. Bacia do Rio Toropi 2. Caminhos missioneiros –
História – Geografia I. Chagas, Luis Balk II. Título

CDU 94:91(816.5)

Ficha Catalográfica elaborada por Eunice de Olivera – CRB 10/1491

Contato com os autores:
luisbalkchagas@hotmail.com
thelmo@tauna.com.br



editorariodasletras@gmail.com / (55) 99713 3864
Rua André Marques, 255 - Centro - Santa Maria - RS - CEP: 97010 041

Impresso no Brasil - Gráfica Pallotti
Inverno de 2025

Dedicamos às nossas famílias,
que tanto nos apoiaram nessa longa caminhada.

Sumário

Prefácio desta edição	9
Prefácio da edição anterior	13
Introdução	17
A região	19
Os primeiros povos	23
Europeus e a consolidação das estradas	29
Os passos	35
Sepé Tiarajú	41
Povo Novo de São Miguel	47
Estância de São Pedro e Estância de São Lucas	63
Hedwiges Ferreira Braga	85
Auguste de Saint-Hilaire	91
Arsène Isabelle	97
Movimentações militares	103
Viajantes em tempos recentes	133
Chico Timm	139
Linhas férreas e fluviais	143
Forquilha e outros povoamentos	147
Fatos e causos deste chão	155
Amélia	157
Os centenários	159
Devoção	163
Tragédias no passo	167
O fóssil	169
Madeira!	171
Pesquisas no traçado da estrada	173
Encerramento	177
Posfácio	179
Galeria de imagens	181
Referências	191

Um inventário de passos históricos

Os *passos de rios*, também chamados de *vaus*, são locais onde o curso d'água apresenta menor profundidade e maior facilidade de travessia. Historicamente, esses pontos foram estratégicos para deslocamentos humanos, rotas comerciais e definição de caminhos entre povos e regiões.

Segundo Ab'Sáber (2003), “os passos de rios constituem pontos de articulação entre margens, sendo muitas vezes responsáveis pela origem de caminhos históricos e pela localização de povoados”. Antes da construção de pontes ou botes, era nesses locais que viajantes e animais cruzavam rios, especialmente em regiões de relevo mais suave ou onde o leito fluvial se espalha.

Esses lugares possuem características comuns: fundo firme (rochosos ou arenosos), pouca profundidade e correnteza moderada. Como destaca Santos (1996), “o passo era escolhido pela sua estabilidade e segurança, e sua localização frequentemente determinava o traçado de trilhas e estradas antigas”.

Além da importância prática, os passos dos rios também possuem relevância cultural. Muitos nomes de cidades e bairros no Brasil derivam da palavra “passo”, como Passo Fundo (RS),

Passos (MG) e Passo do Sobrado (RS), evidenciando sua presença na memória geográfica e histórica do país.

Com o tempo, a maioria desses vaus foi substituída por pontes, mas em áreas rurais e remotas, ainda são utilizados, sobretudo por populações ribeirinhas ou criadores de gado. Preservar o conhecimento desses pontos pode ser valioso tanto para a história quanto para a logística em tempos de emergência.

Na obra *De Passo a Passo*, os autores, Luís Balk e Telmo Flores fazem um inventário de passos históricos dos rios Ibicuí Mirim e Toropi e com isso trazem à luz muito da história dos municípios de Cacequi São Pedro do Sul, Mata e São Vicente do Sul bem como de fatos da história do Rio Grande do Sul que estavam dormitando pelos vaus, pelas cachoeiras e remansos dessas águas caminheiras, assim, nossos lugares de memória vem nos dizer que memórias guardam e que recados e lições o passado traz para o presente e o futuro da nossa gente.

Pierre Nora (1984, pp. XVIII-XLII) afirma que se falamos tanto de memória é porque ela não existe mais. A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento da história onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos

locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória.

Os autores, nessa obra cuidadosa e meticulosa investigam os fragmentos dessa memória esfacelada e partir do resultado dessa busca, dessa recolha é possível reconstituir parte dessa memória, parte de um tempo que já

não existe mais e partir desse inventário os lugares passam a ser ressignificados e o que estava perdido passa a contar com um patrimônio visível e muito significativo para o enfrentamento do tempo que há de vir. De Passo a Passo posiciona-se como um legado para o enfrentamento dos tempos que advirão!

Moisés Silveira de Menezes

Pesquisador

De Passo a Passo

Que privilégio poder escrever sobre esta nova obra, desenvolvida por dois entusiastas que muito aprendi a admirar e respeitar!

Esta obra, singular, vem preencher uma lacuna relevante no registro da nossa história que somente aqueles que vivem no espaço onde a mesma aconteceu podem ter a dimensão do que este registro pode representar.

Na nossa sociedade atual é muito comum vivermos em ambientes sem nos darmos conta do contexto histórico que estamos inseridos, pois, em regra, somos apresentados apenas para fatos históricos que, geralmente, não estão conectados com o nosso lugar, que habitamos. Contudo, isso só acontece por que falhamos em registrar através de livros o que aconteceu no espaço onde vivemos, cuja importância devemos avaliar após conhecer os fatos.

Há muito mais informação disponível sobre o que aconteceu há mais de 2 mil e quinhentos anos no Egito e na Grécia do que aconteceu há um século ou dois no lugar onde vivemos. Será que é mais importante ou relevante a história dos outros do que a nossa?

O trabalho desenvolvido pelo Telmo e Luís tem como objetivo exatamente esse, ou seja, nos reconectar com a história local e nos prover as informações necessárias

para compormos os relatos do que foi vivido pelos nossos antepassados neste espaço territorial. Contudo, a competência deles em olhar sobre um ângulo ainda inexplorado demonstra a capacidade ímpar e paixão que ambos têm em valorizar a sua terra natal.

Eu tive a satisfação de acompanhá-los em uma expedição que fizemos junto para avaliar as condições e existências dos resquícios missioneiros que poderiam integrar as reduções missioneiras do primeiro ciclo na bacia do rio Ibicuí onde conhecemos muitos lugares e tivemos o sucesso de mapear o traçado da antiga picada de San Javier utilizada pelos missioneiros para o transporte do gado destes as estâncias abaixo do Ibicuí até as sedes das reduções (Sete Povos), assim como visitar o sítio arqueológico da Pedra Grande em São Pedro do Sul, onde está localizada a redução de São José, além do famoso cerro do Cavajuretã.

O trabalho incansável deles continuou além da expedição realizada e eles identificam nesse livro, locais de novos postos de estâncias e resquícios arqueológicos ligadas à história missioneira e também todo o desenvolvimento que se sucedeu a partir do legado deixado pelos missioneiros e que deram origem às atividades econômicas do Rio Grande do Sul.

O título do livro, de Passo a Passo, é simbólico e cheio de significados, pois ele nos informa e registra os caminhos percorridos pelos missioneiros há mais de 350 anos, foram usados por viajantes ilustres e que continuaram sendo utilizados até os dias atuais.

Outro aspecto relevante são os resgates históricos que os autores fazem e a sua conexão com os locais iden-

tificados no livro produzido, isso é de uma riqueza muito grande pois além de inédito, acrescenta uma valorização fundamental para os locais onde a população local sequer imagina que tais fatos pudessem ter ocorrido neste lugar que habitam e conhecem.

Também temos que destacar Luís Henrique Balk Chagas, jovem autor deste livro, pois a sua dedicação aos temas que busca investigar são dignas de nota pela seriedade e profundidade que apresenta em suas pesquisas. Somente alguém apaixonado pelo que faz pode alcançar o nível de qualidade que o Luís trás nas suas pesquisas sobre os temas do local e os seus achados.

O engenheiro Telmo, que além um homem sério, de princípios, bem-sucedido profissionalmente e que tenho apreendido a admirar pela sua capacidade de ajudar o próximo e a preservação da história do seu lugar, se apresenta nesse livro também como um grande poeta e capaz de continuar a motivar jovens talentos. A sua capacidade de realizar obras é proporcional ao tamanho do seu coração e atenção ao próximo.

A iniciativa do Telmo e Luís de transformar as suas próprias pesquisas, movidos pela paixão apenas e conectar as histórias consagradas oralmente na região nesta bela obra escrita com certeza contribuirá para que os moradores da região, autoridade e professores locais auxiliem no processo de preservação e construção da nossa história vivida, sendo que esse movimento de registro histórico com certeza auxiliará a termos um país ainda melhor e com um futuro alicerçado nos exemplos vitoriosos dos nossos antepassados.

Os leitores desta obra podem ter certeza de que estarão de frente de uma obra resultante do empenho de dois homens que fazem a diferença no local onde vivem.

Que grata satisfação de participar da história de pessoas de sucesso e transformadoras.

Álvaro Medeiros de Farias Theisen
Coordenador do Grande Projeto Missões
Membro do Conselho Estadual de Turismo

Introdução

Trabalhar com história é estar constantemente aberto a novas descobertas. Escrever história, afinal, não é buscar certezas, mas sim reduzir o campo das incertezas. Com essa visão, retornamos ao início de nossa jornada como autores, agora com dois livros publicados e incentivados pelos elogios ao nosso trabalho. Apresentamos esta **nova edição** de nosso primeiro projeto, *De Passo a Passo*, não apenas para corrigir algumas lacunas, mas sobretudo para acrescentar o que foi descoberto desde sua primeira versão, ampliando o estudo do trecho abordado. Nosso objetivo é, também, aprimorar o método e o estilo de escrita, reconhecendo que, como qualquer pesquisador, estamos sujeitos a erros, especialmente ao explorar um tema complexo e pouco documentado, como a história local. Os pioneiros, afinal, correm mais riscos de se equivocarem, pois desbravam novos caminhos.

Encerrados os esclarecimentos e detalhes, retornamos ao ponto inicial deste trabalho. Desde a sua concepção, o objetivo foi resgatar a história de um antigo trecho de estrada, documentando os vestígios que ainda permanecem e revelando as histórias vividas nessa região. Esse propósito continua a nos guiar. O trecho estudado está inteiramente situado no município de São Pedro do Sul, mas suas extremidades conectam municípios vizinhos, configurando uma rota que, outrora, unia as reduções jesuíticas

ao noroeste do atual Rio Grande do Sul a Santa Tecla (hoje Bagé) e ainda alcançava parte do território uruguaio. É um local onde inúmeros caminhos se entrelaçavam, uma terra rica em histórias e detalhes que não podemos permitir que o tempo apague.

Este livro foi escrito justamente para preservar essas memórias, porque o tempo é implacável, como as enchentes que desgastam a terra e apagam vestígios. Para que ele não apague as histórias vividas aqui, tornou-se necessário registrar desde os grandes acontecimentos até os fatos mais corriqueiros. Que estas páginas sejam um arquivo de memórias e lembranças, um abrigo onde o tempo e as águas não as possam levar.

A região

A região está situada entre dois rios principais: o Toropi, que nasce acima da serra, e o Rio Ibicuí-Mirim, que se origina nas curvas da serra de São Martinho, serpenteando até encontrar o Toropi. A união desses rios dá origem ao Ibicuí-Grande, ou Ibicuí-Guaçu.

Tendo tido várias grafias ao longo dos séculos, como Ybicuhy e Ybicuy, a etimologia desse nome remete a seu leito areoso, podendo ser traduzido para “rio de areia”. Já “mirí, significa “pequeno”, ou seja, “Pequeno Ibicuí”. Durante muito tempo foi alvo de debate o local de nascente do Ibicuí, principalmente durante as confusões demarca-tórias. Em 1821, James Henderson registrou que o rio Ibi-cuí teria suas nascentes nos campos do lapoguassú (ou Japoguaçu), termo que, segundo suas anotações, significa “pântano grande”. Posteriormente, alguns dicionários ge-ográficos da segunda metade do século XIX indicaram que as nascentes se localizariam na serra ou cerro das Pa-lombas. Contudo, atualmente sabe-se que o rio Ibicuí tem, de fato, sua nascente na serra.

O Ibicuí-Guaçu é o maior afluente do Rio Uruguai e por ser amplamente navegável e formar uma grande rede pela união com outros rios, foi e ainda é muito importante para o estado.

Embarcações navegavam em suas águas, trans-portando pessoas e animais, carregando e transportando mercadorias, materiais e espólios, e irrigando várzeas ao longo do caminho.

O nome “Toropi” tem origem no vocabulário guarani e apresenta mais de uma interpretação. Entre elas, destaca-se a tradução “rio dos couros de touro”, sugerida por Saint Hilaire, em referência às pelotas de couro utilizadas pelos indígenas para atravessar cursos d’água. Conforme José Maria Cabrer, em 1786, é mencionado que “Toropi” designava um pedaço de couro bovino sovado, usado pelos minuanos e charruas sobre os ombros. Posteriormente, Pedro de Angelis, em 1836, corrobora essa designação. No entanto, a palavra “Toro” deriva do espanhol e significa “touro”, o que permite diferentes leituras etimológicas. Souza Docca, por exemplo, propõe que Toropi pode ser traduzido como “Rio do casco de tatu” e Tororaipi como “Rio do casco do filho do tatu”.

Diferentemente do Ibicuí, o rio Toropi possui um leito predominantemente pedregoso, com fortes correntezas e cheias intensas, o que o torna imprevisível e perigoso, características que marcaram sua história com diversas tragédias. As várzeas da região, que acompanham ambos os rios, são extremamente suscetíveis a inundações e foram severamente afetadas por enchentes históricas nos anos de 1857, 1941, 1984, 2024 e 2025.

Ambos os rios são margeados por densos cinturões de mata. A confluência entre eles delimita a tríplice divisa dos municípios de São Pedro do Sul, São Vicente do Sul e Cacequi. A área situada entre esses dois cursos d’água constitui uma bacia de terras férteis, entremeada por matos, sangas e banhados.

A paisagem da região é marcada por elementos geográficos singulares: as densas matas que acompanham os traçados dos rios e córregos; coxilhas pedregosas que se erguem sobre os campos; banhados que nascem entre colinas e matagais; a constante presença da Serra Geral

no horizonte; e vales de solo argiloso avermelhado com fragmentos fósseis expostos de um passado remoto, elementos geográficos que dão uma identidade única à região.

Foi nesse ambiente propício que povos se estabeleceram há muitos séculos.





Os primeiros povos

Para compreendermos adequadamente a ocupação humana da região, é necessário considerar a sequência cronológica das evidências disponíveis, sem, no entanto, cair em termos absolutos como “povos originários” ou “primeiros habitantes”, que, embora comuns, não refletem com precisão a complexidade dos processos migratórios e das transformações culturais da humanidade ao longo do tempo. A história global revela que não há um povo absolutamente originário de um determinado lugar. A ocupação da América do Sul também se insere nesse contexto de sucessivas migrações e sobreposições culturais.

Portanto, ao utilizarmos a expressão “primeiros povos”, estamos nos referindo àqueles que habitavam o território antes da chegada dos europeus, dentro de uma linha cronológica construída a partir de evidências arqueológicas. Não é possível determinar com exatidão quem foi o primeiro ser humano a pisar neste solo, pois nem a arqueologia nem a historiografia têm, até o momento, recursos suficientes para chegar a esse nível de precisão. Assim, tratamos de grupos que deixaram vestígios reconhecíveis e datáveis, os quais nos permitem estabelecer uma sequência relativa de ocupação.

Antes da colonização europeia, a região era ocupada por diversos grupos indígenas, que estabeleciam seus aldeamentos geralmente em áreas elevadas, próximas a capões de mato, várzeas e corpos d'água. Esses locais

ofereciam condições ideais de subsistência e defesa. Ainda hoje é possível encontrar vestígios desses povos, como artefatos líticos e fragmentos cerâmicos. Em áreas próximas, como nos municípios de São Pedro do Sul e Mata, também foram identificadas gravuras rupestres, com destaque para o sítio da Pedra Grande.

Os materiais cerâmicos encontrados apresentam grande compatibilidade com a chamada Tradição Tupiguarani, amplamente reconhecida pela arqueologia sul-americana. Dentro do contexto regional, destaca-se a Fase Toropi, identificada por José Proenza Brochado, que reúne majoritária dos vestígios cerâmicos. Além disso, há indícios de outras tradições mais antigas, como a Tradição Humaitá e a Tradição Meridional, que se vinculam aos vestígios rupestres.

Na área entre os rios da região, também foram identificadas estruturas conhecidas como cerritos, montículos artificiais associados aos povos pampeanos, como os Minuanos, Charruas e Guenoas. Ainda há debates quanto à real função desses cerritos, mas eles se destacam na paisagem dos campos por sua localização estratégica, geralmente próxima a cursos d'água.

O distrito, por si, denomina-se “Chiniquá”, um termo herdado do guarani “Chiní Cuá”, que pode ser interpretado como “vertente que sibila”. Na primeira edição deste livro, utilizou-se “M’boi Chiní Cuá” como a origem, traduzido como “buraco onde vive a cascavel”. No entanto, essa tradução é desnecessária, pois “Mboi chiní” refere-se a “serpente que sibila”, sendo “chiní” o ruído. Portanto, considerando que “cuá” significa buraco ou olho d’água, a interpretação correta seria apenas “vertente que sibila” ou que chia, sem a necessidade de incluir a cobra na tradução. Outras interpretações encontradas incluíram “sanga

que imita o guizo da cascavel”, sendo esta a que se mostrou mais compatível no final.

Também é importante mencionar a existência de uma sanga denominada Restinga do Chiniquá, que desemboca ao norte do rio Toropi. No passado, um cerro também levava esse nome, sendo frequentemente citado em documentos de compra e venda de terras como marco divisório entre propriedades.

Os modos de escrever ao longo da história parecem variar conforme a conveniência de cada cidadão. É possível encontrar as formas “Cheniquá”, “Ciniquá”, “Xiniquá”, “Xorinquá”, “Ceniquá” e “Chiniquá”, sendo esta última a mais valorizada, pois a transcrição da língua guarani não utiliza o caractere X. As primeiras aparições escritas diretas encontradas até então são relativamente tardias e constam nos registros cartoriais.

Diante dessa utilização de heranças toponímicas indígenas, não se pode descartar a possibilidade de que as estradas e trilhas, que foram e ainda são utilizadas, tenham sido criadas anteriormente pelos índios, caminhos conhecidos como “Peabiru”. No entanto, são necessárias mais pesquisas para se afirmar algo concreto a esse respeito. Além disso, é fundamental afastar qualquer teoria da conspiração que mencione túneis ou outras ideias mirabolantes; é essencial manter a perspectiva ancorada no solo, literalmente.

Em buscas e pesquisas foi encontrado em um desses extintos aldeamentos na região, uma concha determinada como de caramujo marinho de litoral arenoso do gênero *Olividae*, possivelmente *Olivancilaria cf. deshaye-siana* (Ducros, 1857), comumente encontrada nos Samba-

quis do litoral, sugestionando que os indígenas da região tiveram contato com os povos litorâneos, por meio de uma rede de caminhos que levava ao litoral.

Além disso, segundo Ítala Becker em *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*, os povos Charrua e Minuano deslocavam-se sazonalmente. Durante o verão, seguiam para o litoral, onde praticavam atividades de caça, pesca e coleta. No inverno, retornavam ao interior, o que também pode justificar a presença da referida concha. Considerando também que haviam trocas entre os diferentes grupos, é possível inferir, com certa margem de suposição, o trajeto percorrido por esse material.

Metais foram encontrados em alguns aldeamentos, o que sugere que já havia contato com os europeus, possivelmente durante o período missioneiro, seja na primeira ou na segunda fase. Também é plausível que, em algum momento, os brancos tenham se estabelecido ou utilizando posteriormente esses locais, aproveitando suas boas localizações, com acesso à água e ampla visibilidade. O reaproveitamento de espaços anteriormente habitados, de estradas, marcos e referências geográficas é um traço recorrente na história.

Outro aspecto relevante é a presença de cerâmicas indígenas com alças e pintura vermelha vitrificada. O uso de alças foi incorporado após o contato com os europeus, assim como a técnica de pintura, que remonta a práticas espanholas antigas e utilizava pigmentos como a hematita.

Embora muitos ainda pensem que, em um primeiro momento, os povos indígenas foram inseridos como um todo no processo missioneiro, atualmente compreende-se que apenas cerca de 10% deles efetivamente passaram pe-

las reduções. Os demais, aproximadamente 90%, continuaram vivendo de acordo com suas práticas tradicionais nas florestas e nos campos. Com o tempo, grande parte desse grupo foi dizimada, principalmente em razão da escravização promovida pelos bandeirantes e da progressiva ocupação territorial.

Ao final da segunda fase das missões, uma parte da população indígena já vivia sob a experiência católica havia entre oito e dez gerações. A outra parte ou havia sido exterminada, ou fora gradualmente incorporada à sociedade ocidental por diferentes meios e sob diversas circunstâncias.



Concha do gênero Olividae.



Os europeus e a consolidação das estradas

Quando os europeus chegaram, passaram a traçar o Sul com caminhos e estradas, ora usando os caminhos dos indígenas, ora abrindo novos. Até então, os registros mais antigos que temos dos europeus cruzando o centro do estado atestam sobre os jesuítas. É muito provável que em 1632 os passos e estradas que estudamos já estavam sendo usados quando foram fundadas as reduções da Primeira Fase na bacia do Rio Ibicuí.

O Padre Roque González de Santa Cruz (1576–1628), após subir o Rio Ibicuí em 1627 vindo pelo Rio Uruguai, fundou a primitiva redução da Candelária do Ibicuí, nos arredores do Passo do Jacaquá, atual município de São Francisco de Assis. Essa fundação marcou o início da presença missioneira na região, e serviu como base para futuras iniciativas jesuíticas.

Na década seguinte, entre 1632 e 1633, foram fundadas as primeiras reduções jesuíticas no Tape, região localizada na bacia do rio Ibicuí. Estas iniciativas visavam a preservar o sistema missioneiro que já sofria os efeitos devastadores dos ataques bandeirantes na província do Guairá.

O atual município de São Pedro do Sul recebeu em seu território a antiga redução jesuítica de São José. Segundo o naturalista Félix de Azara, em sua obra *Voyages dans l'Amérique Méridionale*, de 1809, São José foi fundada pelos jesuítas em 1633, no local chamado Ytaquatíá, no

sopé da Serra do Tape. Essa informação é corroborada por manuscritos do século XVII, especialmente pela obra *Historiae Provinciae Paraquariae Societatis Jesu*, escrita por Nicolau del Techo em 1673.

Techo identifica como fundador da vila o padre José Cataldino, que teria reunido aproximadamente 350 famílias indígenas. O autor destaca a recepção calorosa dos nativos, que suplicavam fervorosamente pela presença de um missionário da Companhia de Jesus. Cataldino, atendendo a esse chamado, construiu uma capela, uma residência para os padres e as casas da vila.

O relato traz também alguns ocorridos. Conta-se que todos os dias, ao som do sino, os indígenas corriam apressadamente ao templo, movidos pelo desejo de aprender o catecismo. Um desses momentos terminou tragicamente quando um menino, ao correr para a igreja, caiu pesadamente no chão e morreu antes de receber o batismo. Apesar disso, acreditava-se que, pelo ardente desejo que demonstrava, teria alcançado a salvação de sua alma.

Na mesma obra, Techo descreve que São José estava situada entre São Thomé e São Miguel, sendo que cada uma dessas vilas ficava a um dia de viagem de distância uma da outra.

A narrativa é retomada em 1759 na obra *Decades Virorum Illustrium Paraquariae Societatis Jesu*, que novamente situa Itaquatia entre Santo Tomé e São Miguel.

Félix de Azara complementa ainda que, por temor aos portugueses, ou seja, aos bandeirantes paulistas, os habitantes de Itaquiatiá abandonaram a localidade. Refugiaram-se então entre os povoados de Corpus e Santo Ignacio-Mirí, na atual Argentina, fugindo dos ataques que devastavam as primeiras reduções.

Como já foi dito, geograficamente o Toropi, nascido na serra, ao chegar às planícies, encontra o Rio Ibicuí-Mirim e, nesse ponto de confluência, forma-se a conhecida forquilha do Ibicuí. A partir daí, o rio passa a ser chamado simplesmente de Ibicuí. Essa região, beneficiada pelos recursos hídricos, relevo e, principalmente, a abundância de indígenas, foi ideal para a instalação das reduções.

Foi nesse contexto que se fundaram as primeiras reduções da chamada Primeira Fase Missioneira: Candelária do Ibicuí, São Nicolau, São Thomé, São Miguel, São José e São Cosme e Damião. Assim, para se deslocar, por exemplo, da redução de São Thomé para a redução de São Miguel, São José, Cosme e Damião, o caminho terrestre passava pela atual cidade de São Vicente, atravessava o Rio Toropi, passava pelo atual Chiniquá, em São Pedro do Sul, e seguia até as demais reduções.

Com o ataque dos Bandeirantes portugueses, a partir de 1638, em busca de índios já reduzidos para usar como mão de obra, esses eram aprisionados e levados como escravos, o que forçou os padres jesuítas a abandonar essas reduções, migrando para o outro lado do rio Uruguai, lugar seguro onde já existiam outras reduções, impossibilitando dessa forma a captura dos índios.

Eles se valeram desse caminho, ora em estudo, para fugir e chegar à outra margem do rio Uruguai, onde se estabeleceram e, a partir de 1680, voltaram reergueram as reduções próximas à margem esquerda do rio Uruguai em locais distintos dos primeiros, a noroeste do atual estado do Rio Grande do Sul, originando o que é chamado de Segunda Fase Missioneira, as missões do Rio Grande do Sul.

Anteriormente, os jesuítas, através do padre Cristóvão de Mendoza Orellana, haviam introduzido em 1634 os primeiros rebanhos de gado nessa região, vindos da Europa, e ao abandonarem essas reduções por volta de 1640, abandonaram também o gado que haviam trazido. A região apropriada, com corpos d'água e morros agindo como barreiras naturais, clima, abundância de alimento e a ausência de controle populacional, propiciou a formação de um rebanho selvagem altamente multiplicado, dando origem ao gado chimarrão, ou gado Orelhano. Quando os jesuítas retornaram, compondo a Segunda Fase, encontraram no território riograndense uma grande quantidade de cabeças de gado. Hoje se estima que fossem aproximadamente 10 milhões de animais em todo território, o que os levou a explorarem a pecuária, criando várias estâncias e postos para poder administrar essa atividade. Surgiram a partir disso as vacarias do Mar e da Serra. Lembrando que essa região pertencia à São Miguel. Essas grandes propriedades eram administradas pelos cabildos das Reduções.

Foi então necessário caminhos que ligassem as reduções as estâncias, nesse contexto se encaixa a estrada objeto deste trabalho. Nesse momento que a estrada voltou a ter uma enorme importância, era um caminho que partia das Reduções da Segunda Fase, principalmente São Miguel, cruzava pelos atuais municípios de Jari, Mata e São Vicente, passando pela bacia entre o Toropi e Ibicuí-Mirim e seguia até Santa Tecla, atual Bagé, ligando as estâncias do sul do Ibicuí com a região de cima da serra.

Essas conhecidas como “picadas”, como já foi destacado, desempenharam um papel muito importante. Entre os rios em foco cruzavam duas dessas rotas, denominavam-se Picada de São Martinho e Picada de São Xavier. Conforme registrou Ptolomeu de Assis Brasil, a Picada de

São Martinho foi aberta pelos Povos de São Luís, São Lourenço e São João, com a finalidade de ligar, especialmente, as povoações do Santo Ângelo e São Luís às estâncias tributárias que eram localizadas sobre o Jacuí e o baixo Vacacaí. Essa cortava a serra e, por isso, era tida como de difícil de se percorrer, em vista os muitos desfiladeiros e barrancos pedregosos, impedindo o trânsito de carretas e demais. Na região ela cruzava somente o rio Ibicuí-mirim.

Enquanto a Picada de São Xavier, aberta pelo povo de São Miguel, que ainda corta a serra, era menos acidentada em comparação a anterior, facilitava e propiciava maior trânsito, inclusive de carroças. Partia de São Lucas, no Ibicuí-mirim, cruzava o Toropi não muito longe, e de lá seguia para a serra. Tinha uso para conduzir tropas de gado vindos das estâncias ao sul do Ibicuí-mirim, daquelas na volta dos rios Vacacaí e rio Negro e, principalmente, da região de Santa Tecla, conforme já noticiado. Por suas características mencionadas, possuía mais trânsito em comparação com a Picada de São Martinho.



Os Passos

Os passantes faziam uso de caminhos não totalmente consolidados. Não existiam pontes e balsas naquela época, criaram locais para a travessia dos rios em locais que julgavam apropriados. No trecho que iremos abordar, quando desciam a serra pela Picada de São Xavier, e chegavam ao Rio Toropi, se davam no Passo do Cezar e, aproximadamente, 10 quilômetros à frente atravessavam o Rio Ibicuí Mirim no passo que posteriormente passou a se chamar Passo de São Lucas, possivelmente em referência à estância de mesmo nome que se encontrava logo após o passo, no lado do atual município de Cacequi. Tendo existido ainda os passos do Louro e os das Lenheiras, ainda outros pequenos passos inominados. Como focamos exatamente nesse trecho, nosso trabalho se chama “de Passo a Passo”.

O passo do Cezar, no Toropi, sempre foi tido como dificultoso. O Toropi é repleto de poços profundos e áreas de forte correnteza. Muitas carroças, carretas, pessoas e animais já foram arrastados por suas águas incertas. Seu leito rochoso, de pedregulhos, fica exposto em épocas de forte seca, nesses períodos a cruzada não é difícil.

O referido passo já foi chamado de diferentes formas ao longo da história, como Passo Real e Passo de São Pedro. Nesse mesmo rio havia outros passadores, como é caso do Passo do Louro, Passo da Barra, Passo do Pairé e Passo do Balk, e outros não nominados. Sendo o do Cezar e Louro os maiores.

Atualmente, considera-se inadequado tratar “Passo da Lenheira” como um único passo, sendo mais apropriado referir-se a “Passos das Lenheiras”, pois não se trata de apenas um local de travessia, tampouco de uma única lenheira. Essas passagens provavelmente surgiram com a expansão da viação férrea, embora sua origem exata ainda seja incerta. Sabe-se, no entanto, que um dos passos remonta ao período missioneiro, embora sua identificação específica permaneça desconhecida.

Os sete passos identificados até o momento estão localizados no rio Ibicuí-Mirim, cerca de 10 quilômetros a leste de São Lucas, com aproximadamente 2 quilômetros de distância entre si. Eles apresentam características geomorfológicas semelhantes às do Passo de São Lucas.

Houve incertezas nas pesquisas quanto à existência de um cruzador principal e sua localização exata, pois diferentes mapas indicavam passos em locais distintos. Para identificar cada ponto de travessia, os mapas e os relatos orais foram essenciais.

Por exemplo, para determinar o local mais provável do passo utilizado em batalha, que será narrada posteriormente, traçou-se uma linha medindo a menor distância até a Parada Chagas (antiga Bento Gonçalves), mencionada nos registros históricos. Isso porque os relatos da época indicavam que o passo estava situado em frente à parada.

O Ibicuí-mirim é fácil de transpor a qualquer altura, cruzavam onde pensavam ser melhor na ocasião, ou seja, havia muitos cruzadores e esses eventualmente mudavam de lugar. Com seu leito arenoso e instável, o rio sofre alterações que podem tornar impraticável uma passagem antes considerada boa. Durante períodos de seca, o rio reduz-se significativamente, possibilitando a travessia de vários quilômetros pelo seu leito, tanto a pé quanto a cava-

lo. Apesar disso, relatos históricos, materiais encontrados e mapas apontam que o Passo de São Lucas, o passo oficial e principal, manteve sua localização inalterada desde pelo menos a segunda metade do século XVIII. Atualmente, porém, encontra-se encoberto em sua totalidade por ocupações humanas irregulares, o que inviabiliza qualquer pesquisa de campo mais detalhada.

Quando se trata então do estabelecimento dos passos como áreas de trânsito de pessoas, animais e mercadorias, é de grande importância trazer algumas informações e condições que envolviam essas cruzadas.

A província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi oficialmente criada em 28 de fevereiro de 1821, a partir da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Após isso, leis novas passaram a surgir. Uma delas, datada de 16 de novembro de 1837, no Capítulo 3 das Disposições Gerais, registrado na página 16 do Código nº 1, da Secretaria de Governo, sob o comando de Antônio Elzeário de Miranda e Britto, Presidente da Província, versava sobre o arrendamento dos passos dos rios, com o seguinte teor:

- Art. Segundo:

Os Passos dos rios poderão ser arrematados por 3 e 6 anos, ficando a Tesouraria autorizada a organizar novas condições que serão submetidas a aprovação do presidente da Província, tendo sempre preferência os que se obrigarem a apresentar barcas nos referidos Passos.

- Art. Terceiro:

Os contratos ficarão resilidos sem que os arrematantes possam exigir indenização alguma sempre que essa Assembleia decretar a construção de pontes nos Passos arrematados.

O Presidente da província autorizou a encampar os contratos de arrematação dos Passos cujos direitos se não tenham podido cobrar por causa da revolta.

Nesta segunda edição, buscou-se detalhar também os passos interiores, como os situados na extensão da Sanga Funda, o maior córrego que divide a região do Chiquá em porções meridional e setentrional. Entre esses passos, destacam-se o Passo da Sanga Funda, que, por ser o principal, não possui denominações específicas, e o Passo do Burro, ambos ainda em uso. Além desses, há referências a antigos passos que deixaram de existir, todos situados neste afluente do Ibicuí-Mirim. Adicionalmente, serão mencionados passos em outros córregos, como o Passo do Quebra Eixo.

O “Passo da Sanga Funda” é a travessia localizada no trecho de estrada que liga o Passo de São Lucas ao Passo do Cezar, consolidando-se como o mais utilizado até os dias de hoje. Por ele passaram figuras ilustres, como Auguste Saint-Hilaire e Arsène Isabelle, mencionados posteriormente. Este passo ainda preserva o declive típico de um vau. A jusante, no trecho entre este ponto e a desembocadura da sanga no Ibicuí-Mirim, foram identificados dois outros passos de igual antiguidade: um localizado aproximadamente 850 metros abaixo do passo principal e outro próximo à foz da sanga. Ambos estão situados em propriedades privadas, com acesso estritamente restrito.

O Passo do Burro, de origem desconhecida e cuja antiguidade não se pode determinar, situa-se próximo ao local onde, segundo a tradição oral, existia o Passo da Bala, sobre o qual não há registros documentais. Na metade do século XX (décadas de 1940 e 1950), o Passo do Burro abrigou um comércio administrado por Norberto José Mendes (2 de julho de 1902 – 20 de abril de 1977, São Pedro do Sul) e sua esposa Ibrantina Martins de Almeida (22 de maio de

1910 – 10 de agosto de 1981, São Pedro do Sul). Esse estabelecimento também operava um moinho. Ressalta-se que esses pontos, igualmente, encontram-se em propriedades privadas, com acesso totalmente restrito.

Entre o Passo do Burro e o Passo Principal foram identificados outros nove pontos de travessia sem denominação, atualmente em desuso.

Por fim, o Passo do Quebra-Eixo, ainda em uso, encontra-se em um afluente da Sanga Funda. Esse passo, hoje equipado com uma ponte, fazia parte do caminho que conectava o Passo do Cezar à vila (ou cidade) de São Pedro do Sul. O nome tem origem evidente, derivado do frequente incidente de carretas que quebravam seus eixos ao tentar atravessá-lo.



Raro registro do Passo de São Lucas, na década de 1920. Fotografia gentilmente cedida por Fabianna C. Chagas e família.



Mapa indicando todos os passos identificados nos rios Ibicui-mirim e toropi.

Sepé Tiarajú

Para compreender plenamente essa parte da história, é necessário considerar o contexto em que os eventos ocorreram. A assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, foi o principal fator que desencadeou a Guerra Guaranítica. As condições impostas pelo tratado geraram descontentamento entre os indígenas e os jesuítas. Embora uma parcela dos padres e das famílias guarani não apoiasse a rebelião, outra parte se recusou a aceitar a situação. Liderados ideologicamente por padres como Tadeu Henis e Miguel de Soto, e posteriormente por Sepé Tiaraju, resistiram à imposição do acordo. O objetivo da resistência era impedir a efetivação da demarcação territorial prevista no tratado, que dividia o Rio Grande entre Portugal, ao leste, e Espanha, ao oeste. Como não foi possível concluir a demarcação de forma pacífica, ambas as coroas decidiram mobilizar seus exércitos. Tropas fortemente armadas avançaram unidas contra os missioneiros, que, com armamentos ligeiramente inferiores, enfrentaram essa colisão militar.

É importante destacar desde já que não se deve imaginar os missioneiros e o corpo guarani que os compunha de acordo com os estereótipos clássicos de indígenas, como muitos ainda acreditam. Estes eram católicos, grande parcela alfabetizados, usavam trajes, pois já viviam sob os hábitos da vida nas reduções há várias gerações. Como aponta com propriedade o pesquisador José Roberto de Oliveira, é necessário desconstruir a ideia de que Sepé era um guerreiro selvagem, de poucas vestes e desestrutu-

rado. Afinal, Sepé era capitão espanhol e corregedor da Redução de São Miguel Arcanjo.

Apesar disso, os indígenas estavam modestamente armados, portando ainda algumas flechas, lanças e canhões artesanais confeccionados em taquaruçu revestido com couro, com capacidade para apenas três disparos por canhão. O que compensava a limitação bélica era o profundo conhecimento tático em batalhas. Eles utilizavam emboscadas e estratégias de corte de suprimentos para destabilizar os adversários.

Conforme se preza, o plano principal dos indígenas era aguardar o avanço das tropas inimigas na subida da serra, nas imediações do atual município de São Martinho. A geografia do local, estreita e íngreme, favoreceria um ataque surpresa, dificultando o deslocamento das forças luso-hispânicas e aumentando as chances de vitória. No entanto, o plano não se concretizou como o esperado. As tropas comandadas por José Joaquim Viana, que haviam partido de Santa Tecla, continuaram avançando. Quando chegaram à região onde hoje está São Gabriel, perseguiram o grupo de Sepé até a Sanga da Bica, onde se deu o confronto.

Diante de relatos, durante a emboscada o cavalo de Sepé tropeçou em uma cova de touro, fazendo com que ele caísse. Nesse momento, foi atingido por uma lança portuguesa. Mesmo ferido, Sepé tentou se levantar, mas foi mortalmente alvejado por um disparo de pistola. O padre Henis, jesuíta da redução de São Lourenço e autor de um importante relato sobre a Guerra Guaranítica em nome dos missioneiros, registra que portugueses e espanhóis queimaram o corpo de Sepé com pólvora, mesmo enquanto ainda respirava, e o martirizaram de outras formas. Enterraram o corpo em uma mata próxima, provavelmente

na sanga localizada dentro do atual perímetro urbano de São Gabriel, e os companheiros de Sepé recuperaram o cadáver durante a noite.

Conforme o “Diário Abreviado”, de autoria de Manoel da Silva Neves, atribuído secretário de Gomes Freire, Sepé foi ainda decapitado. Os sobreviventes desse primeiro confronto, liderados pelo cacique Ñanguirú, tentaram uma última investida para interceptar o exército luso-hispânico e evitar a catástrofe iminente. Contudo, foram dizimados em poucas horas. A batalha, ocorrida em 10 de fevereiro de 1756, resultou na morte de cerca de 1.500 indígenas. Em memória ao massacre, foi erguida uma cruz no local, que ficou conhecido como Batalha de Caiboaté.

O que se preconiza aqui é que, dada a qualidade e relevância de Sepé Tiaraju, capitão, corregedor e cristão devoto, é improvável que seu corpo tenha sido deixado sem as devidas honras fúnebres. Seu corpo foi resgatado durante a noite e levado para um sepultamento definitivo na região das Missões, possivelmente em São Miguel.

A continuação da estrada que partia do Ibicuí-Mirim em direção ao sul, conduzindo a Santa Tecla, passava pelos locais marcados pela história, como o cenário da trágica Batalha de Caiboaté e o ponto onde Sepé Tiaraju encontrou a morte, três dias antes, em 7 de fevereiro de 1756. Com base nessa premissa, pode-se deduzir que o corpo de Sepé, resgatado por seus companheiros, percorreu essa estrada provavelmente no dia 8 de fevereiro daquele ano.

Essa dedução apoia-se em uma explicação lógica. Após o conflito em Caiboaté, os exércitos portugueses e espanhóis marcharam rumo às Missões pela estrada que subia a serra, passando pela região onde hoje está São Martinho. Naquele tempo, existiam apenas duas ro-

tas principais, possíveis, para alcançar as Missões a partir de Caiboaté: o caminho que passava por São Martinho ou a Picada de São Xavier, que também subia a serra, atravessando os atuais municípios de São Pedro, São Vicente, Mata e Jari.

Como seria improvável que os seguidores de Sepé utilizassem a mesma estrada abarrotada pelas tropas em deslocamento, é razoável supor que optaram pela rota de São Xavier. Por esse caminho, inevitavelmente teriam cruzado os Passos de São Lucas e Cezar, embora também seja possível que tenham atravessado por algum dos passos do Ibicuí Guaçu. A rota via São Xavier teria oferecido a discrição e a segurança necessárias para conduzir o corpo de Sepé até seu sepultamento final.

Além disso, o grupo que transportava os restos mortais encontraria amparo no meio do caminho, pois o caminho de São Xavier abrigava um povoado com esse mesmo nome. Inclusive, conforme relatos, no bolso do cadáver foi encontrada uma carta remetida desde a estância de São Xavier, mais especificamente do Povo Pequeno de São Xavier, escrita pelo Mayor-Domo Valentim Ibaringã. Na carta, marcada por grande religiosidade, há uma busca por informações sobre o andamento dos acontecimentos, além de desejos de boas notícias desde São Xavier. Essa também confirma a presença de dois padres naquele povoado, um deles denominado Cedeu e o padre Miguel, que seria Miguel de Soto.

Ainda em tempo, de acordo com o pesquisador José Roberto de Oliveira, estudioso da história missioneira, uma capela chamada Nossa Senhora de Candelária foi inaugurada em São Miguel durante o período da Guerra Guaranítica. No local, existem várias lápides sobrepostas, sendo que uma delas exibia o brasão da Espanha, uma honraria

destinada apenas a cidadãos espanhóis de destaque, como Sepé. Essa evidência reforçou a hipótese de que essa lápide pudesse marcar o túmulo do líder indígena. Contudo, trata-se apenas de uma possibilidade.

O pesquisador reuniu documentos e encaminhou uma solicitação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para que fosse realizada uma investigação arqueológica no local. Apesar das evidências relevantes, anos se passaram sem que qualquer ação fosse tomada. A inércia e o desinteresse do órgão tornam evidente o risco de perda desses vestígios, o que representaria uma irreparável perda histórica.

Por fim, abre-se espaço para teorias alternativas. Considerando o estado em que o corpo, já muito vilipendiado, teria chegado, é difícil que ele tenha se mantido em condições suportáveis até São Miguel. Assim, poderia ter sido sepultado no meio do caminho, quem sabe até em São Xavier.

Sepé

*Quando rufaram os tambores
Dos exércitos imponentes
Quando os soldados marcharam
Adentrando ao continente
Quando homens impiedosos
Se uniram e foram em frente
Quando canhões contra flechas
Eclodiram fortemente
Antes de iniciar batalha
Emboscaram covardemente
A sangue frio executaram
Nosso guerreiro valente
Tudo estava terminado
E o massacre iminente
Nessa estrada centenária
Que passava em Caiboaté
Seguia até as missões
Subindo a serra no sopé
Cruzava várzeas, banhados
Matas, córregos, rios até
Podemos hoje afirmar
Morto, aqui passou Sepé*

Telmo B. Flores

Povo Novo de São Miguel

Antes mesmo da eclosão da Guerra Guaranítica, provocada pelo Tratado de Madrid, já nos primeiros anos após a assinatura desse acordo em 1750, os missionários demonstravam preocupação com o futuro de seus estabelecimentos diante das mudanças iminentes. Com o objetivo de preservar o modo de vida que haviam construído, tomaram medidas estratégicas, como a realização de grandes migrações e a fundação de novos povos.

Um desses núcleos originou o que viria a ser conhecido como Povo Novo de São Miguel, também chamado de São Miguel Novo ou com outras variações similares. Esse novo povoado foi instalado na margem sul do rio Ibicuí-Mirim, provavelmente por volta da metade da década de 1750, após a assinatura do tratado. Paralelamente, surgiram outros povoados de natureza semelhante, como o Povo Novo de São Nicolau, localizado no atual município de Rosário do Sul, e o Povo de Santo Antônio Novo, situado no território onde hoje se encontra Lavras do Sul, nas proximidades de Dom Pedrito.

Há registros do Povo Novo de São Miguel em documentos cartográficos e relatos escritos. Um desses registros aparece no mapa intitulado *Terrarum S. Michaelis Oppidi Americae Meridionalis in Provincia olim Tape dicta, trans Flumen Uruguayi Siti, cum adjacentibus Simul aliorum oppidorum terris & vicinia Lusitanorum, accurata descriptio*, atribuído a Tadeo Henis. Embora esse mapa não contenha data, ele faz referência ao conflito do Caiboaté

por meio de um discreto desenho de uma espada. Considera-se que ele possa ter sido produzido após o conflito, por volta de 1756, ou então pouco antes, com a anotação acrescentada posteriormente.

Durante um período, o padre Miguel de Soto foi o responsável por conduzir os trabalhos à frente da comunidade. Há menção a uma manobra realizada por ele para assegurar o controle do território pelas Missões, que consistia em depositar gado entre os rios Toropi e Ibicuí-Mirim, com a intenção de garantir a subsistência do povoado em crescimento. É considerado o principal organizador da migração, enfrentando grandes dificuldades nesse processo. Ele chegou a residir por um tempo em um posto de Santo Antônio, localizado ao longo da antiga picada de São Xavier. Passou a viver ali em substituição ao padre Miguel Herrera, que foi afastado por não apoiar a resistência ao Tratado de 1750.

Conforme resgatado por Neumann, em 29 de setembro de 1757 foi registrado um bilhete escrito em guarani por Hilario Yrama. Naquele período, ele e outros indígenas provenientes das Reduções estavam estabelecidos no Povo Novo. Yrama encaminha a mensagem às autoridades de São Miguel, buscando informar aos membros do Cabildo e caciques sobre os problemas enfrentados por seu grupo. Relata que têm sido constantemente perturbados pelos espanhóis em sua permanência no Povo, destacando a desconfiança em relação a eles e a dificuldade de convivência.

Tradução da primeira correspondência para o espanhol:

Alabado sea el Santísimo Sacramento. Que Dios (Tupã) guarde a nuestras Autoridades, Cabildos y Caciques,

todos. De este modo, por medio de este documento os relato las cosas que se sucedieron por este nuestro Paso de Ybycuy, por donde caminaron los españoles; los indios desconfían de los españoles, nos dicen los "paganos". Esto varias veces lo escuchamos. Por eso nos apresuramos a esconder a la gente en la Estancia, dicen cuando ellos hablan, conversan entre sí; si bien antes a nosotros nos hicieron esconder aquellos, poco a poco, si bien lo creyeron siempre solamente lo soportaron y le aceptaron al final. Mis superiores (o jefes), los de Santo Angel, los de San Nicolás, por eso informaron mal a los infieles acerca de nosotros: aún a sus propias hijas las dan a los infieles. Esto nomás por ahora. Escribimos breve ahora a vosotros, nuestros superiores.

Bueno, que Dios Nuestro Señor y la Santa Madre de Dios os acompañe ahora como compañeros para siempre. En 3 de Agosto 1757. Vuestro pobres hijos, vuestros amigos de verdad. Hilario Yrama.

Así pues, Nuestros superiores, si lo deseáis, envid ahora esos 20 indios, no más 20 indios. Nosotros, aunque no sea más que algunos días estaremos esperando aquí. Nuestros superiores: esto solamente por ahora.

Alabado sea el S^{mo} Sac^{to} S^{ta} Tr^{inidad} en el año anga. Chirukichareta. Cebidos ha. Cosig. Quacatuke
 ygotaramo co cheguata pira amombu anga mba ypye baeu peme coñande ybiu. Paso nup,
 Carai guatahaharehe aba Oyeroha poiti Carai ncha hej Karai y bai Orobe herayebi Ochoenda
 Aygotaramo Nanderangi niamocani Est. ygua hy Oromongeraramo, nande mocani renonde ypa
 aygotai mbequa mbequa Orogurobatare ypa yepi Oroguro hora note ang Orombo fugigua Oyte
 Chirukichareta ygotaramo S^{ta} Tr^{inidad} ygua S^{ta} Tr^{inidad} ygua ycarai y bai mboay Ochercha guayi
 yepi Omei ycarai y bai upa Cobai note anga Orogurata mirt anga pema Ocherubichabeta
 Ory kupa nanderara ha. Tupaj m. toico anga gai niamame yepi quarama En 3 de Agosto
 1757 pende y potisha pende y huparete Hilario Yrama
 Ayacomoai Ocherubichareta ygotaramo pombon anga haaamo 20 note yepi anga Ocherubichabeta
 bora Oropi mboi ara Oico mirt bairama Ocherubichabeta Cobai note anga

Num segundo bilhete, enviado cerca de dois meses após o primeiro, Hilario Yrama adota um tom conciliador, ao mesmo tempo em que relata um grave desentendimento entre os próprios indígenas.

Essa nova mensagem é dirigida a Francisco Bruno de Zavala e apresenta um claro teor de retratação. Yrama manifesta arrependimento e o desejo de reatar o diálogo, reconhecendo o governador como uma autoridade legítima e necessária. Em seguida, denuncia atos de violência praticados por indígenas de outras reduções. Ao denunciar o comportamento hostil de certas lideranças indígenas, que acabavam vitimando outros companheiros, ele expunha as divergências existentes entre os próprios Guarani nas estâncias missioneiras, evidenciando a dificuldade de manter a convivência entre os indígenas fora do espaço urbano das reduções.

O conteúdo da carta indica ainda que os conflitos nas estâncias iam além das disputas entre indígenas missioneiros. Envolviam também confrontos com os chamados “yaros” (ou “infiéis”), motivados por disputas por animais e represálias contra famílias Guarani. Segundo Yrama, os embates teriam sido provocados pelo roubo de vacas e cavalos, resultando inclusive na morte de alguns indígenas. Ele menciona que os animais tomados estavam originalmente reservados a um dito “Marqués”, provavelmente se tratando do Marquês de Valdelírios, e que, em razão dessas perdas, seria impossível cumprir a promessa de envio dos cavalos. De acordo com o relato, os animais já haviam sido levados por indígenas de Santo Ângelo.

No primeiro bilhete, prevalecia uma postura de desconfiança em relação aos espanhóis. Já a segunda carta, direcionada a um militar do exército espanhol, adota um tom respeitoso e de reconhecimento da autoridade

hispânica. Essa mudança de atitude parece estar ligada à percepção de que os conflitos com os ditos infiéis exigiam intervenção externa, uma vez que a permanência fora do núcleo urbano das reduções tornava-se cada vez mais insustentável.

Tradução da segunda correspondência para o espanhol:

Alabado sea el Santísimo Sacramento

Dios te guarde Señor Gobernador y que tus hijos también estén bien [tengan buena vida]. Nos consuela oír tu palabra, mucho tiempo, ciertamente, anduvimos como huérfanos, pero soportamos únicamente nuestra forma de vivir, confiando en Dios, y también en el Gobernador. Esto siempre en tiempo del alcalde llamado Joseph Ñeëndy de Santo Angel, y Diego Guarapy; estando como compañeros Francisco Quarasy e Ignacio Zambyyu de San Nicolás; y Joseph Tuy. Sucede que entonces mató a muchos de mis hijos de la Estancia.

De esta manera también [actúa] una multitud de Yaros, casi mataron a mis hijos por sus pobres animales, aún en el corral; hay alguien que nos protege continuamente y aquel hermano menor de Don Juan Mbocan, quien tiene muchos siervos, y el jefe estos también nos quiere, por tanto, no nos maltrata [lit.: no juega de nosotros]. Pero el que ha recibido tu carta, llamado Mundai, no hace caso de tus mandatos. Esto solamente lo que te quería comunicar desde San Miguel, hoy viernes 29 de septiembre de 1757.

El que te aprecia mucho alcalde Hilario

Estos de Santo Angel nos llevaron 400 vacas, las que iban a ser del Marqués y además se llevaron 200 caballos. Esta cartita es para Don Bruno.

Mais adiante, em maio de 1759, o engenheiro militar e cartógrafo português José Custódio de Sá e Faria encontrava-se acampado na confluência dos rios Ibicuí Grande e Santa Maria. Naquele período, o Povo Novo de São Miguel já estava próspero às margens do Ibicuí-Mirim, sob administração jesuítica e habitado por guaranis oriundos das Missões.

No dia 25 de maio de 1759, Custódio e um grupo de quatro acompanhantes, incluindo dois geógrafos, decidiram deslocar-se até esse povoado, situado a nove léguas a leste do acampamento, para explorar o rio até aquele ponto. Eles partiram às 9h15 da manhã e chegaram ao povoado à noite. Para o retorno, planejavam embarcar em uma balsa no ponto mais próximo ao Ibicuí-Mirim. No entanto, como havia risco de encontrar galhos no rio que dificultariam a navegação, os índios e padres recomendaram partir diretamente da confluência entre os rios Toropi e Ibicuí-Mirim. Assim, no dia 26 de maio, transportaram as canoas até essa confluência. Após uma marcha de 40 minutos até o local, também conhecido como Forquilha, improvisaram uma balsa sobre duas pequenas canoas e desceram o Ibicuí-Guaçu até o acampamento na confluência com o Santa Maria.

Considerando que a marcha de 40 minutos indica uma distância percorrida inferior a uma légua e que hoje se sabe que a confluência até o Passo de São Lucas possui pouco mais de uma légua, pode-se afirmar que, durante a expedição de Custódio, o Povo Novo de São Miguel não deveria estar em distância além do Passo.

Dia 25 de Maio.

Enquanto em este campo se formaram ranchos, para desenhar com mais comodidade, em eles os planos, tanto o da configuração do terreno em disputa, como o da

demarcação, e os diários por onde conste individualmente o que havemos operado. Saímos neste dia deste acampamento os dois Comissários, com os dois Geógrafos em direitura ao novo povo de S. Miguel, que distava 9 léguas para a parte de Leste deste acampamento, para averiguar pessoalmente o resto do curso do braço do Ibicuy, que baixa do monte grande, e que havíamos examinado nos princípios do mês de abril deste ano, desde a sua origem até às imediações deste povo, como acima fica dito; e havendo saído às 9¼ horas e um quarto da manhã, chegamos de noite ao dito povo.

Dia 26.

Não pudemos sair do povo, porque a balsa em que devíamos seguir pelo rio abaixo, podia encontrar embarcações de ramos até chegar à forquilha, que forma o Toropi com este Ibicuy-mini, que está perto do dito povo, e porque disseram os padres, e os Índios que era melhor que a dita balsa se fosse a formar em a mesma Forquilha destes dois rios, o que assim se executou, gastando-se este dia em conduzir ao dito sítio as canoas.

Dia 27.

Saímos do povo às 7 horas e meia da manhã, e marchando 40 minutos ao rumo do Oeste, chegamos à Forquilha; convindo os dois Comissários ser o rio Toropi mais caudaloso que o Ibicuy-mini, os quais dois rios tínhamos à vista, e nos embarcámos em a balsa, e navegamos rio abaixo desde as 9 horas e meia da manhã, até as 4¼ da tarde, em que tomamos porto para passar a noite.

Mas, apesar do detalhado relato de Custódio, a localização exata desse povo ainda permanece desconhecida devido, principalmente, à ausência de indícios materiais. Essa incerteza decorre, também da imprecisão dos ma-

pas, o que é compreensível, considerando-se que são debates de 1759.

Por exemplo, cartas trocadas entre Miguel de Soto, padre estabelecido no Povo em abril de 1758, e Juan de Echeverría, um espanhol que havia sido capitão de fragata e servia na missão demarcadora nos Campos de São Lucas, indicam que a distância entre esses campos e o Povo era de aproximadamente um dia de viagem. Vale destacar que esses Campos de São Lucas não correspondem aos de Cacequi, mas sim à atual região da Boca do Monte, em Santa Maria.

Com base nesse tempo de deslocamento, seria possível alcançar, em um dia, um povoado na região da atual Dilermando de Aguiar, tranquilamente. Mas, também, com mais esforço, se poderia chegar ao local que Custódio, um ano depois, assinalaria como sendo onde se situava o Povo, no ângulo do Ibicuí-mirim com o Ibicuí-guaçu.

No entanto, na mesma ocasião em que se percebeu a estratégia de Soto, de manter o gado entre os rios Toropi e Ibicuí-Mirim, também foi registrado que o Padre Juan Francisco Garrió estava encarregado de implementar o povoado, para o qual o gado estocado por Soto serviria. Garrió assumiu a liderança na construção de ranchos, casas, estabelecimentos e uma capela, com a clara intenção de criar um assentamento duradouro, voltado para a permanência. Isso reforça a tese de que se tratava de uma vila organizada e agrupada, desqualificando a hipótese menor de uma população dispersa.

Adicionalmente, uma carta de Don Pedro de Ceballos enviada a Don Ricardo Wall, em 7 de outubro de 1758, indica que o povoado contava com aproximadamente 2.500 habitantes naquele ano.

Na ocasião de maio de 1759, Custódio relata ter recebido recomendações sobre o local ideal para a instalação da balsa por parte de alguns indígenas e padres. Miguel de Soto estava no Povo Novo em abril de 1758 e, como não há registros de sua localização entre essa data e sua expulsão em 1768, é bastante plausível que estivesse entre os sacerdotes residentes no local. Assim, é possível que tenha sido um dos religiosos com quem Custódio e os outros três expedicionários se encontraram.

Os caminhos percorridos e os conhecimentos reunidos por Custódio e Echeverría foram posteriormente registrados em mapas da época. Nesses documentos, o Povo Novo de São Miguel aparece claramente identificado. Dois desses mapas, possivelmente os mais relevantes, também abrangem os outros dois Povos Novos, representando a disposição das casas e a organização dos assentamentos. Henis denominava esses agrupamentos de *Pueblitos*. O Povo Novo de São Miguel é mencionado, inclusive, nos mapas que acompanham as observações feitas por Blasco durante a primeira demarcação, realizada em 1758.

Uma das controvérsias mais significativas surgidas durante os desafios impostos pelos tratados ocorreu quando o padre Tadeo Henis foi detido pelos espanhóis em São Lourenço e, posteriormente, permaneceu preso por alguns dias com os portugueses, em 1756, em São João. Embora tenha sido tratado com cortesia, seus pertences foram revistados, e entre eles foi encontrado o mapa *Terrarum S. Michaelis [...]*. Durante esse período, o mapa foi apresentado a Miguel de Blasco e José Custódio, que realizaram uma cópia, acrescentando informações fornecidas por Henis.

O Tratado de Madri determinava que a linha divisória entre os reinos deveria seguir o curso do rio Ibicuí-Guaçu

até sua nascente, mas o texto do tratado não especificava claramente qual nascente deveria ser considerada. O mapa de Henis indicava que o atual rio Santa Maria era, na verdade, o Ibicuí-Guaçu. Essa interpretação favorecia os portugueses, pois colocava todo o território a leste do atual Santa Maria sob domínio do Reino de Portugal.

Isso deu início a intensos debates e a novas expedições demarcadoras. Os portugueses sustentavam que o Ibicuí-Guaçu nascia na nascente-mãe do atual Santa Maria, sendo o seu curso integral o atual Santa Maria e da sua foz no Ibicuí, percorrendo até a barra deste no rio Uruguai. Já os espanhóis defendiam que o rio deveria ter sua nascente na Serra do Monte Grande, seguindo o curso natural das águas, e que, portanto, a linha divisória deveria passar pelas cabeceiras do Ibicuí-Mirim, continuando até a foz do Ibicuí no rio Uruguai, interpretação que também poderia ser respaldada pelo mapa de Henis.

A decisão definitiva dependeria das autoridades superiores das coroas europeias, mas essa deliberação jamais ocorreu. Em 1761, o tratado foi revogado por Carlos III, e os critérios para a definição da fronteira foram posteriormente alterados.

Em meio o acirramento das tensões entre as Coroas ibéricas, o Povo Novo de São Miguel passou a ser visto como um entrave para o progresso das negociações, especialmente por estar localizado em uma área de disputa territorial. Cartas trocadas entre duas autoridades espanholas de alta patente, Don Pedro de Ceballos e o Marquês de Valdelirios, datadas de novembro e dezembro de 1759, indicam que, já em setembro daquele ano, considerava-se que a permanência do povoado comprometia os trabalhos da comissão encarregada da demarcação de fronteiras. José Custódio de Sá e Faria, que havia visitado o local an-

teriormente, foi um dos críticos dessa situação. Houve, inclusive, acusações contra o padre Tadeo Henis, acusado pelas autoridades responsáveis pela demarcação como o causador da confusão em relação aos limites do rio Ibicuí, e por incentivado a resistência indígena.

A partir dessas tensões e do já andamento da segunda partida, iniciaram-se os debates sobre a necessidade de transferir o povoado para outra localidade, mesmo com sua infraestrutura já consolidada. A Espanha, por sua vez, demonstrava pouca disposição em atender aos apelos portugueses, possivelmente como estratégia para manter sua influência na região e obstruir o avanço da demarcação.

Um dos receios manifestados por Portugal, além da suspeita de que a Espanha estaria deliberadamente atrasando os procedimentos da demarcação, era o de que os indígenas do Povo Novo de São Miguel pudessem atacar os portugueses que viessem a se estabelecer na margem norte do Ibicuí-Mirim. Essa preocupação é expressa em uma carta enviada por Valdelirios a Ceballos em 9 de janeiro de 1759, a qual também confirma que, naquela data, o povoado ainda se encontrava ativo na região. A partir desse ponto, deduz-se que a desarticulação do Povo Novo ocorreu pouco tempo depois, em decorrência das pressões das Coroas.

No livro “Os Índios da Aldeia dos Anjos”, encontra-se uma relação com cerca de 412 nomes de indígenas que estavam estabelecidos no Povo Novo de São Miguel, os quais foram posteriormente transferidos para a região de Gravataí. Informa-se também que aquele povo esteve sob a liderança de Don Paycá, que residia no local com sua família. Posteriormente, ele passou a ser conhecido pelo nome lusófono de Mariano Coutinho.

Em 1783, no conjunto de documentos cartográficos intitulado *Mappas Particulares extrahidos da carta da capitania do Rio Grande de S. Pedro e suas circunvizinhanças athe o rio da Prata*, elaborado por Francisco Roscio com base em anotações realizadas entre 1774 e 1778, ainda é possível observar a indicação do Povo Novo de São Miguel em um dos mapas anexos, apesar de já dissipado o Povo.

Em 1787, Saldanha faz menção ao nome do Passo de São Miguel Miri, denominação que remete ao posto localizado na margem oposta, isto é, entre os rios Toropi e Ibicuí Mirim. No mesmo sentido, é cabível a análise dos mapas elaborados por José Varela y Ulloa. Um desses mapas indica o “Posto de São Miguel Miri”, em consonância com o registro de Saldanha, enquanto outro o nomeia como “Posto Chico de São Miguel”, o que também se alinha a um mapa contemporâneo da época, de autor desconhecido. Ressalte-se, contudo, que em todos esses casos aparece como “Posto”, vinculado à Estância de São Pedro, sem qualquer menção direta ao “Povo” Novo de São Miguel, situado na margem sul do Ibicuí Mirim. Por isso, é presumível que o povo ali já não existisse mais nesse período. No entanto, um dos mapas de Ulloa faz referência a um “Povo de São Miguel Miri”, localizado no município de São Vicente, nas proximidades do rio Jaguari, informação que é novamente respaldada pelo mapa anônimo da mesma época. Além disso, há uma menção expressa a um povoado com esse nome em carta datada de 28 de dezembro de 1762, escrita pelo padre Joseph Cardiel ao padre Nicolás Contucci. Nela, é relatado que o local seria um novo assentamento destinado aos miguelistas.

É importante observar a distinção: em São Pedro, tratava-se de um posto; em São Vicente, era identificado como povo.

Com o avanço dos domínios lusos, o território missioneiro passou a se retrain, tornando-se cada vez mais concentrado e confinado. Não se tratava mais de um território formalmente delimitado como nas décadas anteriores, mas de uma região formada por estâncias e pequenos núcleos ligados às missões tardias, posteriores à expulsão dos jesuítas. Na área de São Vicente, concentrou-se um número significativo de postos e agrupamentos missioneiros. Por esse motivo, pode-se considerar a região como o último vestígio, ainda que não oficialmente reconhecido, de um território missioneiro, cuja existência foi encerrada em 1821, com a venda da Estância de São Vicente pelos próprios Guarani.



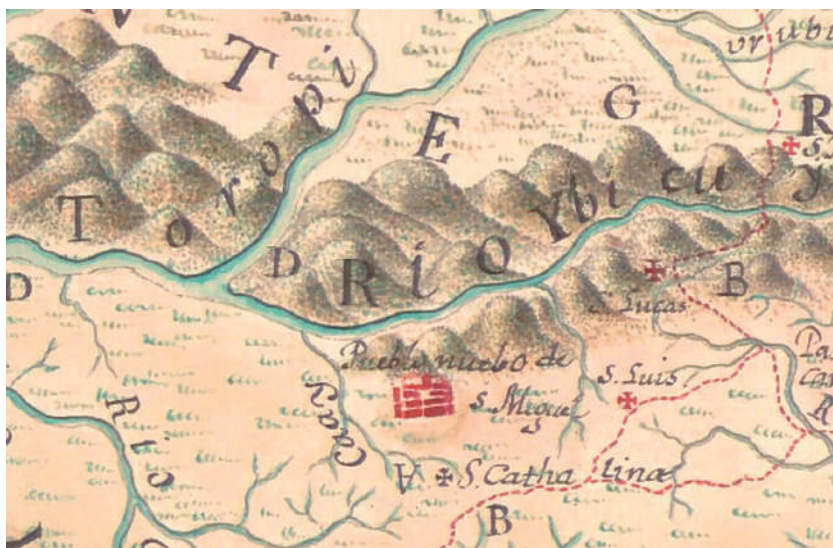
Idealização gerada com auxílio de IA de como seria a disposição do Povo Novo de S. Miguel com base na pequena indicação contida no mapa de Custódio de Sá e Faria. Com 12 habitações e uma capela.



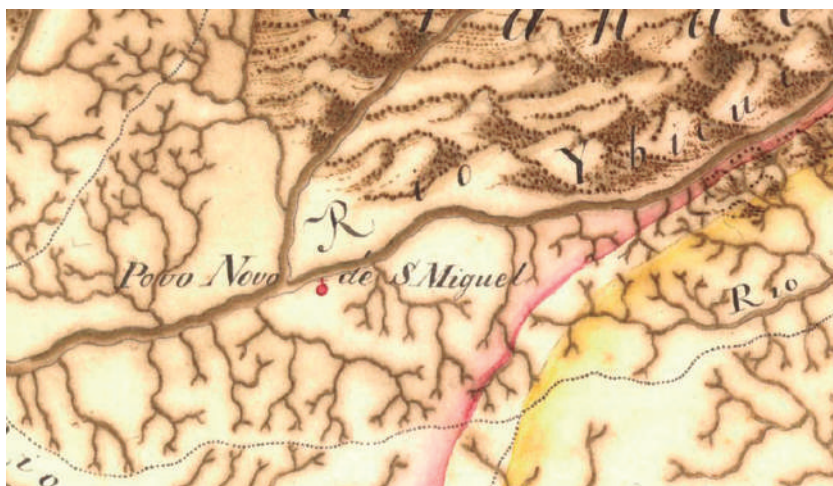
Terrarum S. Michaelis Oppidi Americae Meridionalis in Provincia olim Tape... Tadeu Henis ~1756



Mapa que acompanha as Notas do papéis de Blasco acerca de Primeira Partida. 1758.



Demonstracion del Rio Ybicuy y de los brazos que lo forman.... Com base em registros de Custódio de Sá e Faria, ~1759



Mapas particulares extraídos da carta da capitania de Rio Grande de Sao Pedro e suas circunvizinhas ate o rio da Prata. Francisco João Roscio, 1783.



Estância de São Pedro e Estância de São Lucas

Há tempos, como já mencionado, o interesse econômico pelo gado levou os jesuítas a estabelecerem estâncias, o que resultou na fixação da Estância de São Pedro na bacia dos rios Ibicuí e Toropi, ao sul da Serra. Durante muitos anos, essa estância foi considerada parte do domínio da grande Estância de São Lourenço. No entanto, conforme mapeamento elaborado por Tadeu Henis, por volta de 1756, passou-se a entender que a Estância de São Pedro pertencia, na verdade, à Estância de São Miguel, assim como São Xavier e São Vicente.

Esse mapa também detalha melhor as divisões das grandes estâncias, permitindo supor que o Ibicuí-Mirim, no ponto onde delimita os municípios de São Pedro e Santa Maria, marcava a fronteira entre as estâncias de São Miguel e São Luís. Mais acima, onde o rio corta a serra, encontrava-se a divisa com São Lourenço, considerando que São Martinho já fazia parte da grande Estância de São Lourenço.

O mapa também apresenta a primeira referência cartográfica ao núcleo que viria a se tornar a Estância de São Pedro, identificado com a inscrição “S. Pedro” sob legenda *pagi minores cum sacelis* (“pequeno povoado com capela”). Três anos depois, porém, Custódio de Sá e Faria nada menciona sobre São Pedro, nem em seu diário nem nos mapas de 1759. O nome só volta a surgir no mapa demarcatório de 1777, criando um hiato documental em que a localidade parece ter desaparecido.

Uma hipótese plausível é que o pequeno povoado com capela tenha sido efêmero, vindo a se dissolver antes mesmo de 1759. Após a expulsão dos jesuítas, em 1768, o sítio teria sido reorganizado como estância, no contexto da fragmentação das grandes estâncias.

Já configurada como estância, São Pedro mantinha, como era usual, alguns postos. Um deles era São Miguel Mirim, enquanto outro possivelmente existiu nas proximidades da Ermida ou, talvez, próximo ao Rincão da Taquara. Apesar de sua óbvia importância, a estância e seus postos são raramente mencionados em detalhes. José de Saldanha a registrou em sua passagem pela área em 1787, e ela também aparece em alguns mapas, como a planta cartográfica publicada em 1788 por José Varela y Ulloa.

A região passou a ser conhecida como “Rincão de São Pedro”. O Passo do Toropi era denominado Passo de São Pedro, tornando-se depois Passo do Cezar, em referência à família que assumiu suas terras. Já o passo que atravessava o Ibicuí-Mirim era chamado, no século XVIII, de Passo São Miguel Mirí, nome derivado do posto homônimo da estância de São Pedro, também referido como Posto Chico de San Miguel. Posteriormente, esse passo passou a ser conhecido como Passo de São Lucas, possivelmente em razão da estância de mesmo nome, estabelecida no lado de Cacequi no início do século XIX.

O demarcador José de Saldanha relatou sobre o referido posto em sua passagem pela região em 1787:

“De duas partes constou o reconhecimento deste dia, a primeira foi por uma ponta de coxilha, de terreno de baixas colinas, até a várzea do Rio Ibicuí-mirim, galho do Toropi, onde acampamos, junto da sua costa meridional, e

do seu Passo de São Miguel-miri, nome que toma do Posto do mesmo título, e da Estância de S. Pedro, que está logo do outro lado."

José de Saldanha em 25 de março de 1787

As estâncias eram muito extensas, nesse aspecto entra a importância e necessidade dos postos. Eram muitas vezes ranchos isolados, no costado dos capões de mato ou nos altos de coxilha, onde se viviam campeiros, índios ou até pequenas famílias, os posteiros, esses locais serviam principalmente pra prezar as áreas das fazendas, cuidar, manejar e separar o gado, manter as divisas. Na época das missões os postos exerciam as mesmas funções de cuidado, mas para que o gado fosse enviado para as reduções.

Pequenas casas, muitas vezes de madeira com telhado de Capim-santa-fé, acompanhadas de um pequeno arvoredo composto de laranjeiras, bergamoteiras, pessegueiros e pitangueiras, um galpão pra abrigar os animais de criação ou transporte, uma pequena lavoura pra consumo próprio. Pelo dia o campeiro recorria o gado e a mulher cuidava dos afazeres domésticos, varriam, lavavam roupa na sanga próxima. Assim eram os postos e a vida daqueles que lá viviam.

Em decorrência das grandes sesmarias, de campos intermináveis, essa era a única maneira de tutelar as propriedades efetivamente.

Por mais que alguns pesquisadores rezem pela inexistência de uma sede física desse estabelecimento. Saldanha sugere em seu diário a existência de casas, podendo essas serem postos de estância, os quais tinham como peões os índios.

*“A segunda parte foi feita escoteiramente pelo Rincão da **Estância de S. Pedro**, até o mais alto de uma coxilha limpa de mato que principiando na Forqueta do Ybicuy-miri, com o Toropi, pelo lado interior segue até adentrar na Serra do Monte Grande. Da Estância de S. Pedro do Sul da Serra. **Esta Fazenda, que igualmente pertence ao Povo de São Miguel** é de uma figura quase triangular, cuja base assenta sobre o Rio Ybicuy-miri, desde a sua embocadura até cousa de duas Léguas e meia mais acima, e neste espaço acompanhado pela sua margem Septentrional de uma várzea de largura de meia Léngua plana baixa, e algum tanto pantanosa. Pelo lado Ocidental continua o Toropi, até entrar na Serra, por terreno dobrado, à exceção das primeiras duas milhas no Canto interno da sua Forqueta, com o Ybicuy-miri, depois do que **estão situados os Ranchos, ou Casas da Estância já nas Lombas**, e cousa de meia milha a Leste do mesmo Rio Toropi, o qual tem pouco mais acima, **o Passo também chamado de S. Pedro, que dá trânsito desta para a Fazenda de S. Vicente, e dali pela Picada de S. Tiago.**”*

José de Saldanha em 25 de março de 1787

Apesar da grande dificuldade encontrada nas viagens, havia significativo deslocamento pelas estradas.

José de Saldanha, como já foi citado anteriormente foi um dos demarcadores que descreveram de forma detalhada sua passagem na região, os passos e estradas, fazendo observações variadas, costumes, povo, latitudes, geografia, fauna e flora. Tendo sido um dos únicos registros escritos ainda existentes que detalham a estância de São Pedro enquanto estabelecimento construído.

*“O Lado Oriental, é verdadeiramente atalhado por pontas de coxilhas coroadas de arvoredos que baixam da Serra ao Sul, até terminarem no Ybicuy-miri; contudo consta haver nela uma **picada e estrada para outro Posto desta Estância**, cujo se acha mais a Leste, e de que adiante trataremos, assim como da Serra do Monte Grande, que neste Lugar serve de alta e dobrada muralha, pela banda do Norte, não deixando, que esta Estância tenha mais de duas Léguas de comprimento. Do que resulta não se poder aumentar em criações este estabelecimento, aliás bem fechado, e faltando-lhe o pasto preciso para o sustento dos animais.”*

José de Saldanha em 25 de março de 1787.

Conforme registrado por Romeu Beltrão, em 15 de dezembro de 1802, Maneco Pedroso recebeu uma resposta a um requerimento enviado ao tenente corregedor do Povo de São Miguel, Antônio José de Castro. Nessa resposta, foi informado de que os campos do Rincão de São Pedro se encontravam devolutos. Maneco e seus dois irmãos, Antônio e Salvador, já utilizavam a área para invernar gado, com o apoio dos comandantes locais, e buscavam regularizar a posse legal dessas terras, o que ainda não haviam conseguido devido aos compromissos com o Real Serviço.

Em reconhecimento pelos serviços prestados à Coroa Portuguesa, os irmãos Pedroso foram agraciados com duas sesmarias. Um dos feitos que justificaram tal concessão foi a tomada da Guarda de São Martinho, ocorrida em 1801. Esse episódio é mencionado em um ofício datado de 22 de setembro daquele ano, enviado pelo sargento-mor engenheiro José de Saldanha ao capitão Manuel Antônio de Magalhães. No documento, Saldanha relata a demolição do forte de Santa Tecla, o abandono da região dos

Sete Povos pelas tropas espanholas, a movimentação das forças portuguesas e, em especial, a conquista da Guarda de São Martinho.

Segundo o relato, a guarda foi tomada por um grupo de não mais que 33 homens, liderados por José do Canto, identificado por Saldanha como um desertor, e por Manuel dos Santos, a quem o engenheiro, em tom de censura, sugere que se chamasse “Manuel do Diabo”, em razão das crueldades por ele praticadas durante os saques.

Sabe-se também que Antônio dos Santos Pedroso foi o detentor de parte das terras do Rincão de São Pedro, área que constitui o foco deste estudo. Em 16 de junho de 1875, João Ignacio Flores compareceu ao registro de notas local e solicitou a inclusão de uma determinada área de terras em uma escritura particular. Para isso, apresentou um documento antigo, cuja compreensão era dificultada pela grande passagem do tempo. Esse documento pertencia a Antônio dos Santos Pedroso e atestava a posse de um campo de criação e suas matas, situados na Costa da Serra Geral, entre os rios Ibicuí-Mirim e Toropi.

A área era delimitada ao norte pela Serra Geral, ao sul por uma restinga que nascia no cerro denominado Xorinquá e desaguava no banhado que fazia divisa com Antônio Dias, na região da Carpintaria. A leste, a divisa era com Salvador dos Santos, demarcada por uma restinga que partia “do pé” da casa de Salvador e seguia até a Serra Geral, prolongando-se da ponta do mato da restinga em linha reta até o cerro Xorinquá.

O documento antigo mencionava que Antônio possuía esses campos por despacho do sargento-mor Joaquim Félix da Fonseca, sendo esse despacho e a posse os únicos direitos que detinha sobre a terra. No entanto, ele declarou ter contratado e efetivamente vendido essas terras ao senhor Salvador Martins Morato.

Diz-se que os irmãos Pedroso nunca residiram na estância. Posteriormente, em 1815, parte das sesmarias do Chiniquá foram adquiridas por Manoel Antônio Teixeira, casado com Ignácia Maria Xavier Cezar.

Manoel Antônio Teixeira era natural do Paraná, filho de Manuel Teixeira da Rosa e Joana Nunes de Abreu. Já Ignácia Maria Xavier Cezar nasceu em Triunfo e era filha de Ignácio Xavier Cezar e Rita Pereira de Araújo. Ela era irmã de José Joaquim, Ignácio, Francisca, Francisco, Maurícia e Luciano Xavier Cezar.

O casal teve os seguintes filhos: Manoel, Iria, Ana Paulina, Maria, Ignacio, Cypriano, Rita, Aurélio e Joanna.

Com o falecimento de Ignácia em 16 de novembro de 1826 e de Manoel em 26 de abril de 1831, as áreas no Rincão de São Pedro foram divididas entre os herdeiros.

Além destas no referido Rincão, o casal possuía duas sesmarias no atual território de Dilermando de Aguiar, que foram posteriormente permutadas entre os herdeiros. Um dos filhos, Cipriano Teixeira Cezar, trocou terras que herdou em Dilermando por áreas herdadas por sua irmã Ana em São Pedro, consolidando uma vasta propriedade na porção sul do distrito. A porção norte permaneceu, em parte, sob domínio de sua irmã Rita Teixeira Cezar, cujas terras confrontavam com o Toropi. Em determinado período, essa área ficou situada entre as terras de Raymundo Fagundes de Bittencourt a oeste e das famílias Flores a leste.

Joanna recebeu terras na localidade de Itamainó, a leste, e observa-se que as áreas anteriormente pertencentes à família Rosauo também estavam inseridas em seus domínios. Gabriel Gomes Rosauo, patriarca da família, era casado com Maria Carolina Soares, com quem teve

os filhos Carlos, Fermino, José Ignacio e Gabriel Rosauro. Maria Carolina Soares era filha do primeiro matrimônio de Fermino Pereira Diniz Soares com Maria Carolina Xavier. A senhora Carolina Xavier faleceu em 1862, quando a filha contava com cerca de 1 ano de idade. Pouco tempo depois, Fermino casou-se novamente, em 29 de abril de 1863, com Deolinda Teixeira de Moraes, filha de Joanna Teixeira Cezar e de seu segundo marido, Manoel Martins de Moraes.

Presume-se que Maria Carolina Soares tenha sido criada por Deolinda Teixeira de Moraes e, por isso, incluída nas partilhas familiares. Dessa forma, é possível traçar a origem das posses da família Rosauro até Joanna, assim como ocorre com outros proprietários de terras na região que descendem de Fermino Pereira Diniz Soares e Deolinda Teixeira de Moraes.

Maria Teixeira Cezar também foi proprietária de terras no Rincão até seu falecimento, quando deixou sua herança para seu afilhado e primo, Sérgio Fernandes Teixeira. Sérgio vendeu parte dessas terras para Manoel da Silva Medeiros em 1868 e outra parte para Rufino Alves da Silveira. No entanto, essa última fração foi reincorporada à família Cezar em 1879 por meio de uma compra feita por João Ignácio Xavier, casado com uma sobrinha-herdeira de Rita Teixeira Cezar.

Rita Teixeira Cezar foi proprietária de terras situadas ao norte da região. Nascida por volta de 1804, casou-se duas vezes: a primeira união deu-se em 28 de setembro de 1830 com João Machado Fagundes; a segunda, com José Luiz de Medeiros, com quem viveu até ficar viúva. Não teve descendentes e faleceu em 5 de maio de 1888, deixando sua herança a quatro pessoas.

Uma beneficiária foi sua sobrinha e afilhada, Rita Teixeira de Moraes, filha de Joana Teixeira Cezar com Es-

tácio Martins de Moraes. Casada com João Ignacio Xavier, essa sobrinha herdou a área da sede da denominada Estância da Timbaúva. Outra beneficiária foi Rita Domingues de Oliveira, que recebeu a área do Rincão do Pairé. Ela era casada com José Joaquim Cezar. Rita era filha de Antônio Domingues de Oliveira e Joaquina Maria Cezar; José Joaquim, por sua vez, era filho de Salvador Antônio Cezar e Anna Martins Morato. Cabe observar que Salvador e Joaquina eram irmãos, o que fazia do casal beneficiado, primos.

Também receberam partes da herança João Ribeiro Teixeira e Claudina Francisca Venes. Esta última, possivelmente uma agregada da família, já se encontrava estabelecida no Cerro do Louro, área vizinha à Timbaúva.

No testamento de Rita, foram descritos entre os bens de raiz aproximadamente duas mil e oitocentas braças de campo, com uma légua de fundo. Entre os semoventes estavam 745 reses de criar chucras, 185 reses mansas, 13 bois mansos, 78 novilhos, 20 cavalos mansos, 4 potros, 51 éguas chucras e 10 éguas mansas. Os bens móveis consistiam, em sua maioria, em instrumentos de trabalho.

Rita e José Luiz foram sepultados no cemitério familiar na localidade de Pesqueiro, interior de Dilermando de Aguiar.

Cypriano Teixeira Cezar, nascido por volta de 1802, destacou-se como um dos maiores, senão o maior, proprietário de terras no Rincão, ao sul delimitado pelo rio Ibi-çuí-Mirim. Reconhecido também por ser um grande possuidor escravizados, costumava batizá-los na fé católica, assim como Rita.

Muito religioso, Cypriano oficializou, em 11 de agosto de 1873, a doação de um terreno de 5 braças de frente por

12 de fundo, situado junto à Ermida de São Pedro. A doação foi realizada em nome do próprio santo, sendo este representado no ato por Sérgio Fernandes Teixeira e Francisco Alves Correia. O terreno foi destinado à construção de um cemitério, no qual ele mesmo viria a ser sepultado anos mais tarde.

Já em idade avançada, casou-se em 20 de agosto de 1892 com Hedwiges Ferreira Braga. O casal viveu junto até a morte de Cypriano, em 5 de junho de 1898. Sem deixar descendência legítima, ele legou toda a sua herança à esposa Hedwiges.

Seu testamento registrava como bens de raiz cinquenta e três quadras de sesmaria, além de três quadras e três quartos localizadas na fazenda da Timbaúva, no Rincão do Meio (área que seria posteriormente vendida por Hedwiges a João Ignacio Xavier), e um terreno no Pau Fincado, e demais benfeitorias. Entre os semoventes estavam mil setecentas e sessenta e cinco reses de criar chucas, sessenta reses mansas, cento e vinte e seis novilhos, vinte bois mansos, cento e duas éguas chucas, quarenta e quatro cavalos e quarenta ovelhas. Dentre os bens móveis, constavam peças de montaria e utensílios de prata, mobílias diversas, uma carroça e um carrinho de puxar água. Em dinheiro, deixou um conto e seiscentos e vinte e quatro mirréis (1:624\$000). No entanto, impressiona o valor listado como créditos a receber da herança, que somava expressivos de vinte e um contos e setecentos e dezenove mirréis (21:719\$000).



Possíveis fotografias de Cypriano Cezar. A primeira do acervo de Luís H. B. Chagas e a segunda, cedida por Ivone Cezar Souto.

A família Cezar pode ser considerada a principal proprietária de terras entre os dois rios, mas não a única. Outros, como o Capitão Raymundo, também possuíam porções, fato desconhecido na primeira edição desta obra. As constantes compras, vendas, permutas e heranças, alteravam continuamente as delimitações, tornando impossível mensurar com precisão a extensão de cada domínio ou estabelecer um ano específico como referência definitiva. Para isso, seria necessária uma extensa linha do tempo baseada em mapas das propriedades, os quais não existem. Além disso, as descrições das frações de terra eram frequentemente imprecisas, delimitadas apenas por marcos naturais, como rochas ou árvores.

Até hoje, o sobrenome desses antigos proprietários ainda é presente na região, sendo um resquício imaterial da antiga São Pedro. Em determinado período, devido à

predominância das terras da família Cezar no distrito, a localidade passou a ser conhecida como Rincão dos Cezar, e o Passo do Toropi foi renomeado para Passo do Cezar.

Parte da propriedade de Cipriano, em confrontação oeste ao Toropi, havia sido adquirida por Salvador Antônio Cezar, seu primo, filho de José Joaquim Cezar e Maria do Espírito Santo, que era residente no distrito de Palma, em São Vicente do Sul. Essa parte de campo ficou pra descendência que Salvador gerou com as duas esposas que teve. Casou-se em primeiras núpcias com sua prima Anna Martins de Oliveira, de onde teve os filhos Salvador Filho, Manoel Antônio, José Joaquim, Francisco Antônio, Raimundo Antônio, Maria, Francisca Maria e José Antônio. Se casou posteriormente com Felisbina de Almeida, com quem teve os filhos Martinho Antônio, Anna Maria, Francisca Maria, Joao Antônio, Antônio Joaquim, Fidêncio Antônio, Ignacia Maria, Rita Maria e Virgílio Antônio. Totalizando 17 filhos herdeiros.

A Estância de São Pedro, ora uma única e extensa propriedade, havia sido partida em várias porções menores de terra, sob tutela de outras famílias.

Sobre a antiga estância, antes das partilhas, e levando em consideração os aspectos históricos e geográficos, bem como a análise dos tipos rochosos utilizados na fundação e as informações provenientes da tradição oral, foram identificados duas localizações plausíveis para a casa-maior da estância de São Pedro do Sul da Serra.

Uma dessas localizações, não muito distante do Toropi, ainda preserva paredes de pedra com reboco calcário. Pelo perímetro, estima-se que a construção tenha cerca de 80 metros quadrados. Por último, foi a residência de Dulcina de Oliveira Cezar (1891 – 12/9/1989) e seus familiares, ela filha de José João Cezar, portanto, neta

de Salvador Antônio Cezar. No entanto, um levantamento cartográfico realizado pelo Exército Brasileiro em 1955 identifica esse local como “Fazenda Velha”. Mais adiante, será apresentada outra passagem relacionada a essa antiga ruína. Naturalmente, a localização exata da estrutura é mantida em sigilo por questões de propriedade privada.

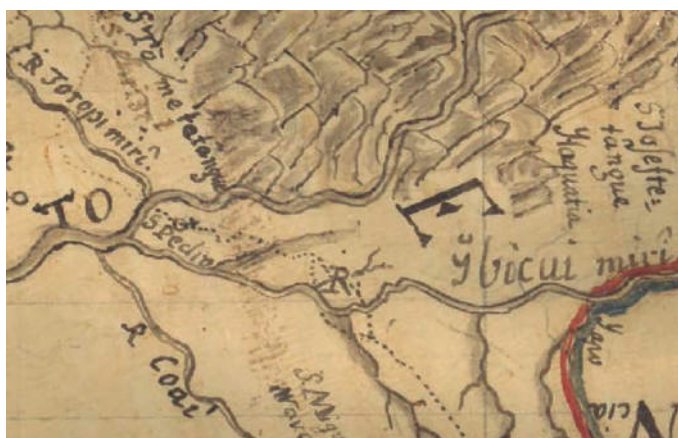
Em outra, conservam-se somente poucos blocos rochosos da fundação, grande parte removidos pelos moradores atuais que construíram sua casa sob as ruínas da velha estrutura de pedras e tijolos grandes. Antes da construção ter ruído totalmente, teria usufruído da estrutura Aníbal Teixeira de Oliveira (27/2/1887 – 19/8/1952) e sua esposa Maria Luiza Martins de Medeiros (28/8/1894 – 25/6/1977), ele filho de Manoel Teixeira de Siqueira e Flauzina Maria Cezar, e ela filha de João David de Medeiros e Eliza Martins.

Por sua vez, Manoel Teixeira de Siqueira é atribuído como filho de Cipriano Teixeira Cezar, que conforme os contos teria sido deixado no campo em uma cova de touro por Cipriano e em seguida recuperado pelo mesmo, encenando que teria, na verdade, encontrado aquela criança abandonada. Foi lhe atribuído a alcunha de Maneco Guacho em decorrência de sua história. Manoel está sepultado sob uma cruz simples que traja uma pequena placa de cobre constando que era nascido em 1841, tendo falecido em 18 de outubro de 1909, mesmo dispondo desses dados até o então nada que confirmasse sua filiação foi encontrado.

Essa história pode ser controversa, em visto o assento de matrimônio de Manoel com sua primeira esposa Justina Maria Cezar, em 29 de abril de 1860. Nesse registro consta que Manoel era natural e batizado em cima da serra, e disposto na residência de Cipriano. O casamento

aconteceu na casa de José Luís de Medeiros, marido de Rita Teixeira Cezar e tio-avô do antes citado, João David Martins de Medeiros.

Justina, natural e batizada na freguesia de Cachoeira do Sul, era filha de Luciano Xavier Cezar e Maria Monteiro de Anunciação. Posteriormente Manoel casou-se com Flauzina, irmã de Justina.



Terrarum S. Michaelis Oppidi Americae Meridionalis in Provincia olim Tape... Tadeu Henis ~1756



Plano fotográfico de los reconocimientos pertenexientes a la demarcacion.... Após 1777



Mapa de autor e ano desconhecido.



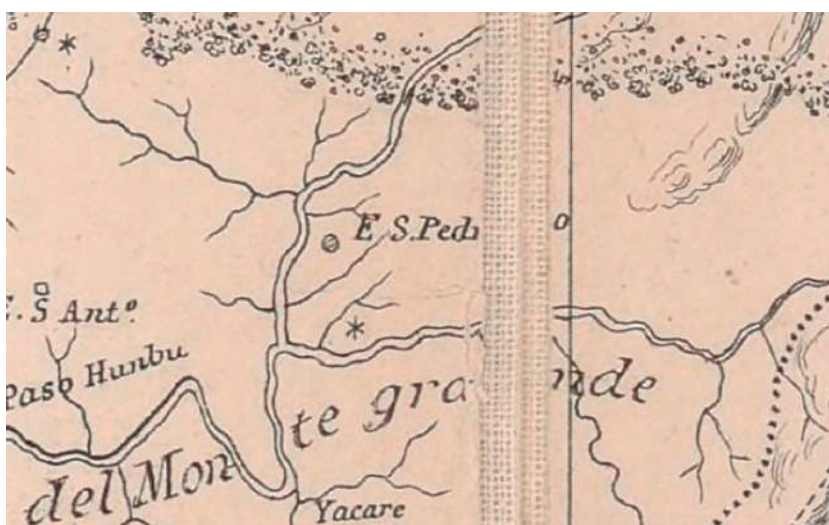
Plano topográfico que comprende la costa del mar desde la ensenada.... Varella y Ulloa, 1788.



Plano topográfico que comprende las Vertientes del arroyo ycabagua... Varella y Ulloa, 178(?).



Mapa esférico de las provincia septentrionales del rio de la Plata desde Buenos Aires hasta el Paraguay... Dos trabalhos de Oyarvide, após 1796.



Carte Generale des confins du Brésil, du Paraguay et de l'Uruguay.... Brabo, inicio século XIX.

Algumas bibliografias que tratam do período das Missões mencionam, na mesma página, as fazendas de São Pedro e São Lucas. No entanto, é importante esclarecer que o estabelecimento missioneiro denominado São Lucas compreendia a região do alto Ibicuí (Ibicuí-Mirim) e estava inserido na Estância de São Luís, conforme indicado na cartografia de Tadeu Henis.

Embora seja comum associar as duas fazendas de São Lucas, é essencial evitar confusão. A estância missioneira de São Lucas não se trata da mesma que será aqui debatida, pois a primeira, do período missioneiro, situava-se na região da Boca do Monte, próxima ao Ibicuí-Mirim, mas localizada a montante deste rio. Já a segunda, que será analisada neste estudo, surgiu nos primeiros anos do século XIX e estava delimitada entre os rios Ibicuí-Mirim, Ibicuí-Guaçú e Ibicuizinho, ou seja, a jusante do Ibicuí-Mirim, no território que atualmente pertence ao município de Cacequi. Importante ressaltar que, durante o período das Missões, as terras da última estavam inseridas à Grande Estância de São Miguel.

A confusão ocorre devido a algumas coincidências. Ambas as fazendas margeavam o Ibicuí-Mirim e faziam limite com a Estância de São Pedro, embora em trechos distintos. Além disso, as áreas ocupadas pela estância missioneira não se sobrepunham àquelas que, mais tarde, formariam a fazenda oitocentista, pois havia uma distância significativa entre elas, separadas pelos banhados e matos de Santa Catarina.

O primeiro registro escrito direto sobre a Fazenda de São Lucas do século XIX, é uma petição de 1816 apresentada pela viúva Joanna Maria de Jesus, no cartório de Rio Pardo. Nesse documento, a senhora reivindica a posse

de um campo com um rancho de capim, localizado no rincão de São Lucas, o qual, anteriormente, ela e seu marido, Francisco Machado Fagundes, haviam cedido ao exército português para uso como depósito de alimentos e armamentos. O posto militar fora entregue aos cuidados de Manuel Antônio Teixeira, designado pelo comando superior.

Com o término das atividades militares na região, Manuel passou a realizar melhorias no rancho e a introduzir animais no local, demonstrando intenção de se apropriar da área, uma vez que o casal ainda não possuía carta de sesmaria que formalizasse a posse. Diante disso, Joanna, já viúva, entrou com a petição buscando a remoção de Manuel e o reconhecimento legal de sua posse sobre a área.

Francisco nasceu em 19 de abril de 1763, na vila de Triunfo, sendo filho do Alferes Jacintho Mateus da Silveira e Isabel Francisca de Bittencourt. Já Joanna era filha de Manoel Teixeira de Quadros e Maria Anna de Jesus.

A fazenda foi novamente mencionada em 5 de abril de 1821, quando foi descrita em maiores detalhes pelo viajante francês Auguste de Saint-Hilaire. Em seu relato, ele descreve o local como um conjunto de várias choupanas, destacando também a existência de uma sede recém-construída, à época provavelmente administrada por um dos filhos do casal Francisco e Joanna.

Foi justamente nesse início do século XIX que o passo começou a ser referenciado pelo nome de São Lucas, denominação que, a partir de então, passou a ser utilizada por viajantes posteriores e em documentos e ofícios militares.

A posse da área pode ainda ser presumida a partir de um registro de 31 de maio de 1849, no qual o Capitão José Machado Fagundes de Bittencourt e sua esposa, Dona Brígida Francisca de Bittencourt, filha de Francisco e Joanna, venderam a Antônio da Silva Ramos um quinhão de campos da Fazenda São Lucas. Essa porção de terras havia sido herdada por Brígida de sua mãe, Joanna. A propriedade delimitava-se ao norte pelo rio Ibicuí, ao sul por um banhado que a separava das terras de Silvério Antônio Alves, a oeste pelo arroio Ibicuzinho, que fazia divisa com as sesmarias do Inhacurutum, pertencentes a Miguel Antônio de Ávila, e a leste pelos campos de Dona Constantina Garcez de Moraes.

Posteriormente, em 31 de dezembro de 1862, a mesma Constantina Garcez de Moraes, viúva de Francisco, filho de Francisco e Joanna e, portanto, cunhada de Brígida, realizou uma permuta de terras da Fazenda São Lucas. Essa área, que havia adquirido por compra de Victor Figueiredo Neves e sua esposa, foi trocada com Antônio da Silva Ramos e sua esposa, Benvinda Rodrigues do Nascimento. Estes, por sua vez, haviam obtido as terras por compra do já falecido Capitão José Machado de Bittencourt e sua esposa Brígida Francisca. A essa altura, já se tornava evidente a origem comum dessas sesmarias.

Poucos meses depois, em 21 de março de 1863, João Victorino dos Santos e sua esposa, Joaquina Carolina Machado Fagundes, venderam três quartos de légua de campos, casas e benfeitorias da Estância de São Lucas a Luís Gonçalves das Chagas, futuro Barão de Candiota. Essa propriedade havia sido herdada por Joaquina de seu pai, Manoel Jacintho Machado Fagundes, filho do casal patriarca Francisco e Joanna, e parte adquirida por

compra de seu tio, João Machado Fagundes, também filho do casal. A transação foi fechada pelo valor de 12 contos de réis, acrescidos de 4 contos pelas casas e 2 contos pelos móveis existentes na residência. Anos mais tarde, Maria Luiza, filha de João e Joaquina, casaria com Januário Gonçalves das Chagas, filho do Barão de Candiota.

Não obstante, apenas dez dias após essa venda, Antônio Machado Fagundes, filho de Francisco e Constantina, e sua esposa, Francisca Prates da Silveira, filha do general farroupilha João Antônio da Silveira, venderam mais uma área da Fazenda São Lucas a Luís Gonçalves das Chagas. Essa porção de terras foi herdada por Antônio de seu pai, Francisco Machado Fagundes (filho).

O mencionado João Victorino dos Santos (4/1/1810, Taquari - 9/10/1889, São Vicente do Sul), que fora casado em primeiras núpcias com Joaquina Carolina Machado Fagundes (29/9/1817 - 22/5/1874, São Vicente do Sul), filha de Manoel Jacintho Machado Fagundes e Maria Cecília de Linhares, e, já em avançada idade, com Leonor da Silva, era filho de José Victorino Coimbra e Margarida Antônia dos Santos. Foi um grande proprietário de terras no estado, possuindo propriedades em Cacequi, São Pedro do Sul, Mata e, em maior parte, em São Vicente do Sul. Seu irmão Elias também foi possuidor de terras no rincão de São Pedro e deixou uma grande prole com diferentes companheiras.

A Estância de São Lucas, desde 1863 até os dias atuais, permanece sob a propriedade da família Chagas, descendentes do Barão de Candiota. Nesse contexto, não se pode deixar de mencionar Luís Gonçalves das Chagas, o Barão de Candiota. Nascido em 1815, filho de Luiz Gonçalves de Escobar e Perpétua Francisca das Chagas, casou-

-se com sua prima Anna Chagas D'Ávila, nascida em 1820, filha de Francisco Antônio D'Ávila e Anna Francisca das Chagas, irmã de Perpétua. Ambas eram filhas de Francisco das Chagas, exposto na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, e Perpétua Felícia de Jesus Gularte.

Luís teve participação ativa na Revolução Farroupilha, lutando na Batalha do Seival contra as forças imperiais. De acordo com relatos orais, ele abandonou o combate em 1837, por se recusar a fuzilar prisioneiros inimigos. Casaram-se por volta de 1840, e tanto Luís quanto sua esposa já possuíam terras e posses que remontavam ao patrimônio de Francisco das Chagas.

Foi durante a Guerra do Paraguai que Luís se destacou, fornecendo escolta a Pedro II em sua passagem pelo Rio Grande do Sul, por ocasião do conflito. No mesmo período, organizou um regimento de cavalaria para lutar ao lado da Tríplice Aliança. Contudo, foi somente em 8 de maio de 1875 que recebeu o título de Barão, embora já tivesse desempenhado um importante papel durante as guerras. Sua titulação foi concedida em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à instrução pública, especificamente por meio de uma titânica doação para este fim. A título de curiosidade, conta-se na oralidade familiar que, ao receber a carta, a futura baronesa não se contentou com o título de "Barão e Baronesa do Pau Fincado", e optaram, então, pelo título de "Barão e Baronesa de Candiota", nome associado a uma região onde também possuíam terras.

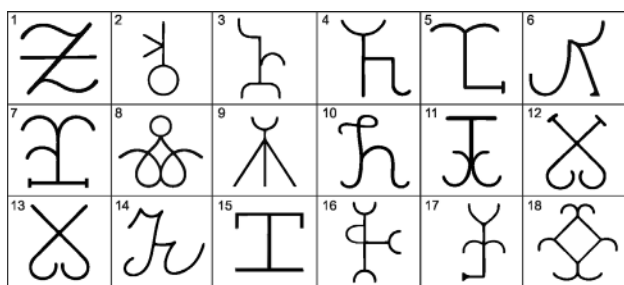
O Barão adquiriu vastas propriedades espalhadas pelo estado, incluindo áreas nas serrarias do Rincão de São Pedro, que serão mencionadas mais adiante. Entre seus 11 filhos, o que recebeu as sesmarias de São Lucas foi Januário Gonçalves das Chagas (1848, São Gabriel -

10/9/1898, Santiago), que se casou com Maria Luiza Victorino (7/7/1857, São Gabriel – 10/1/1930, Porto Alegre). Essas sesmarias eram contíguas às terras de seus irmãos Bento e Luiz, do Pau Fincado.



Registro da sede da Estância de São Lucas, na década de 1920. Fotografia gentilmente cedida por Fabianna C. Chagas e família.

Algumas marcas de antigos criadores mencionados nesta obra estão registradas no Livro de Registro de Marcas de Cachoeira, iniciado por volta de 1850 e parte do acervo do Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul. Até 1857, S. Pedro do Sul e parte de Cacequi integravam o Pau Fincado, 5º distrito de Cachoeira, que passou a ser o 2º distrito de Santa Maria após sua emancipação. (Weigert, 2025)



Legenda: 1. Cypriano T. Cezar; 2. Maria T. Cezar; 3. Manoel T. Cezar Filho; 4. Aurélio T. Cezar; 5. Salvador A. César; 6. Sérgio Fernandes Teixeira; 7. Manuel Teixeira de Siqueira (Guacho); 8. José Luiz de Medeiros; 9. João Machado Fagundes; 10. João David de Medeiros; 11. Miguel Antônio de Ávila; 12. Antônio Machado Fagundes; 13. Constantina Garcez de Moraes; 14. João Victorino dos Santos; 15. Elias Victorino dos Santos; 16. Honorina Martins e Maurílio dos Santos; 17 e 18. Marcas não identificadas, encontradas em pesquisas.

Hedwiges Ferreira Braga

Nascida por volta de 1837, era filha de Plácido Rodrigues Souto e Anna Ferreira Braga. Embora os registros documentais e relatos orais revelem pouco sobre sua trajetória, sua figura permanece intrigante. É inegável sua perspicácia e competência, comprovadas pela administração de uma estância de grandes proporções, que lhe foi deixada integralmente após o falecimento de Cypriano.

Ainda não se sabe ao certo quando, como ou por que Hedwiges e seus irmãos se estabeleceram na região do Chiniquá. De acordo com a tradição oral, acredita-se que ela tenha vindo da região do Ibicuizinho, no distrito do Umbu, em Cacequi, e que tenha se deslocado para acompanhar Cypriano. No entanto, essas informações ainda precisam ser confirmadas e melhor investigadas. O que se sabe com certeza é que Hedwiges era originária da Comarca de São Gabriel, que, na época, englobava vários municípios vizinhos. Já seu irmão mais novo, Paulino, nasceu no rincão de São Pedro.

Pouco tempo depois do falecimento de Cypriano, Hedwiges casou-se com o Major Francisco Ribeiro dos Santos, em 4 de julho de 1903, no distrito de Arroio do Só. Não se sabe ao certo se ela residiu naquele local, mas não se pode descartar que tenha vivido lá até a morte de Francisco, em 30 de junho de 1915.

Além das sesmarias herdadas, Hedwiges adquiriu outras porções de terra na região. Em 3 de setembro de 1904, comprou terras de Sérgio Fernandes Teixeira, primo de Cypriano, que havia herdado terras de sua madrinha, Maria Teixeira Cezar. Na mesma ocasião, adquiriu também uma porção de terras de Manoel João de Oliveira e sua esposa Rita Antônia, assim como de Francisca Felicidade de Souza, Perpétua Antônia de Souza, Valentim Antônio de Souza e sua mulher Maria Thereza. Já em 1902, Hedwiges havia realizado uma permuta de áreas com os irmãos de Cypriano, Aurélio e Anna Teixeira Cezar. Essas terras, quando adquiridas, ainda eram conhecidas como sesmarias da Estância de São Pedro. Após serem incorporadas sob sua posse, passaram a fazer parte da Fazenda Bom Retiro.

Alguns registros orais indicam que um dos traços mais marcantes da personalidade de Hedwiges era a sua vaidade. No entanto, é difícil comprovar essa característica por diversos motivos. Em primeiro lugar, trata-se apenas de relatos da oralidade. Em segundo, não há mais pessoas vivas que tenham convivido diretamente com ela. E, por fim, não existem registros escritos da época que não sejam documentos oficiais.

Além disso, a completa ausência de sua assinatura nesses documentos, sejam registros civis, transações ou inventários, levanta a possibilidade de que Hedwiges não soubesse escrever.

Hedwiges também é mencionada no contexto do assassinato do advogado Arthur Verney, ocorrido em 31 de março de 1919.

O caso estava relacionado à revogação, por parte dela, em abril de 1918, do testamento que nomeava o Coronel Ramiro de Oliveira como herdeiro. A exclusão causou descontentamento no coronel, que veio a público com graves acusações contra Hedwiges. Ela justificou a revogação alegando enfrentar dificuldades financeiras.

Arthur Verney atuou como advogado de Hedwiges na liquidação de contas envolvendo o Coronel Ramiro de Oliveira. Na transação, ele contratou em nome de sua cliente e recebeu, para ela, aproximadamente seiscentas rezes, duzentas éguas, cinco contos de réis e a promessa de cinco quadras de campo. Em contrapartida, Hedwiges se comprometeria a quitar uma dívida bancária no valor de 138:553\$400, além de um débito de 18:000\$000 com um credor identificado como Daciano de Tal.

Pelo trabalho jurídico prestado, Verney requisitou honorários no valor de 80 contos de réis, quantia considerada excessiva por Dona Hedwiges e por seu irmão, Paulino. Diante da recusa de pagamento, o advogado foi obrigado a recorrer à Justiça para obter a quantia devida.

Como não deixou descendentes, seus bens foram destinados, após sua morte, aos irmãos. Parte de suas terras acabou nas mãos do ramo de Honorina Martins, filha de sua irmã Querina. Honorina era casada com Maurílio dos Santos Filho.

A tradição oral traz duas informações interessantes: a primeira é que Maurílio auxiliava Hedwiges na administração da grande propriedade; a segunda, ainda não totalmente confirmada, é que ele possivelmente tenha sido criado por ela, o que explicaria tanto o casamento da sobrinha com o filho de criação quanto a grande confiança nele depositada para ajudá-la na gestão da estância. O casal Maurílio e Honorina deixou numerosa descendência.



Fotografia de Hedwiges Ferreira Braga. Imagem gentilmente cedida por Soeli dos Santos Souto.

Eram irmãos de Hedwiges:

Olivério Souto Braga (~1840 - 27/1/1922, Chiniquá, São Pedro do Sul). Veterano da Guerra do Paraguai, a qual serviu como 1º Sargento. Casou-se com Maria Fernandes Teixeira, filha de Sérgio Fernandes Teixeira e Maria Rita da Silveira.

Maria Ferreira Braga (~1845 - 14/10/1898, Chiniquá, São Pedro do Sul). Solteira, sepultada no Cemitério da Er-mida.

Querina Ferreira Braga (~1847 - 10/6/1942, Inhacurutum, Umbú). Casou-se com Enéas Martins Laya. Era residente na Estância do Inhacurutum, às margens do Ibi-cuizinho.

Pedro Souto Braga (~1852 - 22/4/1919, Chiniquá, São Pedro do Sul). Se enforcou em seu quarto na residência de Hedwiges.

Paulino Souto Braga (~1856 - 28/12/1932, São Borja). Coronel, Republicano e fazendeiro de destaque.

Mafalda Maria da Conceição (???? - ????)

Em 9 de fevereiro de 1862, nasceu Justiniano, que foi batizado em 8 de julho do mesmo ano, em São Vicente do Sul. Ele era filho de Mafalda Maria da Conceição, que por sua vez era filha de Plácido Rodrigues Souto e Gertrudes Ferreira Braga. Não se pode afirmar com certeza se Gertrudes e Anna eram a mesma pessoa, mas é importante notar que, nos tempos antigos, não era raro haver confusões de nomes nos registros. Assim, seja de maneira unilateral ou bilateral, Hedwiges tinha mais uma irmã: Mafalda.

Paulino, por sua vez, foi grande proprietário em São Borja, sendo o dono da Estância São João, localizada naquele município. De acordo com o documento que trata da revogação do testamento de Hedwiges, havia uma relação conturbada entre eles, embora ele tenha sido requisitado para administrar a estância dela durante um período de litígios. A estância de Paulino era bastante conhecida, não apenas pela excelência na pecuária, mas também por seu pomar invejável e uma criação selecionada de galinhas de raças especiais. Sua morte ocorreu em decorrência de toxicose alimentar e causou grande comoção em São Borja. Deixou um filho natural, por ele reconhecido, de nome Geraldo Missioneiro Souto, além de três filhos adotivos: José Áureo Loureiro; Paulino Fernandes Souto, que era seu sobrinho, filho de Olivério; e Elbrio Oliveira Rodrigues.

Hedwiges faleceu de causas naturais às 22 horas do dia 21 de junho de 1924, aos 87 anos, na Fazenda Bom Retiro. Foi sepultada em suas terras, onde seu túmulo ainda pode ser encontrado, embora em condições precárias, no atual Cemitério dos Maurílios, situado no distrito do Chiquá.

Auguste de Saint-Hilaire

Como vimos, desde muito antes da consolidação das estradas, já havia pessoas que transitavam por estas terras, conduzidas sabe-se lá por quais rumos e destinos. Indígenas, jesuítas, Custódio, Saldanha, Ulloa e tantos outros cujos nomes não foram registrados pela história. Avançando para a primeira metade do século XIX, surgem outros viajantes notáveis — dois, em especial, cujos relatos foram fonte de inspiração para a realização deste trabalho.

Um deles, já mencionado anteriormente, é Auguste de Saint-Hilaire, botânico, naturalista e explorador francês, nascido em Orléans em outubro de 1779 e falecido em sua cidade natal em 3 de setembro de 1853. Chegou no Brasil Colônia em 1816 e aqui permaneceu até 1822. Foi um dos passantes que mais se destacou na história regional. Por isso, merece registro, não só por sua passagem pelos dois passos mencionados, como também suas observações sobre os habitantes da região, suas origens, seus costumes, sua indumentária, suas dificuldades e o que produziam para suas subsistências.

Depois de ter percorrido grande parte do Rio Grande do Sul, passando pela região das missões, sua comitiva optou por descer a serra pela Picada de São Xavier. Em seu diário ele relata que entrou no mato da picada no dia 1º de abril de 1821, atual município de Jari, local onde pernitoou. No dia seguinte, em 2 de abril, duas léguas e meia adiante, ele e seus auxiliares, chegam a São Xavier,

hoje município de Mata. Onde relata a topografia, os pastos exuberantes, os bosques de mata virgem que contornavam a cada instante para se manterem no traçado dessa dificultosa estrada durante sua descida.

Descreve as pífias habitações ocupadas pelos indígenas, parcialmente protegidas por couro de bois, onde logicamente passavam frio nas noites de inverno. Como não tinham cobertas, procuravam se aquecer mantendo o fogo aceso para atenuar o efeito do frio.

Hospedou-se na casa de José Joaquim, sendo muito bem tratado e onde conseguiu bois mansos para seguir até o Passo do Toropi. Descreveu, também, a relação familiar onde todo fazendeiro tinha índias para prestar serviços domésticos e que, muitas vezes, acabavam se envolvendo com elas, já que essas despertavam grande atração aos homens brancos. Descreve que as pastagens são tão boas que não é necessário dar sal ao gado. Além da pecuária, produziam milho, trigo, algodão, amendoim, arroz, feijão e legumes em abundância.

No dia 3 de abril pernoitaram numa pequena fazenda, já tendo descido a serra e, portanto, com caminho mais ameno pela frente. Mesmo assim sua passagem pelo Tororaipi, afluente do Toropi, foi dificultosa em função do volume de água oriundo das constantes chuvas desses dias. Toropi na língua guarani significa rio dos couros de touro e Tororaipi significa rio dos couros de vitelo.

*“A pouca distância do rio **Toropi-Chico**, que corre a mais ou menos uma légua da casa onde passei a noite, fiquei sabendo que esse rio, geralmente vadeável, deixa de sê-lo após as chuvas. Aconselhado pelo meu curitibano e por um **índio estabelecido na vizinhança**, escrevi ao comandante da **guarda de Toropi-Grande**, para que ele me*

enviasse uma **piroga**. Ela chegou puxada por uma junta de bois; as bagagens foram descarregadas e passadas para o outro lado.”

“Tínhamos feito ainda quase uma meia légua através de uma região densa de floresta quando chegamos às margens do Toropi-Grande. Como não havia aí uma piroga para atravessá-lo, foi preciso mandar buscar a que nos servira na travessia do Toropi-Chico; era já noite quando ela chegou e só amanhã poderemos passá-lo.”

Saint-Hilaire em 4 de abril de 1821

O índio ao qual se refere Saint Hilaire foi descrito por ele como um homem polido, bem-vestido, proprietário de terras na vizinhança, falando bem o português, teria casado suas filhas com homens brancos.

No dia 4 de abril, finalmente chegam ao Toropi no Passo do Cezar, após percorrerem aproximadamente uma légua. Como o rio estava caudaloso, tiveram que se valer da piroga, espécie de canoa, que foi utilizada no passo do Tororaipi. Essa chegou só à tardinha, portanto pernovernaram na margem direita do Toropi, hoje município de São Vicente.

“5 de abril, uma légua. – Começamos o dia transpondo o Toropi-Grande. A bagagem passou na piroga; os bois puxaram, a nado, a carroça para o outro lado. O Toropi-Chico se lança, disseram-me, no Toropi-Grande, e este no Ibicuí. Os dois primeiros têm pouco volume, mas, após as chuvas, se tornam profundos; o Toropi-Grande não é vadeável.

Os índios dão a este último simplesmente o nome de Toropi, que quer dizer o rio dos couros de touro; enquanto ao outro, chamam Tororaipi, palavra que significa

o rio dos couros de vitelo. Pode haver uma légua entre o Toropi-Grande e o Ibicuí, e entre estes dois rios a região é perfeitamente plana e coberta de pastagens.

Acaba de se instalar nas margens do Toropi-Chico uma guarda encarregada de só deixar entrar na Província das Missões, ou dela sair, pessoas munidas de passaporte. Tal medida foi sem dúvida tomada para impedir a deserção dos índios guaranis das aldeias e o roubo de crianças pelos brancos; mas me parece que, contrariando os senhores milicianos, tal medida não corresponde ao objetivo, pois os índios, excelentes nadadores, não precisam transpor o rio junto à guarda, e os brancos poderão também roubar uma criança, pondo-a na garupa do seu cavalo, e fazê-la passar por outros lugares fora da estrada principal.”

Saint-Hilaire em 5 de abril de 1821

O viajante e seus auxiliares só puderam transpor o Toropi no dia 5 de abril. A bagagem passou na piroga e a carreta foi puxada pelos bois a nado até a outra margem, hoje município de São Pedro do sul.

“O Ibicuí, que não tem aqui a largura do Essonne diante de Pithiviers, era ainda ontem vadeável; mas hoje se avolumou, sendo necessário descarregar a carroça e passar as bagagens numa piroga. Todas essas passagens de rio dão muito trabalho à minha gente e a tornam ainda mais aborrecida. Paramos a um quarto de légua do Ibicuí, em uma estância composta de várias choupanas. A principal é bastante grande e recém-construída. O proprietário, porém, respondeu a Matias, que lhe pedira pousada, de minha parte, não haver lugar para nós; todavia, acrescentou que se nos contentássemos com o que tinha poderíamos pernoitar em sua casa. Apesar de nos receber com extrema indiferença, prometeu-me cavalos para me conduzir à estância vizinha. Os mineiros acolhem o estrangeiro com

solicitude, respondendo às suas perguntas e lhes fazendo outras. O povo desta região tem um apático e desdenhoso, mal respondendo ao que se lhes pergunta.

Estou agora no caminho que vai do rio Pardo a São Borja; é um pouco acima do Toropi-Chico, entroncamento das duas estradas, e há ainda uma que vai daqui ao Rincão da Cruz sem passar por São Borja."

Saint-Hilaire em 5 de abril de 1821

O trecho até o Passo de São Lucas no Ibicuí-mirim, segundo sua descrição, era plano e coberto de vegetação. Chegaram no mesmo dia e transpuseram o Ibicuí-mirim, chegaram a, já antes mencionada, Estância de São Lucas a um quarto de légua do Passo de São Lucas. A estância era composta por choupanas, sendo a maior recém-construída. Apesar de serem tratados com indiferença, conseguiram local para pernoitar e cavalos para seguir adiante até a estância do Filipinho, duas léguas a frente em direção a Rio Pardo.

Pelo seu relato tem-se a dimensão das dificuldades enfrentadas principalmente na travessia dos rios em épocas de chuvas abundantes que, casualmente, ocorreram durante sua passagem nessa região.

Um tema interessante trazido por Saint-Hilaire em sua passagem pela região é o contrabando. O botânico faz referência a isso em seu diário no dia 5 de abril de 1821. Na ocasião ele menciona a instalação de uma guarda no Tororapi, e que o principal objetivo da instalação dessa guarda era combater o contrabando de mercadorias e crianças.

O traçado do Tororapi, assim como na região entre o Toropi e o Ibicuí-Mirim, contou com presença militar em diversos pontos, com o objetivo de resguardar suas passagens e rotas. Em muitos trechos do Tororapi, essa

presença foi evidenciada por vestígios materiais dispersos, que confirmam a intensa movimentação de tropas e guardas por aquela área. Ainda que tais vestígios existam, é importante destacar que são esparsos e escassos. Isso se explica pelo caráter volante desses destacamentos militares, montados de maneira provisória para atender às necessidades momentâneas de vigilância e controle. A própria Guarda Portuguesa mencionada por Auguste de Saint-Hilaire se enquadrava nessa lógica de ocupação temporária, o que naturalmente limita a quantidade e a dispersão de materiais deixados no terreno.

Apesar disso, e embora as pesquisas ainda estejam em andamento, os indícios reunidos até o momento, somados às medições cartográficas, são suficientemente consistentes para sugerir, com boas chances de acerto, a localização da antiga guarda referida por Saint-Hilaire.



Auguste de Saint-Hilaire. Já idoso.

Arsène Isabelle

Arsène Isabelle foi um naturalista francês que chegou a América do Sul em outubro de 1833. Depois de permanecer um tempo em Buenos Aires, passou pelo Uruguai e se dirigiu ao Rio Grande do Sul. É caracterizado por um discurso mais ácido e um senso crítico aflorado quando tratava de suas descrições.

Para chegar à região das missões, na borda oeste do estado, seguiu por água subindo o Rio Uruguai até a atual cidade de São Borja, local onde em 1682 foi criada a primeira Redução Jesuítica da Segunda Fase no Brasil.

Aproveitando uma caravana de carretas que partiria em direção a Rio Pardo, resolveu se juntar a eles, acompanhado de seus dois companheiros de viagem. A caravana era composta de 7 carretas, sendo 4 cobertas e 3 descobertas. Era conduzida pelo capataz e 4 arreadores.

Partiram em 4 de fevereiro de 1834. Chegaram ao Boqueirão de Santiago no dia 13 de abril e descendo a serra, chegaram à aldeia de São Francisco. Logo a seguir transpuseram o rio Jaguari-mirim, em 19 de fevereiro, chegando à margem direita do Rio Jaguari. Como esse estava com o nível de água baixo, transpuseram-no sem dificuldades. Nesse ponto já estavam no atual município de São Vicente. Daí em diante a caravana contemplou a deslumbrante vista de dois morros, descritos com detalhes por Arsène, um ele comparou sua forma com um catafalco, plataforma ou caixa alta usada como suporte do caixão durante um funeral, e o outro com um cone. Dentre muitas hipóteses, crê-se que Arsène se referia aos cerros do Lo-

reto e Agudo, respectivamente, duas elevações de formato característico, próximas uma da outra, a pouca distância do mencionado Rio Jaguari. Nessa mesma região é assinalado diversas vezes o notável cerro Apicassuro, perto dessas duas referidas elevações, o qual hoje crê-se ser o Cerro da Glória, em São Vicente do Sul.

No dia 21 de fevereiro, sob intensa chuva, passaram pela aldeia de São Vicente. Encontraram nesse local uma capela e umas vinte choupanas habitadas por índios guaranis. Era uma estância remanescente das Missões de São Miguel.

No trajeto entre a aldeia e o rio Toropi, encontraram ao longo do caminho muitos fósseis de origem vegetal, mais precisamente troncos de árvores petrificadas. Levou consigo fragmentos desses fósseis que se encontram até hoje em museus da França.

Ao chegarem ao passo no Toropi, ainda chovia. Com receio de aumentar muito o volume de água do rio, resolveram vadeá-lo mesmo com a escuridão do anoitecer que já se aproximava. Com muita dificuldade passaram 5 carretas, uma ficou atolada e a outra tombou. Tiveram que atrelar 8 juntas de bois e auxiliar empurrando nas rodas para tirá-la no atoleiro. Antes, porém tiveram que descarregar toda a carga composta de várias mercadorias, entre elas fardos de crina e couros.

“A passagem do Toropi é muito má em qualquer tempo, mas, particularmente, em seguida às chuvas. Do lado oeste, atravessa-se um mato sombrio, entrecortado de sangas profundas e barrentas, antes de se chegar a ele. O fundo do leito é de areia misturada, em certas partes, com cascalho. A margem esquerda, com uma elevação de doze a quinze pés, é formada por um banco de greda unida à areia e, por isso, muito escorregadia em tempo de chuva,

o que constitui uma verdadeiro perigo para as carretas. Foi com incríveis dificuldades que conseguimos passar. Tivemos de empregar até oito juntas de bois e, apesar da força que faziam, uma das carretas virou na subida; outra ficou atolada muito tempo e, só tarde da noite, conseguiu sair, pelo esforço dos bois e pelo trabalho de empurrar as rodas. Choveu, continuamente, a noite inteira. Nosso estado era lamentável e, para cúmulo da desgraça, foi impossível acender o fogo.”

Arsène em 21 de fevereiro de 1834.

No dia seguinte, Arsène desceu à margem pedregosa do Toropi, onde encontrou entre os cascalhos muitos fragmentos de madeira fóssil. Tempo depois, próximo ao meio-dia, seguiram a viagem em direção ao passo do Ibicuí-mirim, onde descreveu com riqueza a fauna nesse trecho, desde as bonitas aves aquáticas que embelezavam o local, aos enormes jacarés que se esgueiravam entre as sombrias lagoas e que devoravam o gado predatoriamente, demonstrando os contrastes da adversa natureza local. Narrou também a dificuldade de deslocamento já que esse trecho é composto basicamente pelas várzeas dos rios Toropi e Ibicuí-mirim, rios esses que se juntam a poucos quilômetros dos passos.

No mesmo dia, 22 de fevereiro, seguiram caminho para cruzar o Ibicuí-mirim. Anota que encontram muitos passos difíceis antes de chegar ao Ibicuí; um, entre outros, poderia se passar por um rio, devido à sua profundidade. Nesse relato provavelmente estava se referindo a hoje conhecida Sanga Funda.

Chegando à margem do Ibicuí-mirim, perceberam que as chuvas do dia anterior, tinham feito com que o pas-

so que era de fácil travessia se tornasse bastante dificultoso pelo volume de água que recebeu. Os bois passaram a nado puxando as carretas, colocaram suas bagagens em baús de lata sobre o toldo das carretas cobertas. Com bastante dificuldade conseguiram a travessia.

No dia 23 de fevereiro pararam para carnear e secar as roupas e couros molhados na travessia. Nesse mesmo dia faz descrição de uma estância que se colocava sob uma coxilha próxima do passo.

Durante os dois dias que permaneceram nesse local, testemunharam a passagem de mais de 200 vacas conduzidas ao abate nas charqueadas de Rio Pardo. Os tropeiros utilizando uma espécie de barco de couro de boi que faziam naquela época, colocavam dentro desse, seus objetos pessoais e roupas para fazer a travessia. Um índio a nado puxando uma das pontas da corda com essa amarrada ao barco, que era chamado de “pelota”. Aliás esse equipamento deu origem ao nome do rio e da cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul.

“Veem-se, frequentemente, tropas de bois e de vacas, que são conduzidas às charqueadas nos arredores de Rio Pardo. Passaram mais de duzentas vacas durante os dois dias que ali ficamos. Essas passagens são muito interessantes: as roupas e objetos dos arreadores são colocados dentro de um couro, cujas pontas levantadas formam uma barquinha que flutua muito bem. Um índio, a nado, a conduz por meio de uma corda que segura na mão. Vimos o mesmo índio fazer oito viagens seguidas, sem parar e sem parecer cansado.”

Arsène em 23 de fevereiro de 1834

Anotou em 23 de fevereiro, os peões passavam a cavalo em pelo. Quando alguém não sabia nadar era coloca-

do também dentro dessa pelota, o que se torna perigoso, pois quando o rio é volumoso era colocado os cavalos a puxar a dita pelota com a corda amarrada a sua cauda. Se o cavalo se cansasse, havia perigo de encher a pelota de água, pondo em risco o indivíduo que estivesse dentro dela.

"As margens do Toropi e do Ibicuí não são tão agradáveis quanto as do Jaguari e do Jacuí. Não creio, também, que sejam muito saudáveis. Entretanto, as montanhas da serra, cobertas de florestas, que a gente distingue a noroeste do Toropi e a nordeste do Ibicuí, têm um aspecto imponente. Toda a região que se estende abaixo dessas montanhas, isto é, a leste, a sudeste e a sudoeste, apresenta grandes planícies baixas, pantanosas, terminadas em colinas pouco elevadas, cobertas de excelentes pastagens. Os terrenos são de aluvião, compostos unicamente de areia, terra limosa, seixos quartzosos, madeiras fossilizadas e argila de diversas cores. Não existe calcário, ao menos na superfície."

Arsène em 23 de fevereiro de 1834



Arsène Isabelle



Movimentações militares

Heinrich Trachsler, um jovem suíço de 23 anos, foi um dos integrantes do 29º batalhão de caçadores alemães que atravessaram o centro do estado, passando por Santa Maria e seguindo em direção a São Gabriel por volta de 1830. Embora se saiba que ele contornou a região, a presença de um batalhão militar nessa área central do estado está em sintonia com as grandes movimentações militares registradas ao longo da história. Vestígios encontrados e relatos da tradição oral confirmam que essa região foi palco de intensas atividades militares desde a chegada dos colonizadores. Cisplatina, Farroupilhas e Federalistas, todos esses grupos envolvidos nessas batalhas, cruzaram a região.

Como já mencionado neste trabalho, e considerando a morfologia estratégica da região, foram posicionadas guarnições militares na área em questão, pelo menos duas, embora não seja possível afirmar com certeza se coexistiram. No entanto, há indícios da presença de destacamentos em diferentes períodos históricos. Caso tenham sido de fato duas, uma delas teria a função de resguardar o rio Toropi e a outra o Ibicuí-Mirim. A primeira é citada por Saint-Hilaire em 1821.

Uma dessas guarnições recebeu o nome de Guarda de São Pedro Mártir. A primeira menção conhecida à guarda de São Pedro Mártir aparece em uma correspondência trocada entre José María Cabrer e Don Francisco Rodrigo, datada de 14 de julho de 1801. Nela, é informado que o des-

tacamento da guarda, que deveria ser composto por um cabo e seis soldados, foi estabelecido por determinação do Vice-Rei Dom Pedro Melo de Portugal, em 19 de fevereiro de 1797. Ou seja, tratava-se de uma guarda criada pelos espanhóis, que, provavelmente, passou ao controle português em 1801. Posteriormente há referência a ela na Carta Corográfica elaborada por Francisco Chagas Santos, e no registro de 1816, que trata do conflito pela posse do rincão de São Lucas. Nesse documento, informa-se que a guarda estava sob a tutela de Bernardo Ferreira de Souza.

Posteriormente, a Guarda de São Pedro Mártir é assinalada no *Mappa Corographico da Província Cisplatina*, elaborado por Jacinto Dezidério Cony em 1826, e também em outro mapa, provavelmente de 1839, produzido por José Pedro César e Thunot Duvotenay, com base em registros do Visconde de São Leopoldo. Atualmente, não há indícios materiais remanescentes, tampouco informações precisas sobre sua localização exata. No entanto, pela análise cartográfica, observa-se que a referida guarda situava-se próxima ao Toropi, o que leva à possibilidade de ser a mesma mencionada por Saint-Hilaire.

Por muito tempo, houve incertezas sobre a ocorrência de conflitos armados na região no século XIX. Uma das hipóteses indicava um confronto em 21 de abril de 1828 no distrito supervisionado por Frutuoso Rivera e Mariano Pinto. No entanto, essa teoria baseava-se em um equívoco presente em um mapa de Domingos Mostardeiro, posteriormente descartado. O embate, na realidade, ocorreu em Itaquí.

A confusão surgiu devido à nomenclatura dos Passos de São João. Em determinada ocasião, esse nome referia-se ao local atualmente conhecido como São Lucas,

enquanto o Passo de São João, hoje chamado Passo do Mariano Pinto, está localizado próximo a Itaqui, na região do Rincão da Cruz. No entanto, sabe-se, por meio de registros, que Frutuoso Rivera ordenou a proteção de todos os passos do Ibicuí até São Martinho.

Com o aprofundamento das pesquisas, percebeu-se que, de fato, ocorreram conflitos na região, a maioria registrada na Coleção Varela. Um dos mais célebres ocorreu na noite de 5 para 6 de julho de 1841, sob a liderança de Bento Gonçalves.

Na noite de 5 de julho, o Exército Imperial atravessava o Rincão de São Pedro, no Passo de São Lucas, quando foi atacado pelos republicanos farroupilhas. Em carta a um amigo, escrita em 10 de julho, Bento Gonçalves relatou que demorou a responder devido ao seu envolvimento na retaguarda do Exército Imperial durante a travessia de São Lucas. O conflito resultou em uma vitória dos revoltosos, que capturaram oito cornetas, além de fazer prisioneiros e causar baixas entre os inimigos. E sob o comando do próprio general, pretendiam e estavam fazendo incursões diárias no rincão

A Coleção Varela constitui o mais importante acervo de registros sobre essas movimentações na região. Ela reúne diversos ofícios trocados entre comandantes das tropas, descrevendo as ações dos combatentes e as ordens superiores. Por isso, torna-se conveniente a transcrição integral de alguns desses documentos:

CV-10.367

Ilustríssimo Senhor. Acuso à recepção do ofício de Vossa Senhoria datado de 2 do Corrente, recebido á 4, as

oito horas da noite; o que imediatamente pus em execução; e não sabendo para onde deveria seguir, por não saber do destino do Senhor Capitão Fermiano, fiz ontem seguir um próprio para as partes de São Vicente para obter notícias e ordens do referido Capitão, ficando eu á espera no Passo do Toropi, como me acho. Dirá Vossa Senhoria que o meu dever é seguir com os reunidos até obter notícias; do sobredito Capitão; porém tenho a representar a Vossa Senhoria que a minha Gente está de pelo à pelo e estes muito magros, e não há recurso algum; por ter eu por ordens do Senhor Comandante Geral pedido aos moradores alguns Cavalos melhores que havia, e deles fiz remessa para dentro. Este é o motivo por que não tenho marchado; contudo sendo V. Sa. servido marcharemos a pé. Os reunidos constam de dezesseis.

*Deus Guarde a V. Sa.
Illmo. Senhor João Antônio da Silveira. Coronel Coman-*

*dante da Divisão da Direita.
São 6 de Março de 1839.*

*[a] Jozé Antunes Vieira
Comandante de Polícia*

CV-9672

Cidadão Major Augusto Ignacio de Barcellos. Por não ter chegado ainda o General David, vós não mandei render, mas como o estado de fraquezas, em que se acha a vossa Cavalhada, vós proíbe fazer as devidas explorações, vós ordeno, que vós recolheis a este Campo, no entanto deixareis a dez ou doze homens de vossa confiança, e melhor montados nessa frente para continuarem a vigiar sobre o movimento do inimigo; a estes direis, que vindes para a retaguarda a uma diligência, e que breve voltareis; a fim de não desanimá-los, e os prevenireis, que mandem as suas partes a Cacequi, em cujo lugar, quando vierdes deixareis dois soldados para serem os condutores delas. Como

muito breve pretendo mandar render aos Soldados, que ficarem, mui fácil será conservá-los na Persuasão, de que vós estais logo na retaguarda. Vós recomendo com muita eficácia, que ainda que seja com sacrifício de alguns patações mandeis explorar, e verificar-vos, que força inimiga passou o São Lucas, e seu número, e se tão bem subiu alguma para cima da Serra, pois aqui consta, que uma força entrou em São Vicente, e hoje fazem quatro dias, que passavam o Jaguari Grande: a vista disto confio na vossa diligência, e atividade, que conseguireis saber miudamente notícia do número desta força, assim como se alguma outra subiu a Serra: a certeza desta noticia se faz indispensável por causa das providencias, que devo tomar.

*Deus Vos Guarde.
Quartel General do Comando interino do Exército junto ao passo do Rosário 29 de agosto de 1842*

CV-9404

De posse de seu ofício de 20 do corrente, e inteirado de seu conteúdo, cumpre-me dizer-lhe que visto achar-se inteiramente a pé deve V. Sa. licenciar a gente, porem com a ordem de se reunirem ao primeiro aviso, recomendando-lhes todo o cuidado para não caírem nas ciladas do inimigo... Muito importa que V. Sa. mande gente ao rincão de São Pedro a verificar-se se é ou não verdade a retirada do inimigo para dentro, afim de poder V. Sa. avisar-me com muita antecipação para se moverem todas as nossa forças em seu seguimento.

São Gabriel 23 de setembro. Tenente Ignacio Teixeira.

CV-9405

Já officiei V. Sa. sobre a retirada que o inimigo vai a fazer para dentro; e agora lhe aviso, que já deu prin-

cípio a sua marcha encaminhando-se para Toropi, por isso que V. Sa. não deve trepidar um só instante em fazer reunir tudo que possa pegar em armas, e fazer retirar para fora da costa de Jacuí tudo que possa servir de recurso ao inimigo. Muito recomendo a V. Sa. a execução do Decreto de 27 de agosto que por cópia lhe enviei, a fim de se poder aumentar não só os nossos Batalhões, como os Corpos de Cavalaria. Se precisar

de alguns potros pode-os mandar buscar, que talvez possam a esse tempo ir alguns cavalos mansos. 24 de setembro. De igual teor e data ao Coronel Joaquim Pedro, exceto o último Período. Major Carvalho e Joaquim Pedro.

CV-8189

3ª Via nº 13 Ilmo. e Exmo. Senhor Tenho a honra de participar a Vossa Excelência que, tendo decampado hoje com todas as



Parte de uma fivela de cinto, e botões do Primeiro Reinado

Forças da estância do Pedro Serra, depois de uma marcha de três léguas pousei na de São Vicente, vindo a cavalaria inteiramente a pé: amanhã seguirei para as circunvizinhanças do passo do Toropi.

Deus Guarde a Vossa Excelência. Quartel General na estância de São Vicente 12 de setembro de 1841. Ilmo. e Exmo. Senhor Conde do Rio Branco. General Comandante em Chefe do Exército [a] Antônio Corrêa Seara Brigadeiro Comandante interino das Forças em operação.

CV-363

Ilmo. Sr. Se for possível, e sem o mínimo constrangimento, a entrega do resto do gado que V. S. há oferecido ao cidadão José Mariano da Cunha, expedirá suas ordens a respeito. A pretensão dos índios acerca do Campo de São Vicente não pode ter lugar, por isso que o governo lhes há destinado outro ponto entre o Toropi e Ibicuí, lugar onde pretende de pronto estabelecer uma colônia, sob a proteção do General Bento Manuel. Deus guarde a V.S.2. Secretaria da Fazenda em Caçapava, 26 de janeiro de 1840.*

Domingos José de Almeida. Ilmo. Sr. Cel. João Antônio da Silveira, Comandante da Divisão da Direita.

CV-8635

Quartel General junto ao Passo de São Lucas 5 de julho de 1841.

Ordem do Dia O General em Chefe do Exército Rio-Grandense, à vista da posição, que passou a ocupar o Exército Imperial, passa nesta data a dar uma nova organização ao Exército, declarando desde já, que esta organização é provisória, e que ela não revoga a organização

dos Corpos de Exército, os quais conservarão a sua numeração de 1º, e 2º, como até aqui. A nova organização, que passa a ter o Exército, é a seguinte: – O Exmo. Sr. Chefe do Estado Maior, Antônio Netto, comandará a Fronteira do Rio Grande até Bagé, o 1º Corpo de Carabineiros, e todas as Forças de Guardas Nacionais, e de 1ª Linha, que ocupam o território supracitado. O Exmo. Sr. General David Canabarro, comandará o Município, e Fronteira de Alegrete, o Município de São Borja, a Brigada de 1ª Linha, composta do 1º e 2º Corpo de Lanceiros, e as Forças de Guardas Nacionais dos Municípios acima referidos. O Exmo. Sr. General João da Silveira, comandará todo o litoral da margem direita de Santa Maria até o Camaquã, o Município de Cruz Alta, e todas as Forças, que ocupam este Município, e aquele litoral. A Divisão de Infantaria, e o 2º Corpo de Carabineiros, formarão agora uma Divisão, comandada pelo Sr. Coronel Marcelino. Esta Divisão ficará debaixo das imediatas Ordens do General em Chefe. O General em Chefe espera, que os Excelentíssimos Senhores Generais com o zelo, e atividade, que sempre tem desenvolvido a prol da Pátria, sem a mínima demora passem a dar energia, e cabal execução, cada um de por si, pela sua parte às Instruções, que nesta data lhes serão enviadas, cuja matéria é de toda a consideração, e de vital interesse para a Republica Rio-Grandense. O Sr. Coronel Joaquim Pedro Soares, que comandava uma Divisão, composta dos Corpos de 1ª Linha, e Guardas Nacionais, passa a ser empregado no Comando de uma outra Divisão, que se vai formar, para operar sobre o Jacuí. Tem passagem para o 1º Corpo de Exército o Sr. Tenente Coronel da Guarda Nacional Thomas José Pereira. [a] Bento Gonçalves da Silva.

CV-7752

Ilmo. Senhor. Neste momento, e neste lugar, recebi o Ofício de V. S. onde me anuncia o ingresso no dia 15, do inimigo em Santa Maria, que já suponho terem voltado. A força aqui reunida no dia 20 fica em Alegrete pronta a marchar, e no dia 21 devo eu seguir sem falta; espero antes, V. S. me diga que direção devo tomar; pois no caso deles terem subido a Serra, eu marcho por São Francisco, São Vicente, Toropy, e fazemos junção no passo de São Lucas de Bicuhy, e entraremos por São Martinho; porém se eles fizerem outra manobra e não subirem a Serra, V. S. me indicará, como já disse. a direção que devo seguir. Os Ofícios junto para Caçapava, fará os seguir em brevidade. Deus Guarde a V. S. Quartel General na Boa Vista 17 de Dezembro 1839. Ilmo. Sr. Coronel João Antônio da Silveira. [a] Bento Manuel Ribeiro. Serviço da República. Ao Cidadão João Antônio da Silveira. Coronel Comandante da Divisão da Direita. Onde se ache. Do General Bento Manuel Ribeiro.

CV-6601

Ilmo. e Exmo. Sr. Pelo Negociante Francês Inglis dirigi a V. Exa. um ofício do Exmo. General João Paulo, do qual suponho será 2o via este que incluo e que ontem recebi com 15 dias de demora, por causa das partidinhas rebeldes que cruzando no trânsito obrigaram os próprios a virem caminhando de noite, pelo mato e quase a pé. Quando se separaram do Exército estava este na Estância do Teixeira ao pé do Pau Fincado, mas ouviram depois dizer que contramarchara, indo de pelo à pelo e com as cavalcadas em muito mau estado, e que o Netto também se desprendera do grosso do inimigo com uma força que não sabiam avaliar. Do outro lado do Jacuí disseram-lhes que Carvalho e Felisberto Machado estavam com 200 homens.

Ontem, porém, falei com um homem que passou para o Taquari vindo de fora, e diz que o nosso Exército passara o Ibicuí São Lucas, debaixo de muito fogo, indo acampar no Rincão de São Pedro, e o Loureiro no de São Vicente, para onde lhe disseram que iria também resto da força. Que David Canabarro estava em São Gabriel com o mais grosso dos rebeldes, Domingos Corrêa com gente na boca do monte, e que daqui para dentro cruzavam várias partidas ao mando de cabecilhas de pouco nome, tendo subido para cima da Serra o Portinho e Fructuoso também com força.

Os Bombeiros que mandei ao Camaquã e voltaram ontem, trazem notícias de que o Netto com 400 homens estava no Bahú a 2 do corrente, descendo dali para o Pedrigal; porém, conheço dois lugares assim chamados, um ao pé da Estância de Joaquim Gomes e outro no Erval nas pontas do Arroio Grande, e não sabem informar para qual destes foi; dizem sim que além do Camaquã se faziam fortes reuniões por ordem do Netto. No dia 12 tornou a entrar e sair na Cachoeira o Felisberto Machado sem maior novidade; e como ali considero a Polícia exposta a mandei passar para cá do Butucaraí, porque na Vila só uma força imponente poderia agora conservar-se, porque em os rebeldes querendo podem reunir suas partidas e atacarem trazendo por diante qualquer força menor de 200 homens.

Os condutores dos ofícios que remeto são moradores do Distrito da Cachoeira, para onde os mando esperar pela contestação de V. Exa., em caso de querer dá-la; e rogo a V. Exa. que brevemente haja de dar-me suas ordens a respeito, assim como dizer-me se devo dar-lhes alguma gratificação.

Deus Guarde a V. Exa. Quartel General da 3o Divisão no Rio Pardo 14 de julho de 1841. Ilmo. e Exmo. Sr. Conde do Rio Pardo. General Comandante em Chefe do Exército. Filipe Neri d'Oliveira Brigadeiro Comandante da 3o Divisão

Cv-5531

Ao Ilmo. Sr. Em ofício de 27 do mês próximo passado lhe participei que me acharia na estância de São Vicente a 15 do corrente, porém não me é possível porque as cavalhadas todas que tenho estão magras; se aniquilam agora com marchas, se inutilizarão para todo o verão. No distrito de São Vicente está de observação o Guarda Nacional Clarimundo, por o conduto de quem espero que V. Sa. me comunique a miúdo o que ocorrer por esse lado, que eu farei o mesmo por esta parte. Tenho notícia que o inimigo marcha sobre a força que V. Sa. Comanda, porém que me parece falso. Eu ignoro o ponto que V. Sa. ocupa e me parece acertado que seja pelas imediações do Ibicuí em São Lucas, tendo as avançadas pelo Rosário. As forças que tenho sobem a oitocentos homens, porém não quero empreender só contra os rebeldes a fim de darmos [...] golpe decidido, por isso que V. Sa. deve estar pronto para, quando melhorarem os cavalos, marcharmos. Na primeira ocasião que tiver espero me diga a força que tem, Dos soldados que acompanharam do 4o corpo ao Tenente Victorino queira fazer seguir para este acampamento.

Deus guarde a V. Sa. São Gabriel, 8 de setembro de 1840. Ilmo. Sr. Coronel Jerônimo Jacinto Pereira. Manuel dos Santos Loureiro. Coronel comandante da divisão de cavalaria.

CV-5533

Ao Ilmo. Sr. Acuso o recebido ofício de V. Sa. datado de 3 do corrente mês, do qual foi por o Tenente Vitorino que me informou do estado de V. Sa., e o mesmo dirá a V. Sa. do estado em que me acho. Confirmo o que disse a V. Sa. em meu anterior ofício sobre a tenção que tenho de no dia

15 do próximo outubro me achar por as imediações de São Vicente, e nesta certeza V. Sa. marchará a este tempo por as imediações de São Lucas a fim de fazer junção comigo e principiarmos as operações. Recebi as proclamações que enviou as quais também já aqui as tinha por mando do Exmo. presidente e comandante das armas, e muitas satisfações tivemos por tão felizes acontecimentos. Deus guarde a V. Sa. muitos anos. Acampamento na estância de São Gabriel, 15 de setembro de 1840. Ilmo. Sr. Coronel Jerônimo Jacinto Pereira. Coronel comandante 138 de legião. Manuel dos Santos Loureiro. Coronel comandante da divisão de cavalaria.

Cv-5534

Ilmo. Sr. Fui entregue do ofício de V. Sa. datado de 8 do corrente e fico certo em quanto V. Sa. nele me diz. Vejo dizer-me V. Sa. que teve notícia do inimigo ter passado para o outro lado de Santa Maria no passo do Rosário, o que penso não se realizará, porque acabo de ter outra parte notícia de no dia 10 do corrente ainda estarem no Caveirá, e os mesmos próprios de V. Sa. Me dizem ter sabido no caminho que somente Portinho é que passou com oitenta homens. Nada aprovo a retirada de V. Sa. para Caçapava, mais conveniente a julgava para São Martinho quando fosse completamente impraticável a retirada que ordenado a V. Sa. para São Lucas, ou outro ponto aonde V. Sa. Não pudesse deixar de fazer junção comigo.

Deus guarde a V. Sa. muitos anos. Acampamento na estância de São Gabriel, 16 de setembro de 1840. Ilmo. Sr. Coronel Jerônimo Jacinto Pereira. Comandante de legião. Manuel dos Santos Loureiro. Coronel comandante da divisão de cavalaria.

CV-5540

Ilmo. Sr. Acabo de receber o ofício que V. Sa. me dirigiu em data de ontem do qual foi portador Cândido Vale e em resposta tenho a dizer a V.Sa. que mandei vir para aqui as polícias todas que deixei em São Borja e mais distritos para efeito de me trazerem cavalos, de cujo gênero não tenho de sobra para acossar o inimigo; logo que chegue passarei a procurá-los onde quer que os possa achar. Julgo acertado V. Sa. passar a este lado do Toropi porque não me parece bem V. Sa. passar ao outro lado do Ibicuí porque logo que saiba o inimigo da minha torna passagem se há de aproveitar para ocupar aquele distrito. Nada me falta para ir procurar os homens senão cavalos e como tenho esperanças de obter em poucos dias alguma, apesar de pouca, porção, não demorarei a minha passagem para assim evitar o quanto possa o mal que o inimigo nos pode fazer ocupando o distrito de São Gabriel, e o mesmo Cândido Vale dirá a V. Sa. bocalmente o mais que se me oferece.

Deus guarde a V. Sa. Campo em São Vicente, 18 de novembro de 1840. Ilmo. Sr. Coronel Jerônimo Jacinto Pereira. Manuel dos Santos Loureiro. Coronel comandante da divisão.

Cv-5545

Ilmo. e Exmo. Sr. Depois do ofício que dirigi a V. Exa. em data de 18 do corrente, resolvi passar o Ibicuí e marchar ao ponto de Jacuí com o fim de armar, fardar e pagar a 32 brigada, que inteiramente se acha impossibilitada de operar por falta de tais artigos, e desta forma conservar a comunicação com V. Exa., o que ao contrário seria privado pelo revés que sofreu a 4o brigada.

No dia 24 principiei a marcha de São Vicente, a 25 passei o Toropi, e logo mandei passar a nado um esquadrão de lanceiros o Ibicuí no passo de São Lucas, e perseguir o inimigo que o guarnecia; feito isso passou toda a força.

Às 5 horas da manhã do dia 26 foi a minha retaguarda atacada no Felipinho por João Antônio e Guedes, e perseguindo como costumam pretendiam envolver toda a força, o que não conseguiram por eu tomar posição a tempo e esperá-los; logo que reconheceram as colunas de ataque, que lhes preparei para os rebater, fizeram alto e mandaram sua infantaria sobre a ala esquerda e com descargas pretendiam envolvê-la, o que não conseguiram porque mandei carregar um esquadrão sobre a infantaria, que matando o comandante e 4 soldados, e tomando-lhe 8 armas, desvaneceu aos rebeldes do seu plano de ataque, e se conservaram na sua fortíssima posição todo aquele dia; e de nossa parte morreram dois soldados da descarga de infantaria.

À posição que ocupava o inimigo era fortíssima porque estava no mais alto da coxilha que tinha em frente com uma sanga no meio, e foi o que o livrou de serem atacados, pois não quis arriscar um combate que sendo desgraçado traria à causa da legalidade males incalculáveis; à noite o inimigo se retirou e eu no dia 27 continuei a marcha. Esta brigada está composta de 1000 praças, mais ou menos, e não vai já o mapa por ter forças cobrindo a marcha, o que farei logo que reúna toda.

Me parece justo V. Exa. mandar aprontar o fardamento por inteiro, um pagador para vir a Jacuí revistar a brigada e pagá-la, assim como 200 homens de infantaria e duas bocas de calibre 3, e um cirurgião com alguns remédios. Com tal força julgo suficiente para procurar o ini-

migo em toda a campanha e privá-lo de enviar recursos aos que subiram a serra. V. Exa. conhece a necessidade de abreviar estas operações, e eu espero muito que V. Exa. me enviará de pronto os artigos de que consta esta minha requisição, dando as ordens que V. Exa. julgar conveniente, Eu marcharei apresentar-me a V. Exa. Logo que acampe a força, e então de viva voz direi a V. Exa. o mais que se me oferece.

Deixei em Missões ao Tenente-coronel Loureiro comandando aquela fronteira com 200 homens com o fim principal de reunir toda a cavallhada que puder naquele departamento e no de Alegrete, e conservá-la em um só ponto, para efeito de passá-la ao outro lado do Uruguai, se no entanto aquele departamento for invadido por força que ele não possa bater.

Deus guarde a V. Exa. Campo no pasto da Restinga Seca, 29 de novembro de 1840. Ilmo. e Exmo. Sr. Francisco José de Sousa Soares de Andréa. Marechal de campo, presidente e comandante das armas.

(a) Manuel dos Santos Loureiro Coronel comandante da divisão de cavalaria

CV-5064

Os emissários da intriga contra Loureiro continuaram durante a noite sendo coadjuvados pelo susto de alguns dos oficiais do Quartel General, com o que o general nessa mesma noite mandou que ficasse sem efeito a ordem de prisão a Loureiro, e que no dia seguinte muito cedo se reunissem, para conselho, no Quartel General todos os comandantes de divisões e de brigadas.

Reunido o conselho na manhã seguinte o general consultou sobre o movimento que deveria fazer o Exército.

Todos os comandantes, que deveriam falar em primeiro lugar, cederam das palavras, até que tocando a vez ao Coronel Loureiro, este exprobrou o erro cometido do abandono das fronteiras ao inimigo, erro de que já há dias se vinham sentindo as más consequências que muito mais prejudiciais se tornariam ainda se a marcha do Exército continuasse com a mesma direção, porquanto em poucos dias não se poderia arrebanhar gado para munício e os soldados teriam de deitar fora o arreamento por falta de cavalos para a montaria. Que a sua opinião era que o Exército contramarchasse já a tomar o passo de São Lucas, no Ibicuí, e que fosse acampar no rincão de São Vicente visto não mais poder marchar por falta de cavalos para a cavalaria e boiada para o transporte das carretas. Que entendia que se deveria mandar quanto antes tomar conta da fronteira de Missões para assim cortar ao inimigo os recursos que dali estava tirando de cavalhadas; e que se oferecia para seguir já com a sua brigada a fazer esse serviço e a reunir cavalhadas; não só para remontar a brigada, como para o Exército que em princípio do verão deveria recomençar suas operações pelo município de Alegrete, principiando-as das costas do Uruguai e Quaraí, donde poderia vir bem montado para o centro da Província. Todo o conselho concordou, pelo que dali separou-se pronto a contramarchar logo na direção indicada.

O inimigo pôs-se em retirada na frente do Exército pela coxilha do Pau Fincado, e a Brigada do Loureiro separou-se buscando o passo de São Lucas, no Ibicuí, a fim de seguir para São Borja. Suponho que no dia 2 de julho principiou a passagem do Exército para a margem direita do São Lucas que estava com as águas muito crescidas, pelo que tornou-se bastante difícil esse serviço, e menos de duas léguas em seguida, e também para a mesma margem, a do Toropi, no passo da Barra, que se achava muito cheio.

O Exército, então de 4 800 praças mais ou menos por haver seguido para Missões a 32 Brigada e ficado no rincão de São Pedro entre o Ibicuí e o Toropi o corpo de Guardas Nacionais ao mando de Francisco Pedro, passando pelo povinho de São Vicente, arranchou no campo de Pedro Serra, onde havia bons matos e aguadas, ficando o arranchamento cinco léguas além do São Lucas. A cavalhada morreu toda e o resto da boiada mal serviu para carregar palha a fim de se fazerem os ranchos. Não posso continuar, mas sempre direi que no livro Araripe faltam mencionar muitos acontecimentos, como sejam:

Depois que Bento Gonçalves dispersou a sua força em abril no município de Bagé, mandou organizar uma outra no Arroio dos Ratos, sendo principal chefe dela e instrutor o Coronel da Guarda Nacional Francisco de Paula do Amaral Sarmiento Mena, força que em fins de maio estava elevada a 1 300 ou 1 400 homens.

Bento Manuel, que se conservava pelas imediações de Irapuá, marchou em maio com 700 homens mais ou menos com o intuito de atacar Bento Gonçalves, e quando, na noite de 31 de maio, marchava com tenção de surpreender Bento Gonçalves, encontrou às dez horas da noite a vanguarda das forças deste que marchava com o mesmo fim de surpreender Bento Manuel.

A lua estava muito clara, e chocando-se as vanguardas de ambas as forças junto ao passo dos Cachorros ficou prisioneiro um soldado de Bento Gonçalves, e declarou que aí vinha vindo em marcha toda a força, o que se confirmou por se ouvirem muitas vozes do inimigo mandando formar esquadrões e outras.

Bento Manuel, que não supunha o inimigo com força tão superior, queria que se esperasse pela madrugada seguinte para atacar, mas outros entenderam que se deveria atacar logo e logo.

O Alferes Guerreiro, do esquadrão do Capitão Pavão, onde eu marchava como porta-estandarte, pediu para que o esquadrão fosse formar à testa da coluna, e tão infeliz foi que na primeira descarga inimiga caiu morto, e dois soldados feridos que ficaram em poder do inimigo.

No dia 1o de junho conservou-se Bento Manuel fazendo frente sem que houvesse fogo de parte a parte, mas às quatro horas da tarde o inimigo formou duas colunas e principiou a perseguir Bento Manuel, dia e noite, debaixo de balas, e o levou assim até o passo do Lagoão no Irapuá, não deixando a força de Bento Manuel carnear em dois dias seguidos (). Bento Gonçalves voltou com a sua força, e Bento Manuel acampou na costa de Santa Bárbara, campo do Tenente-Coronel Manuel Luís da Silva Borges, pai do Tenente Osório. Logo em seguida fez seguir para Bagé os Capitães Barbosa e Pavão com setenta homens, mais ou menos, com o fim de derrotarem uma força rebelde que se achava por Pirai ao mando do Capitão Pedro Marques, conhecido por Perico Marques, e do Tenente Fileno, oriental, os quais ficaram mortos no campo do pequeno combate, dispersando-se a força.*

Cv-2907

Cópia. Meu Pai. O Bugreiro não consta ter passado Ijuí grande; pois o que lhe mandei dizer é que se tinha metido em um campestre que há na costa do mesmo Ijuí defronte a Giruá, e foi engano meu em pensar que tinha passado, mas visto já se achar por essa parte Evaristo e Prestes, e a força que tenho em Santo Ângelo nada há a recear; eu hoje sigo em procura do inimigo para o bater se o encontrar; a posição deles é no Ibicuí, do Catarina para baixo até no Piraju; Boaventura está do outro lado do Ibicuí. Consta que no passo Toropi está o Capitão Firmiano

*Machado com uma boa força, e que o Capitão Marques passou para este lado com quarenta homens que lhe deu o Guedes, isto é o que corre. O inimigo diz ter cem homens mais ou menos. O Chará não há notícia dele depois que foi a São Borja, e desconfia-se que ou está ferido ou foi morto, porque tal e qual dos extraviados têm vindo dar a força inimiga e não dão notícia dele. O total de minha força é de 140 homens bons e bem armados e municiados, e boa cavallhada, e com esta gente pretendo procurá-los e batê-los. Queira recomendar-me a todos os nossos, mulher e meus filhos, e V. Mercê aceite a sincera amizade do seu filho amante. Curral da Tuna, 24 de fevereiro de 1839. Agostinho. Está conforme. No impedimento do oficial-maior, o 1o Escriturário José Higino de Moraes Freitas. Visto e [executo?]
| Brandão*

CV 1640

Ilmo. Sr. D. José Luís Bustamante. Bagé, 6 de agosto de 1841. Estimável Sr. e 445 respeitável amigo. No meu regresso para esta tive a honra de receber a que me serviu dirigir-me em 9 de junho último, e meu prazer subiu de ponto quando por ela me impus do vivo interesse que V. Excelência há tomado pela causa que defendemos e pelos auxílios que lhe há prestado: eu e meus companheiros lhe seremos constantemente gratos. O Exército inimigo vivamente acochado por nossas Cavalarias e consciente o seu General de seu total aniquilamento se prosseguisse em sua retirada para a esquerda do Jacuí como projetava, ganhou o rincão de São Vicente, forte pela sua situação entre a serra Geral e rios Toropi, Jaguari e Ibicuí extraordinariamente crescidos pelas sucessivas chuvas que tem havido, e inabilitando estas nossas cavallhadas para qualquer serviço, forçoso foi-nos deixá-los naquela posição e

contorná-la para arredar-lhe os recursos de Porto Alegre e Rio Grande, até que volvida a estação própria o possamos procurar com vantagem.

CV-4796

Meu respeitável Exmo. Amigo e Sr. Santa Maria, 21 de junho de 1839. Pouco há sou informado por um comandante de polícia que um certo Firmiano Jacques atinou com a forma de importar e exportar gêneros sem pagar os direitos, navegando em canoas do passo de São Lucas no rio Ibicuí até o Uruguai, e tem vendido os gêneros importados no rincão de São Pedro, que dista desta capela apenas 12 léguas e onde existem um guarda fiscal e um inspetor! Tenho dado providências para minorar estes abusos, mas que resultado se poderá colher se elas forem tomadas só em um município? Todavia, apesar dos extravios que ligeiramente hei apontado a V. Exa., nos dois distritos do município talvez se possa dizer que é esta a comarca em que se olha com mais atenção para a fiscalização das rendas, mormente se calcularmos o imenso número de couros, gado de corte e de criar exportados para os estados vizinhos que passam por alto.

CV-7956

Ilmo. Sr. V. Sa. dará ao Sr. Capitão Joaquim Alves um poncho de pano, e uma farda e o mais para uma muda de roupa completa, e o mesmo a um camarada dele. Deos Guarde a V. Sa. Quartel General junto a São Lucas 1 de Julho de 1841. [a] Bento Gonçalves da Silva

CV-7957

O Sr. Major Comissario Bernardo Jozé Rodrigues entregará ao portador desta, dois cortes de ponchos, que um é para o Sr. Major Domingos Corrêa, e outro para o irmão deste; assim como duas mudas de roupa para 2 Camaradas destes. Quartel General junto ao Passo de São Lucas, 2 de Julho de 1841. [a] Bento Gonçalves da Silva



Imagem gerada por IA representando uma pequena guarnição militar. Idealizada com base em suposições e conhecimentos consolidados, considerando pesquisas de campo e registros escritos.

Também durante a Revolução Farroupilha, segundo Romeu Beltrão, em novembro de 1840 aconteceu o Combate da Porteirinha. Os imperialistas Manuel dos Santos Loureiro e Jerônimo Jacinto Pereira haviam combinado de se encontrar nas proximidades do Pau Ficado para combater os farrapos em Alegrete. No entanto Jacinto foi pego de surpresa e derrotado pelos farrapos, frustrando o dito

encontro. Loureiro que se encontrava na margem direita do Ibicuí-grande, provavelmente em São Vicente, levanta acampamento no dia 24 nessa mesma vila, e cruza o Toropi no Passo do Cezar, chegando no dia seguinte ao Passo de São Lucas, no Ibicuí-mirim. A margem oposta, em Cacequi, encontrava-se guarnecida pelos farrapos. Provavelmente Loureiro desistiu de tentar a passagem e passou o Ibicuí-mirim em algum passo acima, podendo ser algum da região das Lenheiras. Nesse trajeto, antes do Pau Fincado, encontrava-se João Antônio da Silveira, coronel farrapo, à espera de Loureiro, ali começou o combate e seguiram em conflito por 2 léguas até São José da Porteirinha. No dia seguinte João Antônio se retirou em direção ao Pau Fincado e Loureiro foi acampar em Restinga Sêca.

No ano de 1877, as margens do rio Toropi voltaram a testemunhar a presença de tropas, mas dessa vez em circunstâncias polêmicas. O tenente da Segunda Companhia da Guarda Nacional, João Victorino dos Santos Filho, veterano da Guerra do Paraguai e morador de São Vicente, viu-se envolvido na situação controversa. Durante uma reunião às margens do Toropi, no Rincão de São Pedro, João foi surpreendido negociando com desertores. Informado do encontro, o subdelegado da terceira divisão de Santa Maria prendeu 32 desertores da Guarda Nacional e 8 do Exército. O episódio ganhou repercussão não apenas pela gravidade dos fatos, mas também porque João era uma figura respeitada na sociedade vicentina. Além de oficial da Guarda Nacional, ele atuava como empresário no setor hoteleiro, delegado de polícia, pecuarista e no ramo imobiliário, tendo sua família papel relevante na formação daquela comunidade.

Em tempos mais recentes, há registros de um conflito ocorrido nas proximidades de um dos passos das

Lenheiras em 21 de outubro de 1923, que ficou conhecido como Batalha do Passo da Lenheira.

No dia 25 de outubro, o jornal local *O Comércio* relatou que, antes do confronto, um grupo da coluna de Honório Lemes, liderado por Quinote Ayres e Theodoro Menezes, adentrou inesperadamente na vila de São Pedro. Após realizar algumas capturas na região, o grupo se reuniu com outro corpo revolucionário nas proximidades da Carpintaria, cruzando o Ibicuí-Mirim pelo Passo da Parada Bento Gonçalves (Lenheira). No lado oposto, em Cacequi, estava a Parada Bento Gonçalves, renomeada como Parada Chagas em agosto de 1922, por aprovação do então Ministro da Viação.

Nesse passo, o 2º Batalhão da Brigada Militar, sob o comando de Amadeu Massot, interceptou as forças revolucionárias. O confronto, que durou cerca de duas horas e meia, envolveu um esquadrão de fuzileiros e duas metralhadoras da Brigada. Parte dos armamentos utilizados provavelmente teve origem em uma grande operação liderada por Flores da Cunha, que, algum tempo antes, havia adquirido uma significativa quantidade de armamentos na Argentina.

Essa referida operação teve origem após Flores da Cunha expressar ao líder contra-revolucionário Borges de Medeiros a necessidade de reforçar o armamento da Brigada. Flores da Cunha, então, partiu em sigilo para Buenos Aires, levando consigo um cheque no valor de 75 contos de réis para a compra do equipamento bélico. Na capital argentina, negociou e efetuou o pagamento do carregamento. Em seguida, transportou todo o material, devidamente armazenado em caixotes, por trem até Paso de Los Libres, onde subornou um agente alfandegário para evitar a ins-

peção da carga. Com o apoio de Osvaldo Aranha, atravessou o rio Uruguai em duas lanchas motorizadas, transportando 400 fuzis Mauser, suas respectivas 400 baionetas do tipo sabre e uma grande quantidade de munição calibre 7.65mm.

No confronto de 21 de outubro de 1923, sete soldados da Brigada ficaram feridos e foram encaminhados para a cidade de Santa Maria. As baixas no grupo de Honório Lemes não foram oficialmente confirmadas, mas, segundo os oficiais da Brigada, eram consideradas significativas.

A Cruz Vermelha resgatou um corpo e um ferido no campo de batalha, ambos encontrados na Fazenda dos Chagas. Registra-se ainda uma grande quantidade de cavalos mortos deixados no local. A Cruz Vermelha Libertadora solicitou escolta para conduzir a empreitada de recuperação.

Na mesma semana, outros grupos da Brigada Provisória, sob o comando de Flores da Cunha, cruzaram a região em perseguição às forças de Honório Lemes, conhecido como o Leão do Caverá. Identificados como Brigada do Oeste, esses contingentes teriam atravessado um dos passos ocidentais, o Passo do Cezar ou o Passo de São Lucas, levando consigo um grande número de cavalos.

Outro registro desse mesmo evento foi identificado por Weigert, que o encontrou na edição nº 241 do jornal Diário do Interior, publicada em 23 de outubro de 1923. O periódico, em grande concordância com O Comércio, relata que, após o encontro das forças da coluna do general Honório Lemes com 400 homens da vanguarda borgista sob o comando de Flores da Cunha, no Carajazinho, no município de Santo Ângelo, a coluna de Lemes empreendeu marcha atravessando os municípios de Santiago e fazendo a travessia da Picada de São Xavier. Posteriormente, chegaram ao rincão de São Pedro por volta das 9h30.

O grupo de Lemes, composto por aproximadamente 100 homens e liderado por um tenente-coronel, surpreendeu os habitantes do rincão. Os revolucionários prenderam o tenente-coronel Valério Paiva, subintendente do distrito, libertando-o posteriormente. Às 13h, aproximadamente, essa força deixou a povoação, seguindo em direção a São Lucas. Antes disso, tentaram alcançar Dilermando de Aguiar, mas desistiram ao avistarem um piquete do 2º Batalhão da Brigada Militar, com o qual houve breve troca de tiros.

Na mesma ocasião, o grosso da coluna revolucionária já havia atravessado a Carpintaria, marchando na mesma direção. O tenente-coronel Amadeu Massot, que estava acampado com seu batalhão próximo à estação de Dilermando de Aguiar, recebeu as informações do piquete. Observando os movimentos dos revolucionários através de binóculos, Massot avistou a coluna e imediatamente ordenou que sua força se preparasse. Em seguida, embarcaram em um trem especial rumo à Parada Chagas para atacar os revolucionários. Contudo, antes que o comboio alcançasse o local, foi constatado que alguns pontilhões e partes da linha férrea estavam danificados, impossibilitando o avanço da locomotiva

Os revolucionários que se encontravam no local atacaram imediatamente o batalhão, que havia desembarcado e respondeu ao fogo a uma distância estimada de 300 a 400 metros. Segundo relatos de diversas fontes, os revolucionários, em grande número, tentaram cercar o batalhão, mas não obtiveram sucesso devido à estratégia adotada pelos comandantes e à disciplina dos oficiais e soldados, que seguiram prontamente as ordens recebidas.

A troca de tiros teve início por volta das 17h e se estendeu até aproximadamente 19h, momento em que os revolucionários abandonaram o campo de batalha. O bata-

lhão então embarcou no trem e retornou a Dilermando de Aguiar, levando consigo os sete feridos, sendo seis soldados e um sargento. Que depois seguiram para Santa Maria para receber atendimento médico.

O médico que acompanhou os feridos e o sargento João Mendonça, que estava entre os lesionados, relataram que os governistas não sofreram baixas fatais. Ambos estimaram que as perdas entre os revolucionários, incluindo mortos e feridos, foram muito significativas. No entanto, não foi possível verificar com precisão o número exato de baixas devido ao término do combate ao anoitecer. Suas avaliações basearam-se principalmente no movimento de cavalos encilhados que fugiam desordenadamente do campo.

Quanto ao número exato de mortos e feridos entre os revolucionários, prevaleciam diversas versões, como foi dito pelo outro Jornal. Algumas pareciam exageradas, enquanto outras eram mais plausíveis, mas todas permaneciam envoltas em incerteza.

Com as comunicações telefônicas com São Pedro interceptadas, as autoridades em Santa Maria não conseguiram obter informações detalhadas sobre os pormenores do combate. Soube-se apenas que diversos automóveis partiram de São Pedro, conduzindo membros da Cruz Vermelha em direção ao local do confronto, com o objetivo de prestar socorro aos feridos e providenciar o sepultamento dos mortos encontrados.

Segundo cálculos dos combatentes governistas, as forças envolvidas no embate eram compostas por aproximadamente 600 a 700 revolucionários e cerca de 300 homens da Brigada Militar. Após o combate, os revolucionários pernотaram nas terras da família Chagas, em Cacequi, de onde partiram na manhã seguinte em direção ao Pau Fincado, rumo a São Gabriel. Flores da Cunha, li-

derando a vanguarda governista, chegou à tarde de 22 de outubro em São Pedro, onde permaneceu aguardando o restante das forças.

Relatou-se que os revolucionários praticaram diversas depredações na linha férrea entre a estação de Dilermando de Aguiar e a Parada Chagas. Em uma extensa área, arrancaram trilhos e causaram o tombamento de várias locomotivas que transportavam trens de carga. Os comboios, tanto os que se dirigiam a Santa Maria quanto os que partiam dela, foram interceptados pelos revolucionários, que intimavam os maquinistas a parar. Após revistarem os trens, desengatavam as locomotivas e abriam seus reguladores, deixando-as correr sem controle até encontrarem trechos da linha danificados, onde tombavam violentamente. Um dos maquinistas desses comboios, capturado pelos revolucionários, relatou esses acontecimentos após conseguir fugir.

A edição 28 do jornal *Staffetta Riograndense*, voltado aos colonos italianos, publicada em 31 de outubro de 1923, registrou a queima de várias pontes ferroviárias, além da destruição de 52 vagões e três locomotivas, lançadas em sentido contrário sobre a linha e completamente danificadas no impacto.

Outro panorama desse conflito foi apresentado por Antero Marques em seus registros, publicados no livro *Mensagem a Poucos: Vivências de um Estudante Revolucionário*. Antero Silva Marques, natural de São Francisco de Assis e nascido em 15 de maio de 1902, ainda estudante, participou da Revolução de 1923. Faleceu em Porto Alegre em 21 de agosto de 1990.

“O ataque àquela vila (São Pedro) produz o efeito desejado, desvia para ali a força do Cel. Affonso Emilio Massot e permite a Honório atravessar com o grosso de suas

*forças o Ibicuí, defronte da “Parada Chagas” em pequena ponte duma **lenheira**, sendo seguido nessa operação por Theodoro Menezes que retira de São Pedro. É este o momento em que Cacildo Krebs, enviado de Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra, segue o rasto dos revolucionários em busca de Honório, para tratar da assinatura do Armistício - episódio que já registrei e me foi relatado por um de seus ordenanças, o soldado Lourenço Betin.”*

Seguindo trajeto, transposto o Ibicuí, em Cacequi, a Coluna pousa nuns capões atrás da propriedade da família Chagas. Antero também adiciona informações sobre o ambiente ao redor da estação São Lucas. Note-se que os jornais mencionam o nome de Amadeu Massot, enquanto o relato de Antero faz referência a seu irmão Affonso Emílio Massot. Contudo, sabe-se que, no conflito, estava o Amadeu.

“Junto à Estação de São Lucas, num bosque de eucaliptos que lhes dá sombra, lá estão as cruzes apodrecidas das sepulturas rasas dos que morreram nas ações daqueles lugares. Falava-se em mais de doze homens. Muitas vezes da janela do trem que passava, ou parado à estação, pude contá-las em número de treze, rente ao farpado da cerca da Viação Férrea, algumas delas com aspecto volumoso de sepulturas comuns.”

Este campo santo, assim como a estação, não resistiu ao passar do tempo. Atualmente, restam apenas dois túmulos: uma cruz com cercado ornamentado, mas sem identificação, e uma cruz pequena e simples, com o nome da infanta Celi Cardoso (1927 - 10/12/1932). A estação agora se resume à sua fundação, coberta por vegetação rasteira e pelas construções atuais sobrepostas.

Conforme Antero, a manobra realizada por Honório Lemes, ao ingressar na vila de São Pedro para atrair a atenção das forças inimigas, tinha como objetivo criar

uma distração, permitindo-lhe escapar pela cruzada no Ibicuí-Mirim. No entanto, o resultado foi o oposto: acabou atraindo para a Parada Chagas, por trem, precisamente o destacamento governista.

Até algumas décadas atrás, ainda era possível encontrar nas proximidades da Parada trilhos com marcas de perfurações causadas por projéteis do conflito. Contudo, esses vestígios não existem mais atualmente, pois os trilhos foram substituídos durante os reparos da linha férrea ao longo dos anos.

É interessante destacar que, no ano da batalha, a área onde se localizavam os Passos das Lenheiras pelo lado de São Pedro do Sul pertencia à família Rosauero, enquanto pelo lado de Cacequi pertencia à família Chagas.



Projétil de fuzil, contemporâneo ao conflito de 21/10/1923.

Ainda em relação a Revolução de 1923, há relatos que complementam esse capítulo do conflito na região do Chiniquá. Conforme era contado, há tempos nos galpões, quando as tropas dos combatentes cruzavam na região, os estancieiros tinham de esconder os cavalos em meios aos matos e clareiras para que esses não fossem levados. Também era lembrado nos causos sobre a preocupação e desespero dos residentes na área em proteger seus bens para que não fossem tomados e em buscar refúgio, escondidos, das tropas.

Durante a Revolução de 1932, há um breve relato sobre tropas que, sem identificação clara de qual lado pertenciam, cruzaram o Passo do Louro em perseguição ao

oponente, montando acampamento na localidade de São José do Louro, no município de Mata. Ali, aguardavam a chegada do inimigo para a travessia do rio Toropi. Enquanto permaneciam na região, prepararam o terreno, limpando as barrancas do rio e arrancando capim para erguer choupanas, a fim de se protegerem de eventuais intempéries, sem saber por quanto tempo ficariam à espreita.

Durante esse período, consumiram grande quantidade de carne bovina, deixando o campo de Reinaldo Hoesbaert forrado de ossos. Proprietário de um tambo de leite, Reinaldo fornecia leite à tropa acampada. Além disso, possuía um bolicho que abastecia a redondeza com mantimentos. Todas as manhãs, seu filho José Luiz, então com 12 anos, transportava o leite até os soldados, levando-o a cavalo em uma mala de garupa. Certo dia, ao chegar ao acampamento, o menino foi surpreendido por um soldado que, em tom de brincadeira, deu-lhe voz de prisão e ordenou que descesse do cavalo. Sem compreender o que acontecia, José Luiz entrou em pânico, chorando e se debatendo de medo. O episódio, embora tenha sido apenas uma piada de mau gosto, deixou marcas no garoto, e nos dias seguintes, foi seu irmão mais velho quem assumiu a tarefa de levar o leite à tropa.

Posteriormente, já na década de 1940, o Exército Brasileiro e o IBGE instalaram diversos marcos geodésicos em pontos elevados da região.

Viajantes em tempos recentes

Caminhando para os anos finais do século XIX houve outros viajantes que documentaram a passagem. Um desses, pouco conhecido, foi o botânico alemão Hermann Soyaux, que recorreu a área em 1886, dando descrições detalhadas.

Abaixo foi inserido o trecho traduzido de seu diário, que vale ser colacionado em íntegra e com destaques em visto ser um registro muito detalhado de sua cruzada na região, não necessitando de observações.

*“Pouco depois do nascer do sol estávamos de novo na estrada, agora mais para sul e seguindo assim a cumeira do Rincão do São Pedro. Por volta das 10 horas tivemos uma ampla visão da configuração do terreno a oeste, diante de nós a **confluência do Ibicuí mirim à esquerda e do Toropi**, que flui para nordeste, à direita.*

Enquanto o primeiro apresenta menos mata em suas margens, o Toropi é acompanhado em seu curso, descendo da Serra, por um amplo cinturão de mata, principalmente na margem oposta, muitas vezes de 1 a 1½ légua de largura, e apenas interrompida por pântanos esta mata ciliar. É natural que perto da confluência as florestas de ambos os riachos se unam em massas maiores.

A serra do Rincão desce suave e gradualmente para ambos os rios, e as áreas férteis do mesmo já estão em sua maior parte sob o controle de colonos alemães das antigas povoações; havia também alguns jovens alemães entre meus companheiros de viagem na estrada de ferro, que pretendiam ver as propriedades aqui.

Disseram-me que o Barão de Candiota (Luís Gonçalves das Chagas) é um dos principais latifundiários daqui que, como diz o ditado, possui seus territórios para 22 vacas – por quem? – Diz que comprou e vendeu agora o lote da colônia de 48 hectares por 1 conto de arroz (aprox. 2000 marcos).

Não que os compradores de terras já morassem em todos os lugares, isso está reservado para tempos posteriores, ou estamos lidando aqui com uma simples especulação fundiária. Costuma-se dizer que o agricultor alemão do sul do Brasil é rico, mas não tem riqueza. Além do fato de que a riqueza é um conceito bastante relativo, vale ressaltar que o colono alemão não coloca seu dinheiro em sua meia, mas o investe principalmente em terras bem situadas que, ao longo de vários anos, lhe rendem um retorno variado, em sua mão capital de volta.

*Do nosso miradouro **avistamos a norte a Serra de São Miguel**, que aqui se mostra de perfil como uma pirâmide pontiaguda; A mesma imagem de serras semelhantes a telhados é frequentemente encontrada ao longo da Serra, por exemplo na Alemanha “o Facão”, que recebeu este nome de “Messer” devido ao seu dorso afiado.*

*Agora aparecem muitas sangas nos campos, **desfiladeiros profundos semelhantes a cânions com paredes íngremes de laterita, principalmente vermelha, que muitas vezes parecem não ter saída**; – os mesmos dão a impressão de que havia cavidades gigantescas nas profundezas da superfície, cujo teto desabou de repente. Com o aumento deste fenômeno observei um aparecimento mais frequente de grupos de pinheiros e uma diminuição simultânea dos capões. Essas florestas de arbustos tornaram-se mais raras e, além do amplo cinturão florestal em Toropi, examinei quilômetros de planícies, raramente interrompidas pelo crescimento de floresta.*

Mais uma hora daquele miradouro, perto do qual um caminho se ramifica para o sul até o Passo de São Lucas no Ibicuí, em direção mais puramente oeste, e atravessamos o majestoso Toropi em uma dessas costumeiras balsas, que são três pranchas sobre canoas arqueadas. Nossa taxa para isso foi de 2 mil réis (cerca de 4 marcos), já que os barqueiros em geral têm uma má reputação aqui por causa de suas trapaças, especialmente com estranhos.

A descida para o rio era bastante íngreme, a margem aqui, assim como em algumas partes do Camaquã, era de terra cinzenta, sem cal, arenosa, que se assemelha a uma argila rochosa, mas parece ser um produto intemperizado do traquito. A outra margem era arenosa e terminava em uma ampla planície pantanosa. Levamos uma hora inteira para atravessar esse banhado; atividade cansativa para o cavalo e o cavaleiro, a natureza aqui não oferece recompensa.

*Um quadro infinitamente desolado - incalculável, enganosa extensão de água sobre um leito de lama e esterco, em que se enraízam gramíneas duras, altas, tufo-das e numerosas árvores de Corticeira sem uma única folha nos galhos cinzentos, mal-humorados e retorcidos pelo tempo. **E por esse pântano abre o caminho até aqui, segundo a linguagem europeu-portuguesa: Estrada real, chamada “Koenigliche Straße”.** Encontramos algumas carroças no pântano; os 8 a 12 bois na frente dela tiveram grandes problemas com este veículo antigo, mas se adaptou às condições de lá.*

Quase 2 léguas a oeste do Toropi, além do pântano, nos encontramos, depois de cavalgar pelos rios Tororaipi e Taquarichim, ambos afluentes do primeiro, a maior distância da Serra, no Rincão das Palmas, em uma Venda, que poderia nos servir com nosso obrigatório café da manhã de sardinha e ovos.

As feições de um grande ângulo de oeste-noroeste a leste estavam diante de mim; é um contorno muitas vezes marcado por linhas retas, picos de montanhas, que parecem ser suavemente cortados em coroas de pedra que culminam como se um punho gigante as tivesse empilhado continuamente na mesma altura. Em alguns lugares, como no Butucaraí, o telhado superior de pedra ergue-se subitamente da massa florestal, nua e íngreme, como um muro artificial, e o aspecto imponente dessa vista dificilmente é prejudicado por cristas isoladas, algumas pontiagudas, outras arredondadas, que aparecem dispersos no meio e na frente dele, em qualquer caso, oferecem apenas a vista de perfil de cumes de montanhas semelhantes. Esta é a Serra de São Martinho, na qual nascem o Ibicuí-mirim, o Guasupí e o Toropi, o Jaguari e o Jaguarzinho para alimentar o Ibicuí-grande que corre para o sul, enquanto a vertente norte deste maciço arenito carrega grandes águas através do Ijuí, Piratini e Camaquã ou envia Icabaqua diretamente para a Corrente Uruguai."

Hermann Soyaux, em 1886



Hermann Soyaux

Já em tempos mais recentes ainda temos relatos dessas cruzadas. Um novo relato refere-se à viagem que teve início em 30 de maio de 1893 quando o Pastor Michael Haetinger e sua família, que residiam em Taquari, tinham destino as colônias de Jaguari. Com cinco companheiros de viagem que pretendiam adquirir terras na região do Sertão, partiu de Taquari pela manhã e dali ao entardecer tomou o trem, passando por Santa Maria e Rincão de São Pedro, chegando de madrugada na estação de São Lucas, onde, conforme combinado, seria esperado a 31 de maio de 1893 por pessoas do Sertão que, também, trariam o animal de montaria. Porém lá não encontrou ninguém a sua espera e, junto com seus cinco companheiros de viagem, procurou hospedagem num pequeno hotel próximo à Estação. No dia 1 de junho, tomaram a decisão de enfrentar a pé a estrada até o Sertão, já que também não puderam conseguir animais de aluguel. Mesmo tendo conseguido fazer parte do caminho com um carreteiro, somente chegaram ao seu destino às 8 horas da noite.

Uma passagem interessante no início do século XX diz a respeito da cruzada do alemão Carlos Huber em São Lucas, em 1902. No traslado de Santa Maria a Cacequi, o trem que Huber estava parou na estação de São Lucas, nessa parada um homem o abordou questionando se Carlos partia para Cacequi e, com a resposta afirmativa, o indivíduo entregou-lhe um pacote de papel com 5 contos de réis em cédulas para que fosse entregue a um determinado comerciante na cidade. Fato inusitado que evidencia a confiança que existia naquela época, em contraste com a atualidade, onde certamente o dinheiro dificilmente chegaria a seu destino.

No livro *Cronologia Histórica de Santa Maria*, Romeu Beltrão pesquisando sobre as visitas de D. Pedro II ao

Rio Grande do Sul, escreve que não encontrou registros de sua passagem por Santa Maria, porém no ano de 1958 recebeu uma carta de Januário Victorino Chagas, proprietário da Fazenda Sotéia, em Cacequi, informando que em sua propriedade encontrava-se uma carruagem que transportou o imperador no ano de 1846 em um percurso até São Gabriel, veículo que provavelmente pertencia ao seu avô, o Barão de Candiota.

Por tradição oral sabe-se que Januário, proprietário de terras também na margem direita do Toropi, costumava se deslocar de uma propriedade à outra com uma carruagem puxada por 4 cavalos brancos, cruzando os passos de São Lucas e passo do Cezar.

Chico Timm

Na ocasião das secas históricas que infelizmente atingiram a região no início de 2022 e 2025, foi possível explorar o leito seco dos rios Toropi e Ibicuí-Mirim. Nessas expedições, foram encontrados diversos objetos de diferentes períodos históricos.

Uma explicação para esses objetos terem ido parar na água, se sustenta pelos relatos de viajantes que tiveram suas carretas levadas pela água durante a travessia do rio.

Um desses viajantes foi Francisco da Rocha Timm (24/7/1893 – 17/7/1980), comerciante são-pedrense que cruzava periodicamente o Passo do Cezar. Descreveu no seu livro “50 Anos de viagem. Trabalhos, peripécias e alegrias”, sobre sua cruzada no verão de 1924, em uma de suas incursões comerciais à São Vicente, Timm registrou sua passagem no rio enquanto regressava a São Pedro.

*“Chegamos no **Passo do Cezar**, onde hoje existe uma ponte metálica; aí não encontrei nem a balsa nem moradores que pudessem nos dar melhores informações sobre o vau, mas isto não nos preocupou muito, pois éramos habituados periodicamente a fazer aquela travessia, eu e meu empregado Juvenal Aguiar. **Verificamos então que o passo estava de vau um pouco fundo. Não levamos em consideração que num leito de rio de areia os vaus com as enchentes muitas vezes mudam de direção (local). Era o que tinha acontecido.***

Este trajeto de 10 léguas de distância entre aquelas duas vilas, hoje cidades, eu costumava fazê-lo num dia, caso não houvesse contratempo, mesmo visitando 3 fre-

*gueses. Nesse percurso, tem-se de atravessar o **Passo do Cezar no Toropi**, rio um tanto caudaloso, pois até em princípios desse século existiam barcos que navegavam por ocasiões de cheias até Vila Clara, acima do referido passo umas 3 léguas.”*

Vê-se sobre as características físicas da cruzada, tal como a presença de uma velha ponte metálica que, provavelmente ficava posicionada onde está a atual de concreto. Também há observações sobre o quão mutável era o passo com o tempo.

Ao cruzar, os animais que puxavam a carroça ficaram a nado devido a profundidade das águas naquele dia, enquanto a correnteza levava tudo rio abaixo. Francisco, já exausto, fazendo preces a Deus, por pouco se salvou nadando até a margem. Os animais e a carroça foram arastados 30 metros abaixo do passo até um paredão, onde Juvenal conseguiu guiar a carga até a margem em segurança. Eles tiveram de pernoitar no Chiniquá, para no outro dia prosseguirem à São Pedro.

Quatro anos depois, em 8 de outubro de 1928 foi entregue e inaugurada, oficialmente pela intendência municipal, uma barca no passo do Cezar. Foi entregue à Alfredo de Oliveira Cezar pelo capitão João Rosalino de Jesus.

Chico também relata em seu livro a cômica passagem pela balsa que existia no passo de São Lucas. Se dirigia de São Pedro à São Francisco de Assis acompanhado de dois amigos, tendo partido de carro numa quinta-feira cedo, já se encontrava às 17 horas em São Lucas. Conforme relatou, a balsa era precária, constituída de tábuas assentadas sob duas canoas. O barqueiro muito hesitou em passar o carro, em visto que o peso do automóvel poderia afundar a barca, mas depois de muita conversa balseiro concordou em fazer a travessia. Os passageiros se puse-

ram nos cantos da balsa, para que o peso fosse distribuído entre as extremidades. Concluída a travessia, na hora do desembarque os companheiros de viagem de Francisco acabaram por desventura pisando em falso e caindo em um buraco profundo no leito do rio, ficando os dois molhados por inteiro, o balseiro ria da situação dos viajantes.

A partir dali seguiram viagem para, conforme os planos, chegarem à São Francisco de Assis no sábado, pela tarde.



Francisco da Rocha Timm. Já idoso



Linhas férreas e fluviais

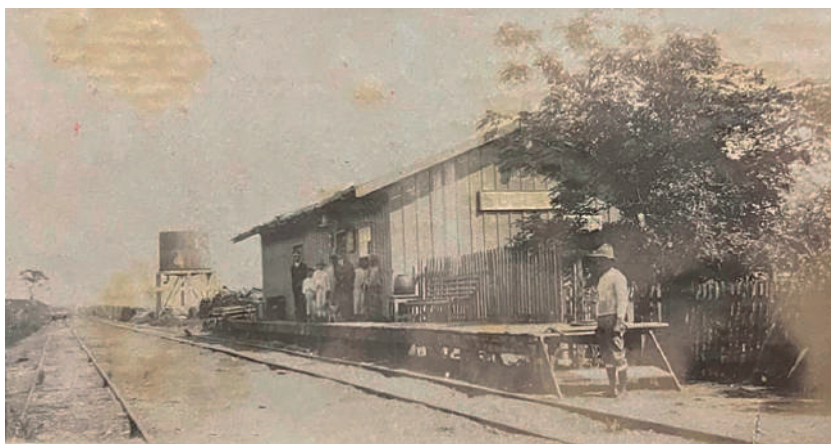
Com o decorrer dos anos, o número de passantes e moradores da região foi aumentando gradualmente. A inauguração da linha de ferro que ligava Porto Alegre a Uruguaiana, conseqüentemente passando Santa Maria a Cacequi, movimentou ainda mais a área com pessoas e mercadorias. Essa linha que vinha sendo construída desde 1877, só esteve totalmente concluída em 1910, mas o trecho Santa Maria – Cacequi já se encontrava pronto na década de 1890. Como percebe-se nos relatos, passava ali pessoas de outras regiões transitando pelo estado, alguns apenas paravam, outros desciam ali para seguir para outros destinos ou, ainda, ficavam por ali mesmo e arranjavam um trabalho nas estâncias próximas, apeavam na pousada, chegavam nos bolichos. Tendo ainda aqueles que trabalhavam nos trens e estação, que viviam nas imediações.

O tráfego naquela área era tão intenso que, nas proximidades da estação de armazéns, de propriedade do Sr. Danesi, existiam diversos estabelecimentos, como um pequeno presídio, um cemitério, uma pousada, um clube, uma mangueira com balança para pesar o gado, entre outros. Não se sabe exatamente quando, mas foi instalada uma balsa que realizava a travessia no Passo de São Lucas, a qual operou até a construção da ponte. Um dos balseiros mais conhecidos da época era João Marinho de Oliveira, popularmente chamado de “Janjoca”. Ele se casou em 26 de julho de 1926, em São Vicente, com Celanira Lopes de

Almeida (01/02/1904, São Francisco de Assis – 17/09/1982, Santa Maria). Janjoca era filho de Anastácio Rodrigues de Oliveira e Maria Honória Marinho, e tudo indica que sua família era estabelecida na região de Demétrio Ribeiro, no município de Mata. Entre os filhos do casal estavam Alcides, Anastácio, Dorvalina, Conceição e Pedro. Com a desativação da balsa e a diminuição das capacidades físicas de Janjoca, sua filha Conceição passou a realizar as travessias utilizando uma canoa.

Era de uso também a estação da Vila Clara, no município de Mata, que estava situada na linha Dilermando de Aguiar – São Borja. Os moradores cruzavam o Toropi pelo Passo do Louro, pelos passos maiores acima ou pelas várias outras cruzadas naquele mesmo rio.





Fotografia da estação de São Lucas, década de 1920. Imagem gentilmente cedidas por Fabianna C. Chagas e família.

Os meios de transporte não se limitavam apenas às rotas terrestres, estendendo-se também às rotas fluviais, especialmente em uma época em que os rios ainda permitiam a navegação de embarcações de médio e grande porte. Temos como referência o Vapor Eugênia, que navegava regularmente pelo Toropi, Ibicuí e rio Uruguai, desde a Vila Clara, até Uruguaiana, levando e trazendo pessoas e mercadorias. Não temos como precisar quantas vezes essa embarcação subiu o rio passando, logicamente, pelo Passo do Cezar. Como ali não tinha porto, aportava logo acima no Toropi, bem próximo de Clara.

O primeiro registro de viagem do Eugênia anota sobre a viagem no trecho de Clara a Uruguaiana, carregando variados tipos de alimentos. Seu proprietário era o empreendedor Coronel Christiano Natanael Haesbaert, republicano castilhistas, participante na revolução de 1893, que na época residia na atual vila, como um dos precursores fundadores da povoação. Vilarejo fundamentado pelo dinamarquês Viggo Thompson, que batizou o estabelecimento em homenagem a sua segunda esposa, Clara Textor.

O percurso de Clara a Uruguaiana foi de 2 de outubro a 8 de outubro. A embarcação dispunha de dois foguistas para guiá-la. Em 1903, eram eles Candido e Sr. Fitello.

Não se sabe ao certo o destino final desse barco. Alegam que naufragou no local hoje conhecido como Ilha do Vapor. Contudo, é possível encontrar a âncora original e uma maquete desse barco, bem como sua história registrada, no Museu Fragmentos do Tempo, em Mata.

***Carregamento Vapor Eugenia.
Clara à Uruguaiana em 2 de outubro de 1903.***

*183 Sacos de milho
140 Latas de melado
94 Sacos de farinha
3 Sacos de amendoim
4 Caixas de rapaduras
30 Latas de banha
12 Sacos de arroz
30 Sacos de polvilho
16 Sacos de feijão
33 Quintas de aguardente
9 Pipas de aguardente*



Maquete do Vapor Eugenia. Uma das peças de destaque do vasto acervo do Museu Fragmentos do Tempo, em Mata.

Forquilha e outros povoamentos

Em meio às grandes propriedades que dominavam todo o território, viviam naturalmente diversas pessoas. Além dos proprietários e seus familiares, também estavam presentes agregados, empregados e, dependendo do período, escravizados e alforriados.

Muitos residiam em terras de terceiros, onde constituíam famílias e, assim como os próprios proprietários, construía moradias, levando à fragmentação progressiva das porções de terra. Além dos habitantes já estabelecidos na região, outras pessoas chegavam de diferentes localidades em busca de um lar. Esse processo natural muitas vezes resultava na formação de pequenas comunidades e agrupamentos.

Um dos povoamentos mais célebres da região foi Forquilha, localizado não muito longe do encontro dos rios Toropi e Ibicuí-Mirim, conforme indicam os mapas. O mais antigo a mencioná-lo data de 1876, porém há registros ainda mais antigos. O *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil, de 1845*, e o *Diccionario Historico e Geographico da Provincia de S. Pedro, ou Rio Grande do Sul, de 1865*, já descreviam Forquilha explicitamente como uma pequena povoação.

Inicialmente, levantamos a hipótese de que Forquilha poderia se referir a toda a região do Chiniquá. No entanto, com o avanço das pesquisas de campo, tornou-se evidente a expressiva quantidade de residentes na área situada no ângulo dos dois rios.

Dos resquícios da antiga Forquilha, se encontra numa propriedade próxima a confluência, um cemitério de nome Costa do Toropi, que sepulta alguns dos antigos habitantes dessa área. Muitas delas tinham identificação, algumas de difícil compreensão, mas várias perfeitamente legíveis. A lápide mais antiga identificada data do ano de 1894. Os trabalhos de restauro foram conduzidos por Eron Haesbaert, proprietário do Museu Fragmentos do Tempo e especialista em arte cemiterial. Todo processo de recuperação foi acompanhado, e então foram catalogados e mapeados todos os túmulos que ainda se encontravam legíveis, totalizando até o então 34 lápides e cruzeiros. Contudo, através dos registros civis, já foi possível identificar muitos outros sepultados, embora os sepulcros não existam mais.

Dentre esses sepultados encontra-se o de Manoel Teixeira de Siqueira, aquele que era conhecido como Maneco Guacho, falecido em 1909. Sua história teria início quando em um rodeio a beira da Sanga Funda foi deixado ainda criança pequena em uma cova de touro, buracos que os ruminantes acabam por fazer pelos campos. Havia sido ali deixado por Cipriano Teixeira Cezar, que segundo a tradição oral seria seu pai, muito provavelmente por ser fruto da gravidez de uma escrava. Mais tarde, um responsável por trazer sal para o referido rodeio encontrou o menino, e a encenação planejada por Cipriano havia funcionado, sugerindo que a criança havia sido abandonada por outros e não por ele mesmo. Foi levado a casa, onde era pretendido batizar com o nome de Manoel Teixeira de Cerqueira, porém, conforme é contado, com interferência do escrivo registraram-no Manoel Teixeira de Siqueira



Levantamento do cemitério Costa do Toropi; conduzido por Luís H. B. Chagas e Eron H.

Foram identificados grande parte dos sepultados, porém muitas lápides, principalmente as mais antigas não foi possível identificá-los. Com isso se deduz que esse cemitério é bastante antigo, tendo provavelmente tendo sido utilizado desde a décadas de 1880 e cessado seu uso por volta de 1950, mesma época quando a estrada mudou o traçado passando mais distante desse cemitério. Além disso, havia outros cinco cemitérios em uso na região.

No contexto dos cemitérios e do povoado de Forquilha, foi encontrado, em registro civil, o óbito de Maria Bernarda, falecida em 18 de outubro de 1878, com aproximadamente 90 anos, o que indica que teria nascido por volta de 1788. Seu local de sepultamento foi registrado como o “Cemitério no outro lado do passo de São Lucas”.

Segundo o registro, Maria Bernarda não possuía bens e deixou dois filhos: Adriano, com cerca de 40 anos, e Paulina, com 38. Supõe-se que tenha sido uma residente do povoado e tenha sido sepultada nesse, até então perdido, cemitério do outro lado do passo, em Cacequi. Isso pode sugerir que o Cemitério Costa do Toropi ainda não existia, pois, sendo uma pessoa de poucos recursos, seria mais prático um sepultamento no lado de São Pedro, onde residia.

Outro agrupamento considerável a ser mencionado é o que se formou na região central, ocupando o local onde, no século XVIII, estavam as rancharias da Estância São Pedro. Esse povoado experimentou um aumento significativo no século XIX e uma verdadeira explosão demográfica ao longo do século XX. No passado, havia ali uma escola, cuja existência já era registrada desde 1906, além de um cemitério conhecido como Passo do Cezar, que ainda permanece em uso até hoje. Atualmente, essa é a principal comunidade do Chiniquá. Essa área central foi uma zona de limites entre várias estâncias, com algumas sedes estabelecidas e suas populações, além de ser um ponto de convergência de várias estradas, o que explica o surgimento do agrupamento.

Outro povoado, que hoje não mais existe, assim como Forquilha, ficava nos arredores do Passo do Louro e do Cerro de mesmo nome. Seu surgimento foi mais recente, provavelmente no final do século XIX ou na primeira metade do século XX. Além da balsa, essa região abrigava um cemitério, onde estavam sepultados sobrenomes como Venes, Ricardo, Ilha, Flores e Bello, pertencentes a famílias locais, além de outras pessoas. Essa área também foi propriedade e residência da família Hoch.

Embora houvesse outras comunidades na região, elas não atingiram a mesma densidade demográfica das mencionadas anteriormente, e seus moradores eram mais dispersos, como é o caso de Pairé e Timbaúva. No entanto, não podemos deixar de mencionar que, nas imediações da Capela de Santa Rita e da Picada dos Negros, também havia um número considerável de habitantes.

A localidade de Pairé é intrigante quanto à origem de seu nome. No entanto, é sabido que Payré é um sobrenome guarani, presente entre figuras de destaque no contexto das reduções jesuíticas, como don Bernabé Payaré, natural de São Miguel, cacique e Tenente de Cavalaria, e Cristóbal Payré, corregedor da mesma redução em 1753.

É possível que o nome “Payaré” seja uma variação (ou corruptela) de “Payré”, ou vice-versa. Ambos os sobrenomes aparecem em registros históricos, inclusive, em meio aos indígenas que foram designados para a Aldeia dos Anjos.

Para entender o possível elo entre localidade e as figuras históricas, é necessário retornar aos eventos do século XVIII, no contexto da imposição da mudança compulsória dos indígenas para a margem ocidental do Rio Uruguai.

Em 1752, a ordem do rei de Espanha para a transmigração dos índios missioneiros foi comunicada inicialmente pelo Padre Superior Bernardo Nusdorffer e, em seguida, propagada pelo pároco de São Miguel, Padre Diego Palacios. A princípio, os indígenas aceitaram a ordem e, como sinal de obediência, pediram ao padre que tomasse as providências necessárias. O Padre José García partiu então com cerca de 400 famílias, levando suprimentos em carroças.

Poucos dias após a partida, ao chegarem a um posto denominado de San Antonio, pararam para reabastecer-se. Alguns índios foram buscar erva-mate e, no retorno, encontraram quatro portugueses, que os alertaram de que espanhóis e portugueses estavam a caminho para tomar suas terras e que os Padres haviam vendido os povoados e já haviam recebido pagamento por eles.

O boato malicioso e irreal provocou grande alvoroço. Os índios, tomados pelo medo e pela desconfiança, decidiram retornar a São Miguel. O Padre García tentou impedi-los, mas, temendo um conflito, cedeu. Ao regressarem, o Padre Palacios os repreendeu severamente, exortando-os a retomar a viagem.

Uma nova tentativa de transmigração foi feita com um grupo ainda maior. No entanto, ao chegarem ao Toropi, os boatos ressurgiram com ainda mais força, provocando nova revolta entre os índios, que passaram a insultar os Padres e decidiram regressar à redução. Durante esse levante, foi morto pelos próprios indígenas o sobrinho homônimo de Cristóbal Payré, por ter defendido a ordem de transmigração determinada pelo Rei.

Diante da nova rebelião, o Padre Palacios escreveu ao novo Padre Superior, Matías Strobel, pedindo auxílio. O Padre Superior veio a São Miguel, reuniu-se com o Cabil-do e os caciques, e desmentiu os boatos, afirmando que a vontade do Rei era legítima e deveria ser cumprida. Mas uma voz da multidão protestou, dizendo que nem ele nem qualquer outro Padre os convenceria, pois estavam decididos a defender suas terras com a própria vida. Acusaram os Padres de conluio com espanhóis e portugueses e pediram que o pároco fosse substituído ou silenciado.

Diante dessa situação, o Padre Palacios retirou-se e solicitou sua substituição. O Padre Lorenzo Balda foi

designado novo pároco de São Miguel e, ao assumir, procurou acalmar os ânimos. Em 1º de janeiro de 1753, saiu da igreja com uma imagem do Menino Jesus, rogando aos índios que obedecessem ao Rei e partissem em paz, pois tudo o que tinham ouvido dos espanhóis e portugueses era falso. Por um momento, a demonstração surtiu efeito, e os índios, emocionados, prometeram cumprir a ordem.

No entanto, um mês depois, a rebelião reacendeu com força. Os revoltosos tentaram assassinar publicamente o corregedor Cristóbal Payré, Ignacio Paycá, Francisco Javier Mbororá e outros quatro índios, por estes serem defensores da voz dos Padres e da obediência ao rei. Eles só não foram mortos porque o próprio Padre Balda interveio, saindo à praça com uma imagem de Nossa Senhora, o que provocou respeito e fez com que os revoltosos os poupassem.

Com a aproximação dos exércitos das Coroas Ibéricas, os índios revoltosos se reorganizaram. Tomaram os armazéns, retiraram os suprimentos e abandonaram o povoado, juntando-se a indígenas de outros Povos. Ocasão em que elegeram como líder o Capitão Sepé. Enquanto isso, algumas famílias permaneceram fiéis no povoado, aguardando a chegada dos espanhóis para prestar obediência ao governador. No entanto, uma nova investida dos revoltosos fez com que invadissem São Miguel, buscando obrigar os Padres e as famílias leais a se retirarem sob ameaças e insultos, inclusive incendiando o colégio da redução.

Quando finalmente os espanhóis chegaram, o Padre Balda apresentou-se com o pequeno grupo de famílias fiéis e, por ordem do governador, conduziu-as para a margem ocidental do rio Uruguai.

Segundo os relatos de Francisco Javier Mbororá, o principal incitador da rebelião teria sido Felipe Zubay, morto mais tarde pelos portugueses. Ele teria sido o responsável por espalhar os boatos ouvidos dos portugueses entre os guaranis.

Feita a contextualização, observa-se uma forte possibilidade de que o assassinato do sobrinho homônimo de Cristóbal Payré, ocorrido durante a revolta no Toropi, tenha dado origem ao nome da localidade de Pairé.

Além disso, no atual município de Mata, há uma sanga conhecida como Sanga do Pairé. Inicialmente, supôs-se que o nome fosse uma referência a Domingos Payré, um dos indivíduos que chefiavam famílias e residia nas terras da antiga Fazenda Nacional, no Cavajuretã, no ano de 1849. Ele estava entre aqueles que viviam na região e exerciam atividades como domador, posteiro e peão.

Cabe ainda destacar que o sobrenome Payré permaneceu presente nos registros civis da região até poucas décadas atrás. Um exemplo é Maria Joaquina, viúva de Fermino Payré, que faleceu aos 53 anos em 27 de novembro de 1900, em São Vicente do Sul. Outro caso é o da família de Ricardo Payré, casado com Marcolina Machado de Oliveira, que viveu ora em Dilermando de Aguiar, ora em São Pedro do Sul. A origem de Ricardo, no entanto, gera dúvidas, pois ele declarou em todos os registros civis ser natural da Itália. Embora haja uma tendência a associar o sobrenome Payré a uma origem indígena, ele também é um sobrenome encontrado na França.

Fatos e causos deste chão

Quando se estuda história, é possível perceber que tudo tem uma história. A simples existência de algo ou alguém é uma complexidade fascinante, pois existir é como um livro com muitas anotações, que está constantemente sendo escrito. Mas não é um único livro, são vários, infinitos e interligados, pois cada ser ou objeto possui uma relação única com cada história. Isso forma uma cadeia de conexões, pontos de vista e dependências, que nunca se acabam.

Buscar uma história, seguindo essa metáfora do livro, significa tentar acessar o máximo possível dessas páginas. Porém, com o tempo, muitas dessas páginas se perdem. Quando algo é perdido no solo, ou quando alguém falece, o livro não para de ser escrito, talvez só desacelere. Mesmo enterrado, no que muitos chamariam de destino final, inúmeras versões de objetos ou seres continuam a ser criadas por meio de suas conexões com outros seres, objetos e até com o próprio solo. A partir do momento em que algo ou alguém passa a existir, suas relações começam a se formar.

Uma peça de metal desenterrada será sempre parte de outra, assim como a placa de um túmulo estará sempre ligada à pessoa que ali viveu, que respirou, se relacionou, deixou sua marca, por mais efêmera que fosse. E essa marca, por mais sutil, continuará a se conectar com outros seres e objetos. Quando algo é descoberto sob o solo, ou quando uma história é lembrada, ou até quan-

do se catalogam cemitérios o livro metafórico volta a ser escrito, com uma aceleração quase como um combustível. Se esse ritmo for alimentado com mais descobertas, ele não desacelera, mas, com o tempo, quando as descobertas rareiam, o ritmo diminui. Esse é o destino das coisas.

Apesar de muito se perder com o passar dos anos, a história nunca para. O livro, de fato, nunca deixa de ser escrito.

Diante disso, a premissa de lançar uma nova edição vai além de simplesmente reorganizar e corrigir falhas; trata-se também de adicionar novos elementos. Assim, nosso objetivo neste resgate foi reunir mais acontecimentos que ocorreram na região, além de oferecer mais detalhes às histórias presentes na primeira versão.

Amélia

Bem-aventurado e nobre é aquele que pode manter viva a tradição de seus antepassados, sobretudo quando se trata de um legado centenário. Em tempos modernos, poucos podem se orgulhar de possuir um objeto há mais de cem anos. A família de Soeli dos Santos Souto é uma dessas exceções.



Amélia. Fotografia gentilmente cedida por Marta dos Santos Souto.

Soeli foi a herdeira de Amélia, uma delicada boneca de porcelana finamente produzida, que atravessou gerações sendo passada de mãe para filha. Essa tradição remonta desde Marfiza Rodrigues Xavier, nascida em 1834 e falecida em 24 e agosto de 1902 nesta região, esposa do proprietário de terras Francisco Rodrigues Xavier (13/04/1817 – 03/07/1896). Marfiza entregou Amélia a sua filha Thereza, que a confiou a Maria José. Esta, por sua vez, a repassou a Santa Theodora, que depois a legou a Soeli. Mantendo o ciclo, Soeli entregou a boneca à sua filha Marta, e hoje Amélia pertence à neta desta, Ane Lauren, perpetuando a tradição.

O esmero e a importância dessa tradição familiar tornam-se evidentes pelo simples fato de uma boneca, feita de delicada porcelana, permanecer junto à família ao longo do tempo. Além disso, embora seja um objeto inanimado, é quase inevitável lamentar que não possa se comunicar, considerando quantas histórias deve ter ouvido e quantos acontecimentos presenciado. Desde sua criação no século XIX, provavelmente em algum local na Europa, até sua chegada a esta família, nesta região, a boneca atravessou gerações, carregando consigo mais de um século de memórias.

Os centenários

Ao contrário da centenária Amélia, que, obviamente e infelizmente, não podia se comunicar, a região abrigou pelo menos três supercentenários e quatro centenários, que muito teriam a nos contar. Conforme os registros civis do município, essas pessoas foram: Maurilho dos Santos (16/01/1804 – 21/02/1925, aos 121 anos), Francisca Euzébia da Conceição (1830 – 19/05/1940, aos 110 anos), Feliciano da Silva Medeiros (1835 – 26/07/1940, aos 105 anos), Senhorinha Alves dos Santos (1848–26/01/1951, aos 103 anos), Eufrazia Francisca Inácio (1854 – 29/06/1964, aos 110 anos), Manoel Pereira (1876 – 05/11/1977, aos 101 anos), e Eva Alves Maria Lopes (30/06/1916 – 01/10/2016, aos 100 anos).

Cada um desses indivíduos teve uma história de vida única, que será brevemente contada. Maurilho, nascido no início do século XIX, era filho de Serafim e Anna. Casou-se com Bernardina Rosa de Almeida e teve, ao menos, dois filhos: Maurílio dos Santos Filho (05/01/1874 – 02/02/1952), já nesta obra mencionado, e Anna dos Santos (1881 – 16/08/1937). Apesar da avançada idade, isso não foi um obstáculo para suas atividades. Maurilho faleceu devido a ferimentos após cair de um cavalo.

Francisca, filha de Rufino Hilário da Conceição e Maria Euzébia, era de cor morena, conforme indicam os registros. Viúva de Leão Claro Fernandes, teve três filhos: Arminda, Maria Francisca e Paulo. Feliciano, também viúvo e de cor morena, era filho de Manoel da Silva Medeiros e Madalena. Não se encontrou o nome de sua esposa fa-

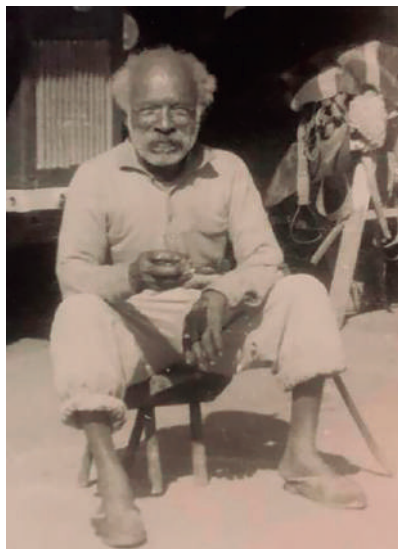
lecida ou de seus filhos. Eufrázia, ainda mais carente de informações, é descrita como branca, viúva de Porfírio de Oliveira, e mãe de três filhos, cujos nomes não foram registrados.

Senhorinha nasceu por volta de 1848, filha de Joaquim Alves da Cruz, natural do Ceará, e de Josefa Maria dos Santos, originária do Paraguai. Casou-se com Luiz Serafim Venes em 10 de setembro de 1892. Senhorinha faleceu em 26 de janeiro de 1951, aos 103 anos, e Luiz, também notável por sua longevidade, faleceu poucos dias antes, em 15 de janeiro de 1951, aos 99 anos e 3 meses, conforme registros civis. Ambos eram identificados como de cor morena, residiam no Passo do Louro e foram sepultados no cemitério daquele local. É bastante provável que Luiz fosse irmão de Claudina, uma das contempladas na herança de Rita Teixeira Cezar.

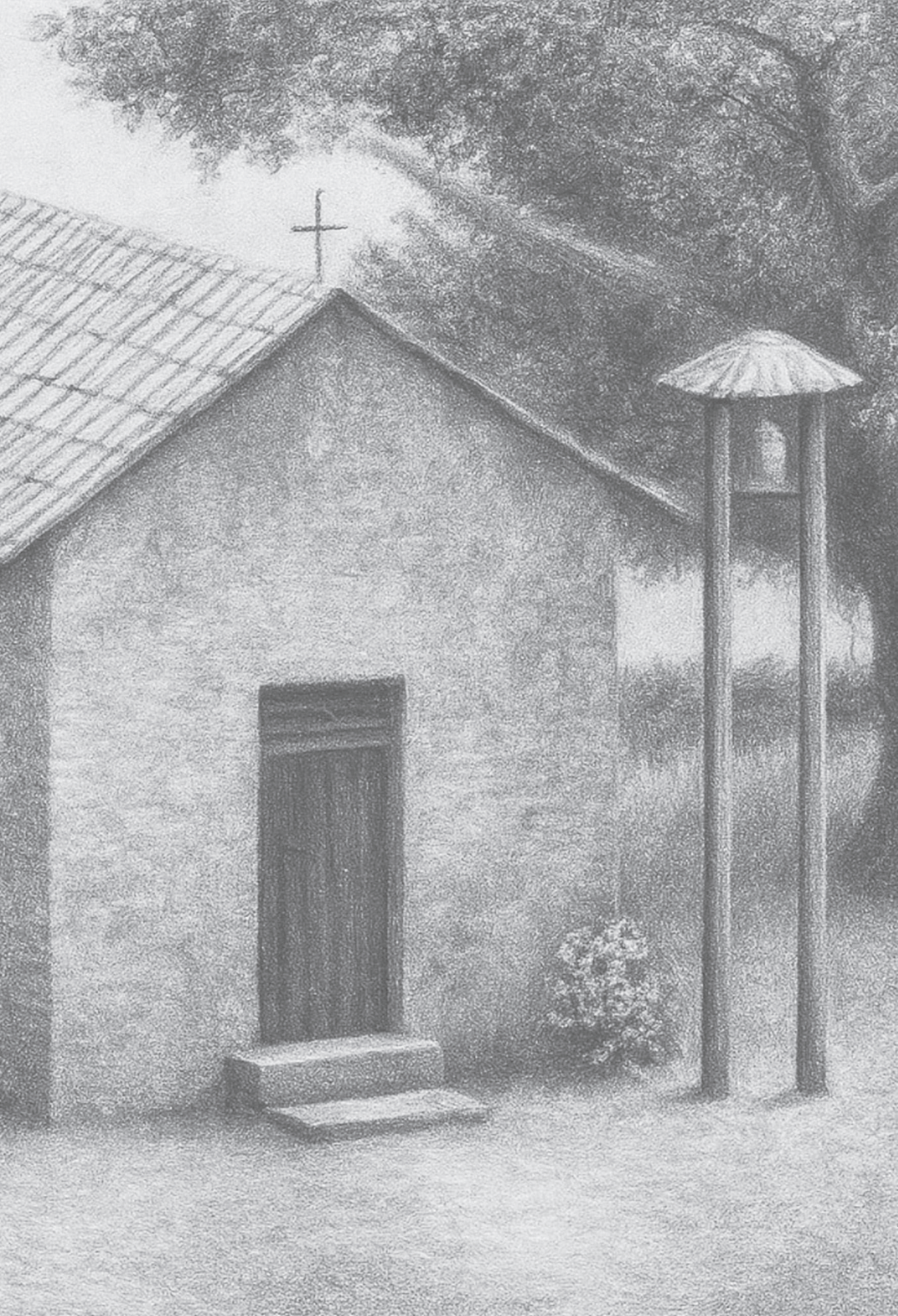
Manoel, de cor morena, deixou um vasto legado de memórias e relatos. Embora não se saiba ao certo de onde provinha, ele mencionava ter convivido na estância de Hedwiges Ferreira Braga e participado das “camperadas” com Januário Gonçalves das Chagas. Manoel relatava um passado triste, morando próximo à confluência dos rios Toropi e Ibicuí Mirim, em um pequeno rancho com sua esposa e dois filhos, até serem surpreendidos por uma enchente que submergiu quase totalmente o lar. Em um ato desesperado, Manoel tomou um pequeno bote para tentar salvar sua família. Colocou o filho menor nele e remou até a área mais alta, mas, ao retornar para buscar a esposa e o outro filho, não os encontrou mais. Desnortado e sem condições de cuidar do menor, entregou-o aos cuidados de outra família. Não é possível determinar com precisão qual enchente foi essa, mas presume-se que tenha sido a grande enchente de 1941, pois os relatos subsequentes

já mencionam o momento em que Paulo Santos Chagas, proprietário da Estância São João, o encontra durante a grande enchente. Contudo, os relatos não deixam claro se se trata da mesma enchente ou se houve um salto temporal entre os eventos. Viveu pacificamente até seus últimos dias na Estância São João.

O último relato vem de Eva, conhecida na região por sua atividade como benzedeira, função muito requisitada em tempos em que a medicina ainda não estava acessível a todos. Eva, se dizia natural de Mata, relatava que, muitas vezes, usava as águas do rio Toropi como meio de locomoção, viajando em botes. Ela descrevia como, durante os percursos, o balançar das ondas e a correnteza do rio eram muito evidentes. Luiz Venes e Senhorinha eram avós maternos de Eva.



Manuel Pereira em 1975. Acervo de Luís H. B. Chagas



Devoção

Uma história popular interessante de se contar, é referente construção de uma capela na região.

Rita Teixeira Cezar, filha de Manoel Antônio Teixeira, herdou a porção de terras ao norte do distrito de Chiniquá, fazendo confrontação ao norte com o Toropi e ao sul com seu irmão Cipriano. Tendo dado nome a sua propriedade de Estância da Timbaúva, árvore muito presente naquela área.

Rita possuía escravos, o que era comum para fazendeiros da época, e assim como seu irmão Cypriano, batizava seus escravos com a fé cristã. O que veio a lhe render a alcunha de “Rita dos Negros”, em meio aos locais. Conforme tradição oral, mandou edificar uma capela como forma de promessa, ora denominada, conforme alguns relatos, de Capela de São João, mas que depois seria em honra à Nossa Senhora do Rosário, santa padroeira dos escravizados. Conta-se que Rita frequentava a missa junto de seus escravos. Ela veio a falecer em 3 de maio de 1888, dez dias antes da Lei Áurea ser assinada.

Um padre, o qual contam ser chamado Aquiles Librelotto, vinha de Santa Maria a cavalo anualmente para naquela capela batizar e realizar matrimônios. Em certa ocasião, conforme tradição oral, o padre tido como muito conservador, negou-se em celebrar uma missa no local pois as mulheres negras estavam trajando vestidos muito decotados, indecentes à ocasião. Os negros, ofendidos

com o padre, acabaram por expulsar o sacerdote do local, com isso ele nunca mais retornou. A capela ficou abandonada por um período.

Nos anos finais do século XIX e início do século XX, os moradores da região, muitos deles ex-escravizados, ampliaram a capela de madeira existente no local. Posteriormente, segundo registros paroquiais, a área onde ela se encontra foi doada à Igreja, em 1928, por Paulino Fernandes Teixeira. No entanto, há também a atribuição da doação a Paulino José Machado e sua esposa, Julia Luiza Alves, que residiam a poucos metros atrás da edificação.

Em 23 de maio de 1929 foi realizado a primeira festa em homenagem à Santa, ocasião na qual foram festeiros Abel José Flores junto de sua esposa e parente Anna Bella Flores. Porém, algum tempo depois os moradores do entorno partiram e a capela ficou abandonada. Nessa questão cabe outra história de conto oral, que diz sobre um padre alemão identificado como “João do cavalo baio”. Em determinada circunstância, Pe. João desejava adentrar a capela, contudo, a estrutura estava infestada de marimbondos, foi alertado pelos moradores locais sobre os insetos, mas ainda assim entrou e, conseqüentemente, acabou por ser ferroadado diversas vezes.

Posteriormente a família Bassotto, devotos a Santa Rita, se estabeleceu ali perto, tendo levado para o espaço uma imagem de Santa Rita para ser posta junto à imagem de Nossa Senhora do Rosário. Conta-se que nesse momento a capela passou a se chamar Santa Rita de Cássia.

Nos anos 1940, o vigário da época, comovido pelo abandono da estrutura, recorreu as famílias da comunidade para reformar a pequena igreja. Estavam suspensas as celebrações naquele espaço por conta do esquecimento.

Em 25 de janeiro de 1945 foi realizado um festejo no local, onde foi posto a pedra fundamental para edificação de uma nova capela dedicada a Santa Rita. A partir desse momento, aquela área concebeu um tempo de maior desenvolvimento, recebendo, inclusive uma escola, que embora hoje não exista mais.

Por conta das festividades que acontecem no local, a antiga construção foi demolida e refeita em 1974. Foram construídos pavilhões e churrasqueiras, os vestígios da velha igreja, tal como o pequeno cemitério que contam ter existido, foram sobrepostos pelas estruturas atuais.

Até os dias de hoje na região é referenciada a figura de Maria Mulata. Conforme tradição oral, Maria Mulata era escrava da residência onde, posteriormente, Aníbal Teixeira de Oliveira teria vivido junto de sua esposa Maria Luiza Martins de Medeiros. Nesse mesmo local foi pensado ser uma ruína da Estância de São Pedro. A escravizada acabou por ficar grávida e em seguida fora assassinada por conta disto. Foi edificado em tempos posteriores um pequeno memorial em sua homenagem, instalado próximo de onde creem ter sido seu local de sepultamento.

Muitos moradores da região são, até hoje devotos dela. Todas as vezes que a região é acometida por uma seca prolongada os moradores e devotos dela, demonstrando sua fé, se lançam em procissões até seu memorial, invocando Maria Mulata e pedindo sua interseção para que a chuva venha socorrê-los.



Tragédias no passo

Há muitos perigos que permeiam os passos, rios e sangas, muitas vezes na história pessoas pereceram nesses locais.

De muitos infelizes relatos, um conta sobre um afogamento no passo do Maurício, no incerto rio Toropi. Em um dia como qualquer outro, por volta dos anos 1940, um homem de nome desconhecido vinha em uma carreta carregada para cruzar o rio, naquele passo que levava à Vila Clara, por desventura a junta de bois se assustou e viraram a carroça carregada o que por infortúnio causou seu afogamento. Aquele homem, que ninguém mais sabe o nome, foi encontrado morto algum tempo depois junto dos bois, e sepultado pelo pessoal da fazenda próxima nos arredores do passo, numa ponta de mato, sob uma cruz de madeira sem inscrição.



Plaqueta de cobre que identifica o sepultamento de Alfredo Bernardes, uma das vítimas dos passos. Nota-se que seu sobrenome foi gravado de forma errada.

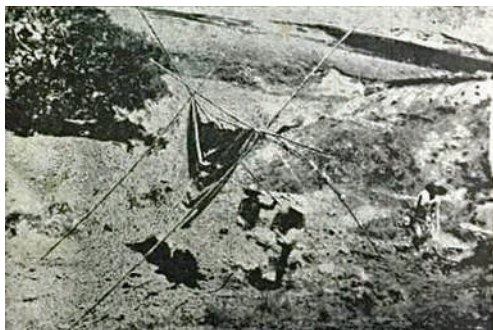
Outra vida perdida no Toropi foi a de Alfredo Bernardes. De 38 anos, pele morena, nasceu em 22 de julho de 1932, filho de João e Crescência, teve seu fim trágico em 9 de fevereiro de 1965, foi sepultado sob uma cruz de ferro com uma plaqueta de bronze no fundo do pequeno Cemitério dos Ferrão. Sob aquelas poucas cruzes e pequenas placas guardavam-se histórias que o tempo gradualmente apaga, levando aqueles lá sepultados ao esquecimento.

O fóssil

Entre o final de 1928 e maio de 1929, ocorreu uma descoberta histórica que traria fama ao local. Após as chuvas provocarem uma erosão na localidade conhecida como Colorado, no Chiniquá, moradores visualizaram que o gado lambia um tipo de esqueleto estranho que havia ficado exposto da terra. Essa notícia chegou aos paleontólogos alemães Friedrich Von Huene e Rudolf Stahlecker que se deslocaram até o local e comprovaram que se tratava de um fóssil de um dinossauro da era Triássica ao qual deram o nome de *Stahleckeria potens*. Após sua retirada do local, colocaram suas partes em carretas e a deslocaram por essa estrada cruzando o Passo de São Lucas até chegar à Estação de São Lucas, levando as peças de trem até Santana do Livramento, onde lá fizeram baldeação para um trem Uruguaio, levando-o até Montevidéu, de onde embarcaram as peças fósseis em um navio rumo à Alemanha, onde encontra-se até hoje no museu da Universidade de Tübingen.

É possível encontrar em toda região fósseis vegetais, árvores petrificadas, conforme foi registrado por Isabelle Arsène em sua passagem pela região em 1834, inclusive no leito dos rios. Também é possível encontrar no leito do Toropi fósseis de conchas variadas.

Vale anotar, também, sobre os fragmentos fósseis que foram, e ainda são, encontrados na área. Há disponível no extenso acervo do Museu Arqueológico e Paleontológico Walter Ilha, em São Pedro do Sul, para visualização exemplares de fósseis animais e vegetais.



Acima, fotos do fóssil *Stahleckeria*, sendo examinado na Alemanha e registro de uma escavação no Chiquitá. Abaixo, alguns fósseis de conchas.



Madeira!

*“Cai o angico, o pau-ferro, a canjerana
Cai o alecrim, a guajuvira e o ipê
E o viramato no fundão dos matos
Machado ao ombro continuava em pé”*

“Viramato”, de Miguel Bicca

Por incontáveis anos houve retirada de madeira dos matos da região, essa a qual era escoada pelas estradas, passos e rios. Entre as diversas finalidades da retirada desse produto, estava a construção de casas e galpões, de mangueiras e cercas, por um período empregado na construção dos trilhos e pontes. Dentre outros usos dessa madeira está produção de lenha, uso na marcenaria e outros pormenores. E para essa extração foram abertas picadas nos matos, significativos caminhos que percorriam em meio à densa vegetação.

Como já foi destacado, a retirada de madeira foi uma atividade ocorrida desde tempos remotos, tal como foi realizada por muitas pessoas ao longo dos anos. A busca por madeira de lei, a necessidade para o uso, fez com que além de que fossem abertas picadas, pessoas dispusessem tempos em meio as matas para essa extração, muitas vezes isolados, sozinhos. Encontra-se, e conserva-se, em alguns capões e fundos de mato troncos serrados, resquícios desses tempos passados.

Dentre os muitos que dispuseram dessa atividade, destaca-se a história de Crescêncio Flores de Freitas (26/1/1910 – 20/3/1965). Em outubro de 1945, para pagar parte das terras que adquiriu, Crescêncio instalou uma lenheira num mato próximo a sua residência. A madeira era conduzida de carreta até o Ibicuí-mirim onde era atravessada por água no Passo de São Lucas, que na época ainda não possuía ponte, e de lá era levada aos trens na estação. Boa parte era vendida à empresa alimentícia Swift, para ser usada nos fornos da produção de enlatados, então a madeira era levada de trem até Rosário do Sul, cidade onde a empresa exercia suas atividades. Muitas vezes os carreteiros traziam consigo bacias de ervilhas, um dos produtos da empresa, para serem entregues a Crescêncio e sua família.

A lenheira operou por pouco tempo, até setembro de 1946, período apenas para arrecadar a quantia suficiente para o pagamento do pedaço de terra adquirido.

Nos dias de hoje, com o advento das extensas plantações de eucalipto e pinheiros, não existe mais retirada de madeira nativa em grandes proporções, tal como era recorrente em tempos passados. Contexto em que se privilegiou a construção de fazendas próximas aos matos, enfatizando, entre outras coisas, a conveniência e facilidade de extração de madeira para uso e emprego na propriedade imediata.

Com o desaparecimento gradual dessa atividade, o que restou foram as picadas, troncos e lembranças de anos passados.

Pesquisas no traçado da estrada

Nesse trajeto de um rio ao outro, são muitos os relatos. A distância entre o Passo do Cezar no rio Toropi e o Passo de São Lucas no Ibicuí mirim é pequena em tamanho, porém opulenta em história.

Após o estudo dessas fontes escritas, coube a averiguação *in loco* desses locais. Com isso foi possível encontrar trechos do traçado dessa antiga estrada. São mais de 4 Km, onde ainda é visível os sulcos por onde ela passava, vê-se facilmente esses trechos nos campos e lavouras.

Esses sulcos podem ser vistos no trecho antecedente ao Passo do Cezar, principalmente na entrada do mato pelo lado de São Pedro do Sul. A antiga estrada foi usada recentemente nos anos 1940 como divisória de duas propriedades.

Dos vestígios do passado, próximo ao Passo do Cezar, pode-se avistar a ruína de uma antiga construção de pedra, já mencionada anteriormente. Em uma de nossas incursões, visitamos a referida ruína e acabamos por encontrar entre o reboco e as pedras da parede uma capsula de munição *Parabellum-Pistole Cal. 7.65*, datando de 1902, especulando-se que a família que ali viveu seria responsável por ter rebocado a construção.



Munição e modelo.

Dos frutos das pesquisas, deve-se registrar acerca das fichas. A escassez de moeda, especialmente nas regiões mais afastadas da capital do Império, durante meados do segundo império, tornava impossível o pagamento de salários e pequenas transações. Por conta disso, muitos fazendeiros e comerciantes passaram a cunhar suas moedas, fichas, próprias, em forma de plaquetas ou de carimbos aplicados, sobre moedas que circulavam na época ou em forma de plaquetas de cobre onde imprimiam siglas, valores e, normalmente, suas iniciais, estabelecendo um valor figurado para essas moedas improvisadas.

Existiam também as fichas de tosquia, comumente chamadas de “latas” porque eram feitas em grande parte com golpes de martelo, uma marcação, sobre uma peça rustica de latão. Serviam para pagar a quantidade de lã tosquiada aos que realizavam essa tarefa rural, conforme determinada quantidade de ovelhas tosadas, lhe era entregue uma ficha. Seu uso teve auge entre as estâncias nos anos finais do século XIX e o início do século XX. Traziam a marca do dono da fazenda, a quantidade de lã que equivalia e algumas mais sofisticadas traziam o nome do estabelecimento. Eram aceitas nos bolichos e demais estabelecimentos como moeda, ou seja, ao final de um dia de esquila, quanto mais fichas havia conseguido o campeiro, mais benéfico pra ele era. Quando se findava o dia ou a

época de tosquia, o fazendeiro as recolhia, e pagava o trabalhador com o dinheiro corrente.

É interessante, para viés de curiosidade, trazer acerca das moedas carimbadas por estancieiros. Um exemplo foi Souza Guerra, charqueador de Quaraí, que aplicava em toda moeda que passava em suas mãos o carimbo “S. Guerra”. Quando autuado pelos órgãos oficiais da época, meados nos anos 1920, passou a marcá-las com somente um “G”.



Moedas marcadas e fichas

A cada enchente, o solo ao redor é erodido e seu material é transportado para o leito do rio, em um processo conhecido como lixiviação. Durante as estiagens nos verões de 2022 e 2025, quando o nível das águas do rio Toropi esteve especialmente baixo, foi possível realizar pesquisas em seu leito. Essas investigações resultaram na coleta de diversos materiais, incluindo objetos metálicos, utensílios, fragmentos cerâmicos e fósseis.

Como mencionado anteriormente, no Passo de São Lucas existe atualmente uma vila irregular, formada em torno do uso do local como balneário, devido à abundância de areia nas margens do rio Ibicuí-Mirim. Essa ocupação desordenada obstaculizou a realização de pesquisas de campo na região.



Mapa indicando os trechos antigos da estrada: em vermelho, os ainda visíveis; em branco, os presumíveis.



Trechos onde ainda é visível o traçado da estrada velha. E parte de uma estrutura em tijolos, parcialmente submergida, no leito do Rio Toropi.

Encerramento

“Nenhum homem pode banhar-se no mesmo rio duas vezes... Pois na segunda vez o rio não é mais o mesmo nem tão pouco o homem.”

Ao encerrarmos fazemos nossas as palavras atribuídas ao ilustre filósofo Heráclito de Éfeso.

A história é contínua, nunca acaba, complementa-se, bem como, perde-se, muda com o tempo, não é a mesma, tal como a terra e as pedras do leito são levadas dia-a-dia pela correnteza.

O árduo processo de recuperar e resguardar a história dessa região é recompensadora. Embora obviamente nem todas as histórias pudessem ser trazidas, foi possível elaborar essa salvação, tão fundamental que pode ser lida repetidas vezes no futuro, e alguém pode levá-la como um guia, para resgatar suas origens.

De fósseis a índios, de padres a campeiros, de campeiros aos estancieiros. Aqui está a história, o patrimônio de uma região, de Passo a passo.



Posfácio

Saudados sejam os escritores Luís Chagas e Telmo Brugali, que percorreram e desbravaram caminhos ainda inexplorados da história de São Pedro do Sul, apresentando dados históricos e geográficos de extrema relevância para toda a região central do Estado. Isto faz deste livro uma importante peça para a compreensão da história local, preenchendo vazios e encaixando-se harmoniosamente a outras literaturas de semelhante teor.

Bibliografias que abordam a temática histórica de forma regionalizada, como esta, nos proporcionam compreender o ambiente de maneira conjunta e ao mesmo tempo unitária. Da mesma forma, pesquisas como esta propiciam que a história não fique restrita a antigas bibliografias e nem mesmo presa a incoerências tradicionais, pois o tempo pode revelar novas informações, provenientes de diferentes fontes e que são analisadas por diferentes olhares. Além disso, o uso da tecnologia tem possibilitado que novas e importantes fontes sejam encontradas frequentemente, permitindo que as revisões sejam realizadas.

Assim como fizeram os primeiros viajantes que desbravaram nossas terras, os autores tiveram a coragem de se aventurar por entre pesquisas que remetem a tempos antigos e documentos pouco examinados desde a sua elaboração. Desafio este necessário, pois são pesquisas assim que fornecem as informações pelas quais as atuais e as futuras gerações irão conhecer verdadeiramente suas raízes, para assim compreender, respeitar e sentirem-se definitivamente pertencentes ao meio onde vivem.

“De Passo a Passo” narrou a história sobre um território que une dois importantes passos que dão acesso a municípios vizinhos de São Pedro do Sul. Passos esses que, hoje substituídos e encobertos por pontes, escondem involuntariamente toda a importância que já representaram em tempos não tão distantes. Por eles passaram indígenas, viajantes, exércitos, carreteiros, tropeiros e muita gente que carregava consigo o peso do desenvolvimento. Por ali passaram mercadorias e valores que mantiveram vivo o progresso das estâncias, das vilas e também das pequenas cidades.

Este livro também nos apresentou lugares, personalidades e acontecimentos que, apesar de sua relevância, ainda não haviam recebido o devido reconhecimento. Só por esse motivo já nos deixaria clara sua importância cultural para toda a população são-pedrense, que certamente irá se sentir representada por estas páginas. Mas, acima disso, devemos ter o olhar de que são os lugares onde vivemos e por onde passamos diariamente, além de pessoas que são nossos ascendentes e que as suas trajetórias nos fizeram ser quem somos.

Meus sinceros cumprimentos Luís e Telmo, eis um belo trabalho em que vocês nos proporcionam conhecimento e ainda mais admiração pela história da região central do Rio Grande do Sul e especialmente de São Pedro do Sul. O sucesso desta jornada está concluído, ficando o desejo de que o mesmo se estenda para as próximas!

Thiago de Miranda Weigert

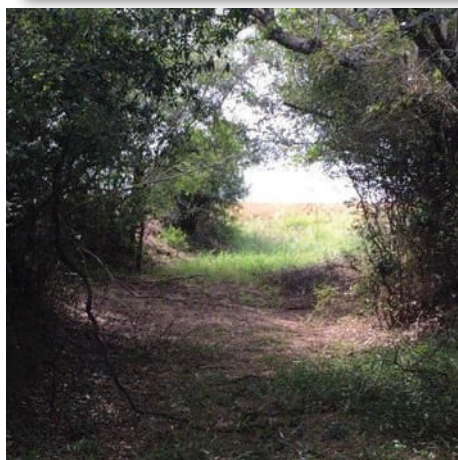
Pesquisador

Membro da ALERC-RS

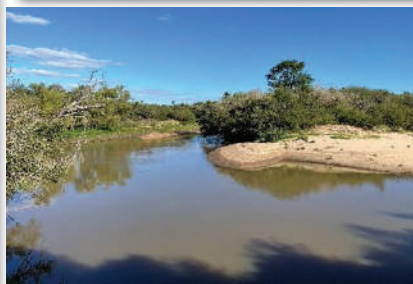
GALERIA DE IMAGENS



Passo do Cezar. Rio Toropi, 2022 e 2025



Passo da Lenheira. Rio Ibicuí-mirim, 2022 e 2024



Passo do Louro. Rio Toropi, 2022



Passo do Pairé. Rio Toropi, 2023

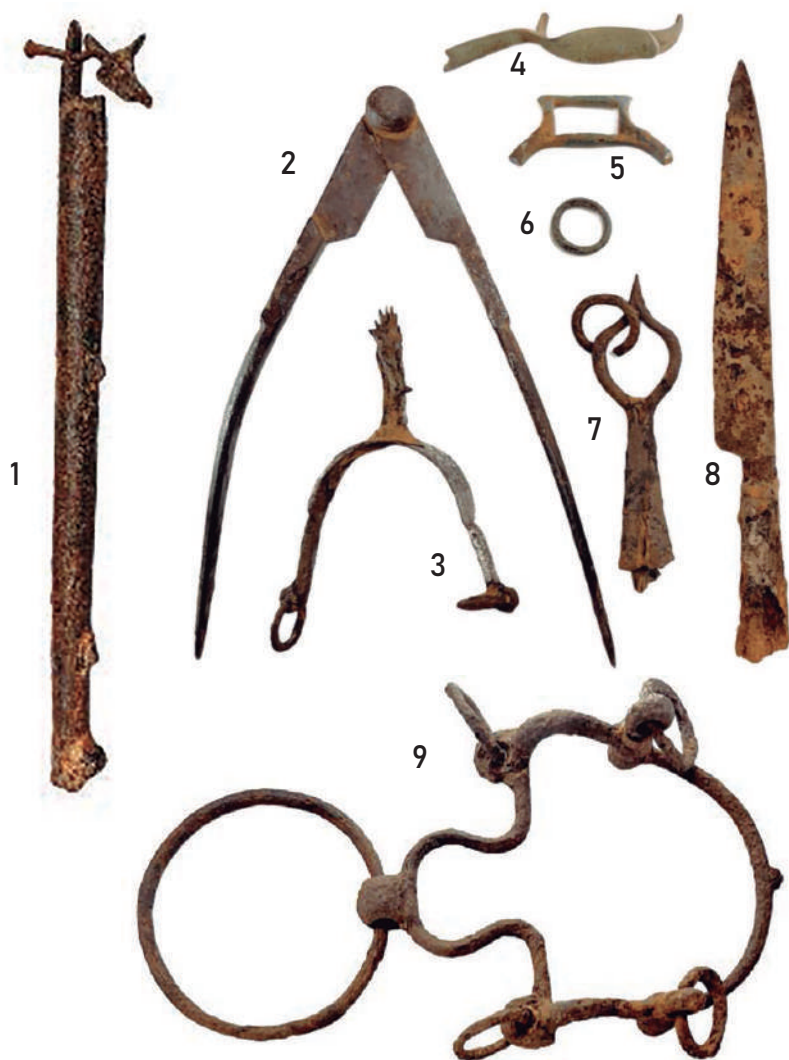


Passo de São Lucas. Rio Ibicui-mirim, 2022





Alguns dos diversos materiais recuperados do leito do rio Toropi em diversos pontos, em 2025 e 2022



1- Cano de uma arma de fogo. 2- Enorme compasso em ferro. 3- Espora em ferro. 4- Parte de uma guarda-mato de arma de fogo. 5- Parte de um estribo militar; início séc. XIX. 6- Pequena argola de espada. 7- Ferrão para tocar gado; período indeterminado. 8-Faca. 9- Freio muleiro.



1- Placa de carroça, de 1939. 2 - Peça de ferro não identificada, provavelmente uma plaqueta; após ser submetida a um exame minucioso, que revelou suas camadas interiores, constatou-se que certamente havia uma inscrição no centro. 3 - Plaqueta não identificada; talvez de uma mala; séc. XIX. 4 - Colheres; final séc. XIX. 5 - Estribo; período indeterminado. 6 - Ferrão para tocar gado; período indeterminado. 7 - Estribo de carroça/carruagem; período indeterminado.



Referências:

Arquidiocese de Santa Maria – ARQUISM.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS.

Arsène Isabelle. VIAGEM AO RIO DA PRATA E AO RIO GRANDE DO SUL.

Auguste de Saint-Hilaire. VIAGEM AO RIO GRANDE DO SUL.

AULTMAN, Jennifer. GRILLO, Kate. DAACS Cataloging Manual: Buttons. _____. GRILLO, Kate. BON-HARPER, Nick. COOPER, Leslie. GALLE, Jillian. SMITH, Karen. DAACS Cataloging Manual: Ceramics.

BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933).

BELTRÃO, Romeu. Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho. _____. Álbum ilustrado- São Pedro do Sul – 50 Anos. _____. Paleontologia de Santa Maria e São Pedro do Sul.

BRANDT, Gildo José. Paróquia de São Pedro Apóstolo – Cento e quarenta anos de evangelização (1882-2022).

BROCHADO, José P. Extensão das pesquisas arqueológicas nos vales do Jacuí e Ibicuí-mirim, in PRONAPA n. 4.

Coleção Varela. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

DONATO, Hernani. Dicionário das batalhas brasileiras: Dos conflitos indígenas as guerrilhas políticas, urbanas e rurais.

Entrevista com Elaine Freitas Kessler e Sônia Freitas Saccol em 17/4/2022 e 16/11/2022.

Entrevista com Francisca Ferrão Martins em 28/8/2022

Entrevista com Heraldo Cezar em 29/12/2020; 30/12/2020; 26/8/2022.

Entrevista com João Pereira dos Santos em 2/1/2025.

Entrevista com José Cândido Rodrigues Leal (Zeca Leal) em 5/11/2020.

Entrevista com Santa Machado em 21/10/2022.

Francisco Timm. 50 Anos de viagem. Trabalhos, peripécias e alegrias.

Org. GOLDMEIER, Valter. SCHMITZ, Pedro. Sítios arqueológicos do Rio Grande do Sul. Fichas de registros existentes no Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, RS. 1983.

GUTERRES, Leticia Batistella. Compadrio escravo: uma análise através das visitas paroquiais (Santa Maria, século XIX).

_____. Visitas paroquiais: Indícios à análise do compadrio escravo na província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Heinrich Trachsler. 1839. Reisen, schicksale und tragikomische abendteuer eines Schweizers während seines aufenthaltes in den verschiedenen provinzen Südamerikas... in den Jahren 1828 bis 1835.

Hermann Soyaux. Berichte über meine Reise in Süd-Brazilien (em Staatsbibliothek zu Berlin.)

James Henderson. History of the Brazil, 1821.

José de Saldanha. Diário Resumido do Dr. José de Saldanha.

KÜLZER, Gláucia. De Sacramento a Boca do Monte: A formação patrimonial de famílias de elite na província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX).

LA SALVIA, Fernando. BROCHADO, José P. Cerâmica Guaraní.

LASCANO, Diego M. Campos de Honor: Fortalezas del Uruguay. 2017.

_____. BUSCHIAZZO, Marcelo D. Campos de Honor: Bicentenario de la Batalla del Catalán. 2016

LEAL, José Cândido R. São Pedro do Sul, antigo. Registros históricos (1626 – 1965)

LIMA, Alcides. História popular do Rio Grande do Sul (3 Edição).

MACHADO, Neli Galarce. Entre guardas e casarões: um pouco da história do interior do RS – uma perspectiva arqueológica.

MARCHIORI, José Newton. NOAL FILHO, Valter. Santa Maria: relatos e impressões de viagem

NEUMANN, Eduardo S. Documentos escritos por indígenas: as duas mensagens de Hilário Yrama (1757).

OLIVEIRA, Franciele Rocha. Dos laços entre José e Inocência: O pós-abolição por meio das trajetórias e memórias de uma família negra em Santa Maria – RS (de 1890 ao tempo presente).

Org. PEREIRA, Claudio N. Genealogia Tropeira: Volumes 2 e 3.

PUFAL, Diego de Leão. Antigualhas, histórias e genealogia

WITT, Oscar Luiz. Igreja na migração e colonização: a pregação itinerante do Sínodo Rio-Grandense.

IPHAE. Patrimônio ferroviário no Rio Grande do Sul: inventário das estações, 1874-1959.

RITZEL, Ricardo. Flores da Cunha, o último caudilho.

Diccionario historico e geographico da provincia de S. Pedro, ou Rio Grande do Sul. DOMINGOS DE ARAUJO E SILVA. Rio de janeiro, 1865.

Diccionario geographico, historico e descriptivo, do imperio do Brazil. Milliet de Saint-Adolphe, J. C. R. Paris, 1845.

COLLECÇÃO DE 5 NOTÍCIAS PARA A HISTÓRIA E GEOGRAFIA DAS NAÇÕES ULTRAMARINAS QUE VIVEM NOS DOMÍNIOS PORTUGUEZES OU LHEIS SÃO VIZINHAS. Tomo VII. ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS. Lisboa, 1841.

SPALDING, Walter. A Revolução Farroupilha. História popular do grande decênio seguido das “Efemérides” principais de 1835 - 1845, fartamente documentadas. COMPANHIA EDITORA NACIONAL SÃO PAULO — RIGDE JANEIRO — RECIFE — PORTO-ALEGRE 1939.

QUARLERI, Lía. Rebelión Y Guerra En Las Fronteras Del Plata: Guaraníes, Jesuitas e Imperios Coloniales. 2009.

MENEZES, Moisés. San José do Itaquaty: estância de São Pedro do Sul da Serra. 2024.

ANGELIS, Pedro de. Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las Provincias del Rio de la Plata. 1836.

FAVRE. Oscar Padrón. LOS CHARRUAS MINUANES EN SU ETAPA FINAL 3ª Edición. 2011.

CALVO, Charles. Recueil historique complet des traités, conventions, capitulations, armistices, questions de limites et autres actes diplomatiques et politiques de tous les états compris entre le golfe du Mexique et le cap de Horn, depuis l'année 1493 jusqu'à nos jours. Paris. 1866.

AS DIVERSAS FORMAS DE SER ÍNDIO: POLÍTICAS INDÍGENAS E POLÍTICAS INDIGENISTAS NO EXTREMO SUL DA AMÉRICA PORTUGUESA. ELISA FRÜHAUF GARCIA. Niterói. 2007.

Os índios D'Aldeia dos Anjos: Gravataí século XVIII/ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 1990.

COLLECÇÃO DE 5 NOTÍCIAS PARA A HISTÓRIA E GEOGRAFIA DAS NAÇÕES ULTRAMARINAS QUE VIVEM NOS DOMÍ-

NIOS PORTUGUEZES OU LHES SÃO VISINHAS. PUBLICADA PELA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS. m TOMO VII. w LISBOA. NA TYPOGRAFIA DA MESMA ACADEMIA. 1841.

Levinton, Norberto. Snihur, Esteban. Misiones: territorio de fronteras (1609-1895). Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Contratiempo Ediciones, 2015.

Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho”, de Romeu Beltrão.

PASTELLS, Pablo. MATEOS, F. Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay. 1912.

UBERTI, Hermes Gilber. Abençoando neófitos, tecendo redes sócio-familiares na Freguesia de São Vicente (Vale do Jaguari - RS, 1854-1912). São Leopoldo, 2016.

SOUZA DOCCA, Emilio Fernandes. Vocábulos indígenas na geographia riograndense. Porto Alegre, 1924.

Nicolao del Techo. Historiae provinciae Paraquariae Societatis Jesu. 1673.

WEIGERT, Thiago M. Dilermando de Aguiar - Cinco Séculos de História. Rio das Letras: Santa Maria, 2025.

Bibliografia do posfácio

1. AB’SÁBER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 45.

2. NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

3. SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 112.

Demais colaboradores:

Álvaro de Farias Theisen. Cláudia Oliveira Teixeira, pesquisadora. Diego de Leão Pufal, genealogista, sócio correspondente do IHGRGS, sócio do Colégio Brasileiro de Genealogia e do INGESC. Francisca Ferrão Martins. Hermes Uberti, José Eron da Silva Haesbaert, pesquisador e proprietário do Museu Fragmentos do Tempo. Ricardo Becher Moura. José Roberto de Oliveira, pesquisador e historiador da história missioneira. Luiz Carlos Tau Golin, historiador e jornalista. Moisés da Silveira Menezes, pesquisador. Paulo Wigert, companheiro das pesquisas de campo. Rogimar dos Santos Souto, Marta dos Santos Souto e sua mãe Sôeli dos Santos Souto. Ivan Pinheiro de Oliveira. Thiago de Miranda Weigert. Mariana Binato de Souza. Francis Schirrmann. Conrado Vianna Hoffmann. Fabianna Carvalho Chagas e família.

Os autores:



Telmo:

Nascido em 20/04/1952, em Mata. Formou-se em Engenharia Civil em Santa Maria no ano de 1975, e no ano seguinte, se estabeleceu no Mato Grosso do Sul, atuando em sua profissão. Posteriormente, fundando a empresa Tauná.

É casado com Tânia Binato, e tem uma filha chamada Tainá (arquiteta) e um filho de nome Tauan (Engenheiro de software)



Luís:

Nascido em 07/01/2003, na cidade de Santa Maria. Formou-se em Direito em Santa Maria, em 2025. Tem seus interesses, desde muito tempo, voltados a pesquisa e a história, onde possui diversas contribuições na genealogia e história local, e agora, juntamente com Telmo, também interessado na história regional, produziu os livros De Passo a Passo e Mata: além das pedras.

AO OBSERVAR UM MAPA, SEJA QUAL FOR, É IMPOSSÍVEL ENCONTRARMOS DOIS LUGARES IGUAIS. CADA LUGAR É ÚNICO, PRÓPRIO, A SEU MODO, CONSTRUÍDO POR MÃOS, PESSOAS DIFERENTES. COSTUMES, TRADIÇÕES, QUE FLUEM COMO RIOS ATRAVÉS DOS TEMPOS, POR VEZES MANTENDO SEU LEITO, OUTRAS, DESVIANDO SEU PERCURSO.

PASSOS QUE NUNCA SÃO IGUAIS, POIS NOS LEVAM SEMPRE A NOVOS CAMINHOS EM BUSCA DE SUPERAÇÃO, DE MELHORIAS, DE QUALIDADE, MAS SEM ESQUECER DO TRAJETO QUE PERCORREMOS.

EM "DE PASSO A PASSO" BUSCAMOS MOSTRAR NOSSA TRAJETÓRIA, NOSSA HISTÓRIA, EXPLORANDO OS CAMINHOS QUE FORAM TRILHADOS DESDE A OCUPAÇÃO DA REGIÃO ENTRE OS RIOS TOROPI E IBICUI-MIRIM ATÉ OS DIAS DE HOJE. OS RELATOS, AS VIVÊNCIAS, A CARTOGRAFIA, SÃO APENAS UMA PEQUENA PARTE DE TODOS OS PASSOS PERCORRIDOS POR NOSSA GENTE QUE COMPÕE ESSA HISTÓRIA COLOCADA, AGORA, NESTAS LINHAS.

MAS A CAMINHADA AINDA NÃO ACABOU. MUITOS PASSOS AINDA HÃO DE SER DADOS NUMA HISTÓRIA QUE NUNCA ACABA.

ISBN 978-655484061-3



9

786554

840613

Conto
ma de Limites, e Lançará
Este então somente conhecido, e
se pertenceu ao nome de Ibicui abun
Yamari Gacui, aplicando o nome de Ibicui abun
hoje na Serra do Mato Grosso, de
Cachoeira e Patos proe
com